

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**TVR**

**N.º 76, DE 2023**

**(Do Poder Executivo)**

**MSC 754/2022**

**OF 777/2022**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.888, de 13 de dezembro de 2016, que outorga permissão à Fundação Cultura e Vida para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 754

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Portarias que renovam as permissões outorgadas, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativo, conforme os seguintes atos:

1. Portaria nº 807, de 9 de maio de 2016 - Fundação Claret, no município de Batatais - SP;
2. Portaria nº 2.888, de 13 de dezembro de 2016 - Fundação Cultura e Vida, no município de Florianópolis - SC;
3. Portaria nº 2.894, de 13 de dezembro de 2016 - Fundação Educativa e Cultural Lucykeiser, no município de Carpina - PE; e
4. Portaria nº 6.174, de 14 de julho de 2022 - Fundação Joca Motta, no município de União - PI.

Brasília, 29 de dezembro de 2022.





Brasília, 14 de Setembro de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.056902/2013-90, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3.491/2016/SEI-MC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 266/2016/SEI-MC, acompanhado da Portaria nº 2.888, de 2016, publicada em 6 de janeiro de 2017, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 3 de fevereiro de 2014, a permissão outorgada à Fundação cultura e vida, inscrita no CNPJ nº 03.923.421/0001-82, nos termos da Portaria nº 872, de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 88, de 2004 e, contrato firmado com a União publicado em 6 de junho de 2016, vinculada ao FISTEL nº 50400105241, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria*

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 06/01/2017 | Edição: 5 | Seção: 1 | Página: 2

Órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações/GABINETE DO MINISTRO

## PORTARIA Nº 2.888, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no artigo 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.056902/2013-90, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 03/02/2014, a permissão outorgada à FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, cujo serviço foi outorgado pelo Decreto nº 872, de 04 de junho de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 03 de fevereiro de 2004.

Art. 2º A execução do Serviço de Radiodifusão, cuja Permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB



GILBERTO KASSAB

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

## TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Protocolo nº: **53000.056902/2013-90**  
Interessado: **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA**  
Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

Conforme consta nos documentos em anexo, determino a abertura de processo administrativo para as providências cabíveis segundo a legislação vigente, contendo inicialmente 66 (sessecenta e seis) folhas, contando com o presente Termo de Abertura.

Em 10/10/2013

**MARIA IVAGNA F. MENDES REIS**  
Coordenador  
Subgrupo de Documentação e Informação de Radiodifusão Comercial  
SDCOM/GTDI/DEOC/SCE-MC



02  
P  
64

**FCV** Fundação  
Cultura e Vida

Campo Grande, 16 de agosto de 2013.

112-206

Ao Excelentíssimo Sr.  
**PAULO BERNARDO SILVA**  
D.D.Ministro das Comunicações  
Esplanada dos Ministérios  
70044-900 – Brasília/DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 056902/2013-90

SEPRODIOLOG/COLOG/CGRL/SPO

27/09/2013-10:22 - 5DC111

Assunto: **Pedido de renovação de outorga**

Excelentíssimo Senhor Ministro:

A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA**, inscrita no CNPJ sob nº 03.923.421/0001-82, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada para a localidade de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, canal 206E vem respeitosamente, por intermédio de seu representante legal, requerer a renovação da outorga juntando a documentação em anexo.

3.º OF.

Termos em que pede e espera deferimento.

FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA  
Antonio Toneti - Presidente

**3º SERVIÇO NOTARIAL DE CAMPO GRANDE MS**  
Tabelião ELY AYACHE | R. Antonio Maria Coelho, 1400 - Centro - PAZ (27) 3027-2333

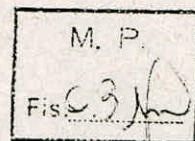
Reconheço por Semelhança 1 firma(s) de:  
**ANTONIO TONETI**  
Selo(s): AFR69508-160  
Campo Grande, 20/08/2013. OP: CA  
Em test. da verdade. F:338  
**VILMA LIMA DE SOUZA NOGUEIRA - ESCRIVENTE**  
EMOL R\$ 5,00 ISS R\$ 0,25 FUNJ. 10% R\$ 0,50 TOTAL: R\$ 5,75

**SELO DIGITAL**  
www.tjms.jus.br  
CAMPO GRANDE - MS

**VILMA LIMA DE SOUZA NOGUEIRA**  
Escrivente



# **ESTATUTO** **DA FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV**



## **Capítulo I**

### **DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, DURAÇÃO, OBJETIVOS E FINALIDADES**

**Art. 1º.** A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV** é pessoa jurídica de direito privado, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, de fins não lucrativos, regendo-se pelo presente ESTATUTO, por seu Regimento Interno, pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis e pelas normas baixadas pelo MINISTÉRIO PÚBLICO do Estado de Mato Grosso do Sul.

**Parágrafo Único.** Na conformidade da Escritura Pública lavrada no Livro de n.º (NUMERAÇÃO), às fls. (NÚMERO-NÚMERO), ato de n.º (NUMERO/ANO), Fundada em (DIA) de (MÊS) de (ANO), no Cartório do (NUMERAÇÃO) Ofício de Notas de (CIDADE/ESTADO).

**Art. 2º.** A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA- FCV** tem sede e foro na cidade de Campo Grande- MS.

**Parágrafo Único.** A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA- FCV** poderá instalar e manter outros estabelecimentos filiados ou escritórios em qualquer parte do Território Nacional, bem como no Exterior, desde que comprovada a viabilidade econômica, financeira, jurídica, técnica e legal, com prévia consulta ao Ministério Público.

**Art. 3º.** O prazo de duração da **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV** é indeterminado.

**Art. 4º.** A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV** tem por objetivos principais e permanentes:

I - radiodifusão educativa em todas as modalidades que lhe forem concedidas pelo Ministério das Comunicações, estando aí compreendidas, entre outras, a radiodifusão sonora e educativa (amplitude e frequência modulada) e a radiodifusão em som e imagem (televisão);

II - as crianças e adolescentes;

III - idosos e membros da terceira idade.

**Art. 5º.** A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA- FCV** tem por finalidades:

I - obter as concessões de radiodifusão educativa, instalação, funcionamento e administração;

II - promover, realizar e divulgar as atividades sociais, educativas, culturais, esportivas, assistências, de proteção ao meio ambiente e prestação de serviços à comunidade;



III - estabelecer e manter escolas, faculdades, cursos profissionalizantes, orfanatos, creches, casas de recuperação para viciados e delinqüentes, internatos para crianças e adolescentes; abrigos e asilos para idosos; albergues para viajantes, carentes e indigentes; postos de saúde, hospitais, ambulatórios médicos, dentários e de análises clínicas; empresas industriais, comerciais e prestadora de serviços; programa de apoio e acompanhamento e assistência as crianças e adolescentes carentes e menores delinqüentes e programa de apoio as famílias de baixa renda;

IV - promover, realizar e divulgar seminários, encontros, congressos, palestras para orientação comunitária, social, educativa, cultural, humanitária e espiritual;

**Art. 6.º** A fim de alcançar os seus objetivos, poderá firmar convênios ou contratos e articular-se pela forma conveniente, com entidades e órgãos públicos ou privados.

**Art. 7.º** A fim de cumprir suas finalidades, a **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV** se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, denominados coordenadorias e departamentos, quantos se fizerem necessários, os quais se regerão por regimentos internos específicos.

## Capítulo II

### DOS COLABORADORES

**Art. 8.º** A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV** tem as seguintes categorias de colaboradores:

- I - *fundadores*, que são as pessoas físicas instituidoras;
- II - *efetivos*, as pessoas que foram indicadas pela maioria dos integrantes do Conselho Curador, e se vincularam aos órgãos de administração;
- III - *contribuintes*, que são as pessoas físicas ou jurídicas que, identificadas com os objetivos da Fundação, contribuem financeiramente ou por outra forma, para que as finalidades da Fundação sejam alcançadas;
- IV - *beneméritos*, que são as pessoas que tenham prestado relevantes serviços a Fundação, e que o Conselho Curador reconheça merecedores dessa especial distinção.

**Art. 9.º** Os colaboradores *efetivos*, *contribuintes* e *beneméritos* serão admitidos mediante indicação de integrantes do Conselho Curador, com aprovação por maioria absoluta, devendo a indicação recair necessariamente em pessoa idônea e de ilibada reputação, reconhecida pela comunidade local, disposto a prestar relevantes serviços à Fundação.

**Art. 10.º** São os direitos e atribuições:

- I - dos colaboradores *fundadores* e *efetivos*:
  - a) votar e ser votado para os cargos eletivos dos órgãos de administração;



b) participar das reuniões do Conselho Curador para propor, discutir e votar os assuntos constantes da ordem do dia, no caso de direito de voto, salvo os integrantes dos outros Conselhos existentes na Fundação;

c) zelar pelo fiel cumprimento deste Estatuto e demais dispositivos pertinentes;

d) auxiliar e organizar promoções em benefício da Fundação.

II – dos colaboradores *contribuintes e beneméritos*:

a) participar das reuniões sem direito a voto;

b) auxiliar e organizar promoções em benefício da Fundação.

Comunicação  
Fls. 05  
Rubrica P  
COE

### Capítulo III

#### DA ADMINISTRAÇÃO

**Art. 11.** A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV** tem como órgãos administrativos o Conselho Curador, o Conselho Diretor, o Conselho Fiscal e o Conselho de Programação, será assim constituídos:

I - o Conselho Curador: por quatro (04) titulares e por seus respectivos suplentes;

II - o Conselho Diretor constituído por três (03) titulares;

III - o Conselho Fiscal constituído por três (03) titulares e por seus respectivos suplentes; e,

IV - o Conselho de Programação constituído por três (03) titulares e por seus respectivos suplentes.

**Art. 12.** Ocorrendo vaga em qualquer cargo titular do Conselho Curador, Fiscal e Programação, caberá ao respectivo suplente, assim sucessivamente, substituí-lo até o fim do período para que foi eleito, salvo no Conselho Diretor, o Conselho Curador se reunirá no prazo máximo de trinta (30) dias após a vacância, para eleger o novo titular.

**Art. 13.** Ocorrendo vaga entre os suplentes do Conselho Curador, Fiscal e Programação, o Conselho Curador se reunirá no prazo máximo de trinta (30) dias após a vacância, para eleger o novo titular e suplentes.

**Art. 14.** O mandato dos integrantes do Conselho Diretor será de três (03), permitida a recondução ao cargo por mais uma vez.

**Art. 15.** O mandato dos integrantes do Conselho Curador, Fiscal e de Programação será coincidente com o mandato do Conselho Diretor.

**Art. 16.** Em relação aos integrantes dos órgãos administrativos da **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV**, observar-se-á o seguinte:

I - Não receberão remuneração pelos serviços prestados no exercício de seus cargos, nem vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título a qualquer dos diretores, sócios, conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes;



II - Os resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto serão distribuídos;

III - não poderão perceber quantias a título de vales ou adiantamento para despesas pessoais, ou verbas de representação, devendo o reembolso de despesas feitas a serviço da Fundação, inclusive com viagens, ser baseado em comprovação hábil de sua efetivação, feita ao Conselho Diretor em prazo não superior a quinze dias;

IV - somente mediante prévia anuência do MINISTÉRIO PÚBLICO, os integrantes de órgãos da administração da Fundação e, ainda, as empresas ou entidades das quais sejam aqueles diretores, gerentes, sócios ou acionistas, poderão efetuar com a **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV** negócios jurídicos de qualquer natureza, direta ou indiretamente;

V - não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações da Fundação em virtude de ato regular de gestão, respondendo naquela qualidade, porém, civil e penalmente, por atos lesivos a terceiros ou à própria Entidade, praticados com dolo ou culpa;

VI - é vedada a participação simultânea em dois ou mais órgãos da administração; não podendo integrar, simultaneamente, mesmo órgão de deliberação, cônjuges e parentes, consangüíneos ou afins, até terceiro grau inclusive, estando essas pessoas impedidas também de participação em deliberações de interesse pessoal uma das outras;

VII - perderá o mandato, o integrante de órgão da administração que faltar, sem justificativa, a três (03) reuniões consecutivas, ou a mais de seis alternadas, sendo seu cargo considerado vago;

VIII - é indelegável o exercício da função de qualquer cargo dos órgãos de administração da Fundação;

IX - o integrante do Conselho Curador, em caráter excepcional e para atendimento de situações de emergência, poderá constituir outro integrante do mesmo órgão para representá-lo, como seu mandatário, em reunião da Fundação, por meio de procuração pública, com poderes específicos, vedada a utilização dessa faculdade com referência a mais de duas (02) reuniões consecutivas.

**Art. 17.** Será sempre igualitário o voto dos integrantes dos órgãos da administração.

**Art. 18.** Nenhuma deliberação de órgão administrativo terá eficácia antes de aprovada por todos os integrantes que dela participarem, e as decisões lavradas em ata de reunião.

**Parágrafo Único.** A eficácia plena da deliberação, perante terceiros, ficará condicionada ao registro da ata aprovada.

**Art. 19.** A convocação das reuniões ordinárias ou extraordinárias serão feitas com antecedência mínima de dois (02) dias, mediante correspondência pessoal contra recibo, aos integrantes dos órgãos da administração da Fundação, e por edital fixado na sede da Fundação com antecedência mínima de sete (07) dias.

**Parágrafo Primeiro.** A reunião ordinária instalar-se-á em primeira convocação, com a presença mínima de 1/3 (um terço) dos membros dos Conselhos e, em segunda convocação, trinta (30) minutos após, com qualquer número presentes, deliberando com a maioria simples de votos, salvo dispositivo contrário.



**Parágrafo Segundo.** A reunião extraordinária instalar-se-á em primeira convocação, com a presença mínima de 2/3 (dois terço) dos membros dos Conselhos e, em segunda convocação, trinta (30) minutos após, com qualquer número presentes, deliberando com a maioria simples de votos.

**Art. 20.** O edital deverá constar o caráter da reunião se ordinária ou extraordinária; o local; a hora; a data; a pauta da ordem do dia; e se possível, seguir acompanhada das cópias dos documentos que serão analisados e deliberados na reunião.

**Art. 21.** Não é permitido o exercício cumulativo das funções e cargos de um membro em Conselhos distintos.

**Art. 22.** Perderá automaticamente seu mandato o integrante de Conselho que faltar a três (03) reuniões consecutivas, ou a cinco (05) alternadas, sem motivo justificado.

### CONSELHO CURADOR

**Art. 23.** O Conselho Curador, órgão superior da **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV** será presidido pelo Presidente da Fundação, que terá o voto de qualidade nas deliberações coletivas, em casos de empate.

**Parágrafo Único.** Na ausência do Presidente, assumirá para todos os fins de direito suas funções estatutárias, o mais idoso dentre os Conselheiros.

**Art. 24.** São atribuições do Conselho Curador:

I - eleger e dar posse aos titulares e suplentes dos Conselhos que compõem o órgão administrativo da Fundação;

II - decidir sobre a reforma do presente estatuto, observadas as finalidades da Fundação e as exigências legais, com prévia anuência do Ministério público;

III - deliberar sobre a extinção da Fundação e o destino de seus bens, obedecendo os ditames do capítulo da extinção da Fundação;

IV - examinar e aprovar, por proposta do Conselho de Programação, os projetos e programas relativos às atividades de Radiodifusão da Fundação;

V - autorizar a realização de despesas extraordinárias, assim consideradas aquelas não previstas em orçamento;

VI - sugerir ao Conselho Diretor as providências que julgar necessárias ao interesse da Fundação;

VII - deliberar sobre propostas do Conselho Diretor relativas a aquisição, alienação ou oneração de bens pertencentes a Fundação, e absorção ou incorporação de outras entidades à Fundação, obedecendo os dispositivos no capítulo do patrimônio e das receitas;

VIII - autorizar a realização de acordos, contratos e convênios que constituam ônus, obrigações ou compromissos para a Fundação, ouvido previamente o MINISTÉRIO PÚBLICO no caso de negócio que exorbite a administração ordinária;

IX - decidir sobre as matérias ou casos omissos, no interesse da Fundação e consecução dos seus fins, não previstos neste Estatuto;

X - julgar em grau de recurso administrativo, penalidades impostas aos colaboradores.



**Art. 25.** O Conselho Curador se reunirá ordinariamente uma vez por ano, devendo as deliberações tomadas serem registradas em atas, quando convocado pelo seu Presidente, seu substituto legal ou, ainda, por no mínimo 1/3 de seus membros, para:

I - examinar e aprovar, por proposta do Conselho Diretor, o orçamento anual ou plurianual, com a previsão discriminada das receitas e autorização de despesas, e, o programa de atividades anual ou plurianual, ouvindo previamente o Conselho Fiscal;

II - examinar e aprovar, por proposta do Conselho Diretor, a prestação de contas e balanço, e os relatórios circunstanciados das atividades da Fundação, até o terceiro mês após o término do exercício fiscal, ouvindo previamente o Conselho Fiscal, a serem encaminhados ao MINISTÉRIO PÚBLICO.

**Art. 26.** O Conselho Curador reunir-se-á, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente da Fundação, devendo as deliberações tomadas serem registradas em atas.

### CONSELHO DIRETOR

**Art. 27.** O Conselho Diretor é o órgão executivo da **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV**, constituído por três (03) membros a saber:

- I - Presidente;
- II - Secretário; e,
- III - Tesoureiro.

**Art. 28.** Compete ao Conselho Diretor:

- I - cumprir e fazer cumprir as decisões da Conselho Curador;
- II - elaborar e executar os programas e projetos relativos às atividades anual ou plurianual; o orçamento anual ou plurianual, com previsão discriminada das receitas e despesas, as demonstrações financeiras para o exercício seguinte;
- III - elaborar e apresentar ao Conselho Curador, anualmente, dentro do prazo de três (03) meses seguintes ao término do exercício fiscal, a prestação de contas e balanços, bem como os relatórios circunstanciados do balanço econômico-financeira, das atividades e situação da fundação no respectivo exercício, nos termos da Resolução da Procuradoria de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul;
- IV - admitir e demitir funcionários, celebrar contratos, acordos, convênios e outros atos imprescindíveis à manutenção das atividades e de interesse da Fundação;
- V - elaborar os regimentos internos dos Departamentos da Fundação;
- VI - quando publicar as demonstrações financeiras, fazer constar a indicação de sua aprovação pelo MINISTÉRIO PÚBLICO, ou as ressalvas que pendem de aprovação.

**Art. 29.** Compete ao Presidente:

- I - convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor com direito a voto e as do Conselho Curador sem direito a voto;
- II - cumprir e fazer este Estatuto e demais Regimentos Internos;



- III - representar a Fundação judicial e extrajudicialmente, podendo constituir mandatários, outorgando-lhes poderes específicos;
- IV - administrar e supervisionar todas as atividades da Fundação;
- V - assinar quaisquer documentos e praticar demais atos compreendidos como necessários na administração, de acordo com as regras legais e regulamentares;

**Art. 30.** Compete ao Secretário:

- I - substituir o Presidente nas suas ausências ou impedimentos;
- II - elaborar e encaminhar às autoridades competentes, especialmente ao MINISTÉRIO PÚBLICO, a prestação de contas, balanços, demonstrações financeiras, relatórios circunstanciados e documentação pertinentes, nos termos da Resolução da Procuradoria de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul;
- III - comunicar ao MINISTÉRIO PÚBLICO, dentro do prazo de trinta dias, alteração de dados cadastrais;
- IV - publicar todas as notícias das atividades da Fundação;
- V - colaborar com o Presidente na direção e execução de todas as atividades da Fundação.

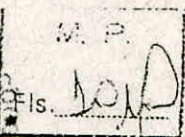
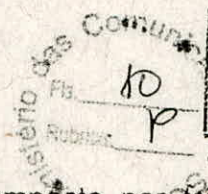
**Art. 31.** Compete ao Tesoureiro:

- I - colaborar com o Presidente na direção e execução de todas as atividades da Fundação;
- II - arrecadar e contabilizar as contribuições, doações, rendas e demais receitas, mantendo em dia a escrituração;
- III - apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que solicitado;
- IV - apresentar semestralmente o balancete e relatório financeiro ao Conselho Fiscal;
- V - preparar e apresentar ao Conselho Curador e Fiscal, a proposta do orçamento anual ou plurianual, com a previsão discriminada das receitas e autorização de despesas, e, o programa de atividades anual ou plurianual;
- VI - preparar e apresentar ao Conselho Curador, a prestação de contas e balanço, e os relatórios circunstanciados das atividades, até o terceiro mês após o término do exercício fiscal, ouvindo previamente o Conselho Fiscal, e encaminhar ao MINISTÉRIO PÚBLICO;
- VII - efetuar os pagamentos de todas as obrigações da Fundação;
- VIII - acompanhar e supervisionar os trabalhos de contabilidade, das obrigações fiscais e trabalhistas;
- IX - assinar em conjunto com o Presidente, todos os cheques da Fundação;
- X - conservar sob sua guarda e responsabilidade todos os documentos relativos à tesouraria;
- XI - publicar anualmente a demonstração das receitas e despesas realizadas no exercício fiscal.

**Art. 32.** O Conselho Diretor reunir-se-á, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, devendo as deliberações tomadas serem registradas em atas.

CONSELHO FISCAL





**Art. 33.** O Conselho Fiscal é órgão fiscalizador, será composto por três (03) titulares e por seus respectivos suplentes, eleitos pelo Conselho Curador.

**Art. 34.** Compete ao Conselho Fiscal:

- I - examinar os documentos e livros de escrituração da Fundação;
- II - opinar sobre o relatório anual circunstanciado, pertinente às atividades da Fundação e sua situação econômica, financeira e contábil, fazendo constar do seu parecer informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação do Conselho Curador;
- III - opinar sobre o orçamento anual ou plurianual da Fundação e, ainda, sobre programas ou projetos relativos às atividades da Entidade, sob os aspectos da viabilidade econômico-financeira;
- IV - denunciar ao Conselho Curador e ao MINISTÉRIO PÚBLICO, os erros, fraudes ou crimes que descobrir, sugerindo providências úteis à regularização da Fundação;
- V - examinar e emitir parecer sobre o balancete semestral apresentado pelo Conselho Diretor, opinando a respeito;
- VI - opinar sobre a realização de despesas extraordinárias, aquelas não previstas em orçamento;
- VII - solicitar a contratação de auditor externo da Fundação a apuração de fatos específicos ou esclarecimentos e informações para melhor desempenho das suas atribuições.

§ 1º - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma (01) vezes ao ano e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 2º - No exercício de suas atribuições, os integrantes do Conselho Fiscal terão acesso aos lançamentos contábeis, atas de reuniões e documentos da Fundação.

#### DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO

**Art. 35.** O Conselho de Programação é um órgão administrativo auxiliar ao Conselho Diretor, presidido pelo Presidente da Fundação, composto por três (03) titulares e por seus respectivos suplentes, com conhecimentos técnicos básicos, para desenvolver tarefas específicas sobre programações de radiodifusão.

**Art. 36.** Compete ao Conselho de Programação:

- I - colaborar com o Conselho Diretor na direção e execução de todas as atividades de radiodifusão da Fundação;
- II - elaborar e executar as diretrizes gerais para a grade de programação a ser veiculada pela emissora, obedecendo à legislação específica;
- II - examinar, avaliar e aprovar a programação do setor encarregado da produção; e,
- III - selecionar a programação de outros centros de produção para veicular nas Emissoras da Fundação.

§ 1º - O Conselho de Programação reunir-se-á, ordinariamente, uma (01) vezes ao ano e, extraordinariamente, sempre que o Conselho Curador e Diretor solicitar.



§ 2º - No exercício de suas atribuições, todas as deliberações serão lavradas em atas de reunião.

## Capítulo IV

### DAS ATIVIDADES DE RADIODIFUSÃO

Art. 37. Toda a programação estabelecida pelo Conselho de Programação obedecerá às determinações do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA E DO MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO, sendo submetida à prévia aprovação do órgão que os representam, e, nas transmissões de TVs educativas, a programação comunitária a ser inserida deverá obedecer aos critérios e diretrizes firmados no Contrato de retransmissão da Geradora.

Art. 38. A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV** não poderá executar serviços, nem deter concessões ou permissões de radiodifusão sonora no País, além dos limites previstos pelo Artigo 12 do Decreto-Lei 236, de 28.02.67.

Art. 39. A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV** usará em suas emissoras o nome fantasia: ( **EMISSORA CULTURA E VIDA** ).

Art. 40. A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV** manterá à disposição do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA a programação produzida, para fins de veiculação em emissoras educativas da Federação.

Art. 41. A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV** não poderá utilizar as emissoras de rádio, televisão ou sua editora para fins político-partidários, nem para difusão de ideais que incentivem preconceitos de qualquer espécie.

Art. 42. A qualquer tempo, a **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV** poderá:

I. - promover convênios, acordos e contratos permitindo os estabelecimentos de ensino superior do Município e dos Municípios limitados pelo alcance da emissora, participarem nas programações; e,

II. - autorizar que sua programação de acervo seja veiculada gratuitamente por outras emissoras educativas.


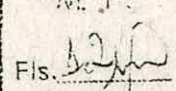
Art. 43. A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV** deverá:

I - participar do sistema nacional de radiodifusão educativa;

II - reunir a participação em seu Conselho de Programação de pelo menos, 20% (vinte por cento) dos estabelecimentos de ensino superior do Município e nos Municípios limitados ao alcance da emissora; e

III - reservar 20% (vinte por cento) do tempo total da programação para veiculação de programas produzidos, fornecidos ou orientados pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA.



  
Fls. 

**Parágrafo Único.** A alteração da grade de programação das emissoras somente poderão ser feitas mediante autorização do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA ou pelo Órgão que o representa.

**Art. 44.** Para a realização dos objetivos e finalidades, a **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV** poderá firmar convênios ou contratos com órgãos públicos e privados, entidades governamental e não governamental, nacional e internacional.

## Capítulo V

### Do Patrimônio e das Receitas

**Art. 45.** O patrimônio da **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV** é constituído de todos os bens indicados na escritura pública de constituição e pelos que ela vier a possuir sob as formas de doações, legados e aquisições, livres e desembaraçados de ônus.

**Parágrafo Primeiro.** As doações e legados com encargos somente serão aceitos após a autorização do Conselho Curador e da Curadoria de Fundações do Ministério Público.

**Parágrafo Segundo.** A contratação de empréstimos financeiros, em bancos ou particulares, o percentual acima de trinta por cento (30%) sobre o orçamento anual da fundação, bem como a gravação de ônus sobre imóveis, dependerá de prévia aprovação do Conselho Curador e do Ministério Público.

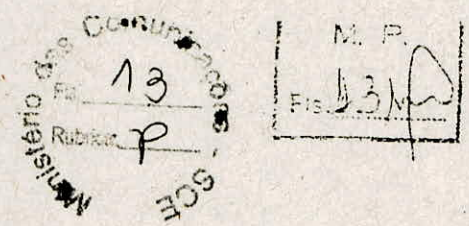
**Parágrafo Terceiro.** A alienação ou permuta de bens, seja para aquisição de outros mais rendosos ou mais adequados, deverão ter prévia autorização do Conselho Curador e do Ministério Público.

**Art. 46.** Constituem receitas da **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV**:

- I - contribuições periódicas ou eventuais de pessoas físicas ou jurídicas;
- II - rendas resultantes da prestação de serviços e dos imóveis que possuir;
- III - contribuições, subvenções e auxílios de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras;
- IV - rendas em seu favor constituídas por terceiros;
- V - doações ou legados;
- VI - dotações ou subvenções, da União, dos Estados e Municípios ou através de Órgãos Públicos da Administração Direta e Indireta;
- VII - produtos de operações de crédito, internas ou externas, para financiamento de suas atividades;
- VIII - rendimentos decorrentes de títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade;
- IX - usufrutos que lhe forem conferidos; e,
- X - juros bancários e outras receitas de capital.

**Art. 47.** O patrimônio e as rendas da **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV** somente poderão ser utilizados para a manutenção de seus objetivos e finalidades, aplicados integralmente no território nacional.





## Capítulo VI

### REGIME ORÇAMENTÁRIO E CONTÁBIL, EXERCÍCIO FINANCEIRO E CONTROLE

**Art. 48.** O exercício fiscal da Fundação coincidirá com o ano civil.

**Art. 49.** A Fundação levantará balanços gerais e procederá à apuração de resultados em 31 de dezembro de cada exercício.

**Art. 50.** A Fundação terá orçamento anual ou plurianual, com a previsão discriminada das receitas e autorização das despesas. A realização de despesas extraordinárias dependerá de autorização do Conselho Curador, ouvido o Conselho Fiscal, ou, sendo para atender a necessidade premente, de aprovação posterior daqueles órgãos.

**Art. 51.** A Fundação só poderá manter em caixa o numerário estritamente necessário à realização de pagamentos imediatos, bem como conservar, em conta bancária, as importâncias destinadas ao cumprimento das obrigações a curto prazo.

**Art. 52.** As demais disponibilidades financeiras deverão ser aplicadas em investimentos que se revistam de segurança, rentabilidade e liquidez.

**Art. 53.** A escrituração deverá abranger todas operações e as receitas e despesas deverão ser contabilizadas com base no regime de competência. Quando for o caso, a receita oriunda de investimentos ou os débitos decorrentes de empréstimos deverão ser contabilizados, mensalmente, distinguindo-se a amortização do crédito ou débito.

**Art. 54.** O controle interno exercido pelo Conselho Curador e pelo Conselho Fiscal, bem como as auditorias externas, deverão abranger os aspectos administrativos, funcionais, econômico-financeiros e contábeis, e consistirão na auditoria física, na auditoria de livros e no relatório de resultado.

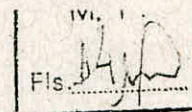
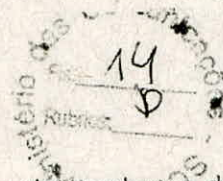
**Art. 55.** A prestação de contas para apresentar junto ao MINISTÉRIO PÚBLICO, será efetivada dentro do prazo de até três (03) meses seguintes ao término do exercício fiscal, salvo prorrogação de prazo por motivos justificados, observando-se internamente os seguintes prazos:

I - o Conselho Diretor terá o prazo de um (01) mês para fechar a prestação de contas e encaminhar ao Conselho Fiscal todos os elementos e documentação pertinentes;

II - o Conselho Fiscal terá o prazo de um (01) mês para examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas;

III - o Conselho Diretor de posse do parecer do Conselho Fiscal encaminhará imediatamente ao Conselho Curador, que terá o prazo de um (01) mês para decidir sobre a matéria.





**Art. 56.** A alienação, oneração, arrendamento ou permuta de qualquer dos bens integrantes do patrimônio da Fundação somente poderá ser efetivada, após anuência do MINISTÉRIO PÚBLICO, desde que se revelar útil ou necessário à consecução dos objetivos da Fundação, condicionada à consecução dos objetivos da Fundação e à aprovação dos órgãos de administração competentes, com maioria absoluta dos votos favoráveis à operação.

**Art. 57.** Para alteração do presente Estatuto, exige-se:

I - que seja deliberada pela maioria absoluta dos integrantes do Conselho Curador e do Conselho Diretor, em sessão conjunta especialmente convocada para deliberar sobre a matéria;

II - que a reforma não contrarie os fins da Fundação;

III - que seja formalizada por escritura pública;

IV - que seja aprovada, previamente, pelo MINISTÉRIO PÚBLICO, e se propor mudanças referente a radiodifusão, necessariamente aprovação do MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

## Capítulo VII

### DA EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO

**Art. 58.** A Fundação só será extinta ou mesma incorporada a outra instituição pública ou privada, nos casos previstos em Lei e desde que comprovada a impossibilidade de realização dos seus fins com autonomia, devendo o respectivo ato ser aprovado por 2/3 (dois terços) dos integrantes do Conselho Curador e Conselho Diretor, em sessão conjunta especialmente convocada para deliberar sobre essa proposição, ouvido previamente o MINISTÉRIO PÚBLICO.

**Art. 59.** No caso de dissolução e extinção, o patrimônio remanescente será destinados a outra entidade registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, ou entidade pública, de fins idênticos ou semelhantes, a critério da Fundação e previa aprovação do MINISTÉRIO PÚBLICO, sendo que o acervo patrimonial não poderá ser desmembrado.

**Parágrafo Único.** A dissolução poderá ser feita administrativa ou judicialmente.

## Capítulo VIII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 60.** Os funcionários da Fundação obedecerão o regime da Consolidação das Leis do Trabalho; a prestação de serviços de natureza eventual ou voluntária, obedecerá as normas pertinentes.



**Parágrafo Único.** Para a execução de tarefas de natureza técnica, o Presidente da Fundação poderá contratar pessoas jurídicas ou pessoas físicas, observados os preceitos da legislação civil e respeitando as limitações orçamentárias.

**Art. 61.** Os casos omissos neste Estatuto serão decididos pelo Conselho Curador, podendo o Conselho Diretor, no caso de urgência, decidir sobre a matéria *ad referendum* do Conselho Curador, respeitados em qualquer hipótese os preceitos legais e regulamentares e os princípios inerentes à matéria fundacional.

**Art. 62.** É vedada à **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV** a qualquer tempo, sob qualquer título, remessa de valores ao exterior. As suas rendas, recursos e eventual resultado financeiros, deverão ser integralmente aplicados na manutenção e desenvolvimento dos objetivos e finalidades institucional, no território nacional.

**Art. 63.** A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV** poderá convidar, a qualquer tempo, o MINISTÉRIO PÚBLICO para acompanhar suas atividades ou reuniões, com antecedência de quarenta e oito horas.

**Art. 64.** Os atuais mandatos ficam prorrogados até a posse dos eleitos conforme o estabelecido no Parágrafo Único, do artigo anterior.

**Art. 65.** O MINISTÉRIO PÚBLICO poderá requisitar a **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV** à expensa desta; a realização de auditoria externa, quando considerar idôneos, incompletos ou imprecisos os dados da prestação de contas anual.

**Art. 66.** O MINISTÉRIO PÚBLICO poderá determinar intervenção administrativa ou requerê-la judicialmente com a nomeação de administradores provisórios, em caso de comprovada transgressão grave deste Estatuto ou da legislação, pelos integrantes da **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV**.

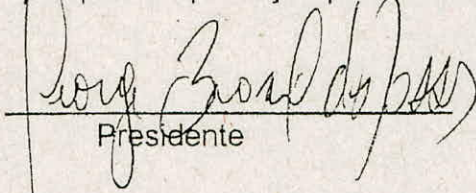
## Capítulo IX

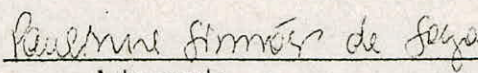
### DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

**Art. 67.** O primeiro Presidente da Fundação, para alcançar maior estabilidade administrativa e financeira, no prazo de trinta (30) dias após a aprovação deste Estatuto pelo Ministério Público, fica-o responsável em providenciar o registro definitivo do Estatuto em Cartório.

**Parágrafo Único.** No mesmo prazo, o Presidente convocará eleições gerais para o preenchimento de todos os cargos definidos neste Estatuto.

**Art. 68.** O presente Estatuto entra em vigor na data do seu registro em Cartório, após prévia aprovação pelo MINISTÉRIO PÚBLICO.

  
Presidente

  
Advogado OAB/MS 7450



Ministério das Comunicações  
16  
P  
SCE

## ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - 2007

Aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e sete, às 19:00 horas, reuniram-se legalmente em primeira convocação na sede da Fundação Cultura e Vida, na Avenida Mato Grosso, nº 26, sala 01, Centro, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, sob a presidência da Sr. Edmilson de Freitas Muchon, os integrantes do Conselho Curador, em atendimento ao instrumento convocatório, para deliberarem sobre a ordem do dia: I - Aprovação de novos integrantes; II - Renúncia de integrante; III - Nomeação para cargos em vacância. Formada a mesa dos trabalhos, o Sr. Presidente abriu a sessão e por sua vez convidou a mim Rosimar Ávila Toneti, para secretariar os trabalhos da reunião. O Sr. Presidente pediu que fosse lido o nome dos candidatos integrantes. Após deliberação foram aprovados por unanimidade os seguintes nomes: Carmem Evanir Alves Chamorro, brasileira, casada, ministra da confissão religiosa, residente e domiciliado na Rua Colheiros, 231, Campo Grande, MS, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.119.111 SSP/MS, inscrita no CPF nº 728.374.031-72, Ivan Barbosa Torquato, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na Rua do Drama, 1126, Campo Grande, MS, portador da Cédula de Identidade RG nº 572579 SSP/MS, inscrito no CPF nº 561.959.661-34, Rosimar Ávila Toneti, brasileira, casada, psicóloga, residente e domiciliada na Rua Estrela do Norte, 397, Campo Grande, MS, portadora da Cédula de Identidade RG nº 517660 SSP/MS, inscrita no CPF nº 595.965.541-15, Max Leite Chamorro, brasileiro, casado, contabilista, residente e domiciliado na Rua Colheiros, 231, Campo Grande, MS, portador da Cédula de Identidade RG nº 000624572 SSP/MS, inscrito no CPF nº 562.483.931-68, Ricardo Pires Gripp, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado na Rua Comercial, 105, Campo Grande, MS, portador da Cédula de Identidade RG nº 000625515 SSP/MS, inscrito no CPF nº 367.431.781-87, Vaneska de Melo Horta Muller, brasileira casada, secretária, residente e domiciliada na Rua Jorge Narras, nº 373, Campo Grande, portadora da Cédula de Identidade RG nº 545522 SSP/MS, inscrita no CPF nº 528.201.901-97, Julia Barbier Lopes Barros, brasileira, casada, secretária, residente e domiciliada na Rua Pedro Celestinho, nº 2644, São Francisco, Bloco 1, apartamento 201, Campo Grande, MS e Antonio Toneti, brasileiro, casado, ministro de confissão religiosa, residente e domiciliado na Rua Estrela do Norte, 397, Campo Grande, MS, portador da Cédula de Identidade RG nº 292.860 SSP/MS. Prosseguindo, o Sr. Edmilson de Freitas Muchon, Presidente do Conselho Curador, apresentou, com grande pesar, o seu pedido desligamento da Fundação, por motivo de foro íntimo e de força maior. Após justificar o seu pedido, todos anuíram. A reunião foi presidida pelo Sr. Pedro Jordão Neto, nos termos do art. 23, parágrafo único do Estatuto da Fundação, o qual deu prosseguimento à reunião. Em ato contínuo, o Sr. Presidente interino recebeu os pedidos de desligamento, além do Sr. Edmilson de Freitas Muchon, Presidente do Conselho Curador, a Sra. Dinah Aparecida Rodrigues, Conselheira do Conselho Curador, a Sra. Denise Maria Ayres Tolentino Passos, Conselheira do Conselho Curador, a Sra. Claudia Olívia Cesco Ribeiro Harfouche, Presidente do Conselho Diretor, o Sr. Hudson da Cunha Pinheiro, Tesoureiro do Conselho Diretor, o Sr. Anderson Carlos de Figueiredo, Secretário do Conselho Diretor e as Sras. Silvia Nanci Lourenço de Figueiredo e Josiany da Costa Maia Analistas Fiscais do Conselho Fiscal. Todos justificaram que se desligaram desta Fundação, e conseqüentemente das atividades, por motivo de foro íntimo. Após analisar as justificativas dos pedidos de desligamento, o Sr.

*[Handwritten signatures and initials]*



Presidente interino e os demais presentes, anuíram com os pedidos. O Sr. Presidente interino agradeceu pelo empenho e serviços prestados, desejando a todos sucesso para os próximos projetos de suas vidas. A seguir, foram indicados para preenchimento dos cargos em vacância, os seguintes integrantes: Carmem Evanir Alves Chamorro, Ivan Barbosa Torquato, Rosimar Ávila Toneti, Max Leite Chamorro, Ricardo Pires Gripp, Vaneska de Mello Horta Muller, Julia Barbier Lopes Barros e Antonio Toneti. O Sr. Presidente interino frisou ainda que os novos empossados já foram previamente aceitos como integrantes pelos seus respectivos Conselhos. A proposta foi aceita unanimemente. Desta forma, os Conselhos ficaram assim definidos:

**Conselho Curador** (mandato de 03.09.2007 a 07.06.2008)

Cargo	Nome e qualificação
Presidente do Conselho Curador	Carmem Evanir Alves Chamorro, brasileira, casada, RG n° 1.119.111 SSP/MS e CPF/MF n° 728.374.031-72.
Conselheiro	Ivan Barbosa Torquato, brasileiro, casado, RG n° 572579 SSP/MS e CPF/MF n° 561.959.661-34
Conselheiro	Pedro Jordão Neto, brasileiro, casado, RG n° 19.938 CREA/MG e CPF/MF n° 352.088.216-72.
Conselheira	Rosimar Ávila Toneti, brasileira, casada, RG n° 517660 SSP/MS e CPF/MF n° 595.965.541-15.

**Conselho Diretor** (mandato de 03.09.2007 a 07.06.2008)

Cargo	Nome e qualificação
Diretor-Presidente	Antonio Toneti, brasileiro, casado, RG n° 292.860 SSP/MS e CPF/MF n° 313.306.571-87.
Tesoureiro	Ricardo Pires Gripp, brasileiro, casado, RG n° 625515 SSP/MS e CPF/MF n° 367.431.781-87.
Secretário	Max Leite Chamorro, brasileiro, casado, RG n° 684572/SSP/MS e CPF/MF n° 562.483.931-68.

**Conselho Fiscal** (mandato de 03.09.2007 a 07.06.2008)

Cargo	Nome e qualificação
Analista Fiscal	Julia Barbier Lopes Barros, brasileira, casada RG n° 355.222.814 SSP/SP e CPF/MF n° 924.529.221-53
Analista Fiscal	Rosilaine Meurer da Cunha, brasileira, casada, RG n° 929.918 SSP/MS e CPF/MF n° 662.238.491-68
Analista Fiscal	Vaneska de Melo Horta Muller, brasileira, casada, RG n° 545522 SSP/MS e CPF/MF n° 528.201.901-97

**Conselho de Programação** (mandato de 07.06.2005 a 07.06.2008)

Cargo	Nome e qualificação
Analista de Programação	Vane Maria Moura Réa, brasileira, casada, RG n° 507.498 SSP/MS e CPF/MF n° 558.853.651-72.
Analista de Programação	Heloísa Nalesso Jordão, brasileira, casada, RG n° M 732.886 SSP/MG e CPF/MF n° 431.693.506-25 e.



Analista	de	Claudinei Silva da Cunha, brasileiro, casado, RG n.º 421.296
Programação		SSP/MS e CPF/MF n.º 489.223.401-00

Todos os substitutos foram empossados imediatamente em seus respectivos cargos pelo Sr. Presidente interino; assumindo suas funções. Assim, a nova Presidente do Conselho Curador, Sra. Carmem Evanir Alves Chamorro prosseguiu com a reunião agradecendo a todos os presentes pelo voto de confiança e ratificou que irá cumprir com todas as suas atribuições, com zelo e muito profissionalismo. Como nenhum dos presentes quis fazer o uso da palavra, e nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, passado o tempo suficiente, foi lavrada esta ata que, lida aos presentes, foi aprovada por unanimidade, e segue assinada por mim, secretário, pela Presidente da mesa, e demais presentes.

Edmilson de Freitas Muchon

Dinah Aparecida Rodrigues

Denise Maria Ayres Tolentino Passos

Claudia Olívia Cesco Ribeiro Harfouche

Anderson Carlos de Figueiredo

Silvia Nanci Lourenço de Figueiredo

Carmem Evanir Alves Chamorro

Ivan Barbosa Torquato

Pedro Jordão Neto

Rosimar Ayila Toneti

Antonio Toneti

Max Leite Chamorro

Ricardo Pires Gripp

Julia Barbier Lopes Barros

Rosilaine Meurer da Cunha

Vaneska de Melo Horta Muller

Vane Maria Moura Réa

Heloisa Nalesso Jordão

Claudinei Silva da Cunha

11/01/2007

BRASILIA, 11/01/2007



## DECLARAÇÃO

A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA**, inscrita no CNPJ sob nº 03.923.421/0001-82, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada para a localidade de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, canal 206E, declara para os devidos fins que tem conhecimento e adesão às cláusulas que regulam as relações da permissionária com o Poder Concedente, caso o pedido de renovação seja atendido (artigo 3º, § 1º, a, Dec. 88.066/1983, de 26/01/1983).

20 AGO. 2013

3.º OF.

Antonio Toneti  
Presidente

**3º SERVIÇO NOTARIAL DE CAMPO GRANDE/MS**  
Tabelião ELY AYACHE | R. Antonio Maria Coelho, 1400 - Centro - PAIXÓPOLIS 3027-2333

Reconheço por Semelhança 1 firma(s) de:

ANTONIO TONETI

Selo(s): AFR69507-805

Campo Grande, 20/08/2013, OP: CA

Em test. da verdade. P:338

VILMA LIMA DE SOUZA NOGUEIRA - ESCRIVENTE

EMOL R\$ 5,00 ISS R\$ 0,25 FUNJ. 10% R\$ 0,50 TOTAL: R\$ 5,75

VALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE SEM EMENDAS E/OU RASURAS





20  
2009

<b>CAI-A</b>		<b>GRCS - GUIA DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL</b>		URBANA - GRCSU		VENCIMENTO 30/08/2013	EXERCÍCIO 2009
DADOS DA ENTIDADE SINDICAL							
NOME DA ENTIDADE SIN EMPREG EMPRESA DE RADIODIFUSÃO TELEVISÃO SANTA CATARINA						CÓDIGO DA ENTIDADE SINDICAL 009.019.13018-3	
ENDEREÇO RUA TEN SILVEIRA N 324		NÚMERO		COMPLEMENTO		CNPJ DA ENTIDADE 82.533.134/0001-32	
BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 88010-301		CIDADE / MUNICÍPIO FLORIANOPOLIS		UF SC	
DADOS DO CONTRIBUINTE							
NOME / RAZÃO SOCIAL / DENOMINAÇÃO SOCIAL FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA -FCV						CPF / CNPJ / CÓDIGO DO CONTRIBUINTE 03.923.421/0001-82	
ENDEREÇO RUA UIRAPURU, N° 1154		NÚMERO		COMPLEMENTO			
CEP 79034-600	BAIRRO / DISTRITO CONJ HAB. TAQUARAL BOSQUE			CIDADE / MUNICÍPIO CAMPO GRANDE		UF MS	CÓDIGO ATIVIDADE 9430800
DADOS DE REFERÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO						DADOS DA CONTRIBUIÇÃO	
CATEGORIA ( ) - Patronal/Empregador (X) Empregados ( ) - Prof. Liberal ( ) - Autônomos						(=) VALOR DO DOCUMENTO 80,68	
CAPITAL SOCIAL - EMPRESA		No. EMPREGADOS CONTRIBUINTES 4		(-) DESCONTO / ABATIMENTO			
TOTAL SOCIAL - ESTABELECIMENTO		TOTAL REMUNERAÇÃO - CONTRIBUINTE 2.420,00		(-) OUTRAS DEDUÇÕES			
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE  VALIDO PARA PAGTO ATÉ 30/08/2013		TOTAL EMPREGADOS - ESTABELECIMENTO 4		(+ ) MORA / MULTA 91,96			
				(+ ) OUTROS ACRÉSCIMOS 0,00			
				(=) VALOR COBRADO 172,64			

104-0 | 10499.71300 18917.703920 34210.001433 3 58060000017264

CÓDIGO DO CEDENTE 009.019.13018-3	NOSSO NÚMERO 039234210001	VALOR DO DOCUMENTO 172,64	DATA VENCIMENTO 30/08/2013	EXERCÍCIO 2009
--------------------------------------	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

860 0484 101 002 1908130

172,64R CB05

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

11. OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE BRASÍLIA  
CRS 505, Bloco Caixa 1/3, Brasília-DF  
AUTENTICAÇÃO  
Confere com o original. (Lei nº 8.755/04)  
Brasília-DF, 20 de Agosto de 2013  
025 - Selo: TJDFT2013001114942KJEA  
Consultar selos: www.tjdft.jus.br  
JOÃO RIBEIRO DA SILVA  
ESCREVENTE NOTARIAL



Rel090I

Período: 03/2009 a 03/2009

Opção: Geral

Mês / Ano	Matr.	Nome do Funcionário	Cargo	Data Admissão	Valor
<b>Empresa: 048 - FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV</b>					
03/2009	004	EDI CARLOS BALLMANN	LOCUTOR	02/01/2009	20,17
03/2009	003	IURI MINK VIEIRA	DIRETOR DE PROGRAMAÇÃO	01/05/2008	20,17
03/2009	001	JORGE LUIS VELA	LOCUTOR	01/12/2005	20,17
03/2009	002	JULIANO MARTINS	AUX ADM FINANCEIRO	01/05/2006	20,17
<b>Total Geral da Empresa:</b>					<b>80,68</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>80,68</b>





<b>CAIXA</b>		GRCS - GUIA DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL		VENCIMENTO	EXERCÍCIO
URBANA - GRCSU				30/04/2010	2010
DADOS DA ENTIDADE SINDICAL					
NOME DA ENTIDADE				CÓDIGO DA ENTIDADE SINDICAL	
SIN EMPREG EMPRESA DE RADIODIFUSÃO TELEVISÃO SANTA CATARINA				009.019.13018-3	
ENDEREÇO	NUMERO	COMPLEMENTO	CNPJ DA ENTIDADE		
RUA TEN SILVEIRA N 324			82.533.134/0001-32		
BAIRRO / DISTRITO	CEP	CIDADE / MUNICÍPIO	UF		
CENTRO	88010-301	FLORIANOPOLIS	SC		
DADOS DO CONTRIBUINTE					
NOME / RAZÃO SOCIAL / DENOMINAÇÃO SOCIAL				CPF - CNPJ / CÓDIGO DO CONTRIBUINTE	
FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA -FCV				03.923.421/0001-82	
ENDEREÇO	NUMERO	COMPLEMENTO			
AV MATO GROSSO, N 26					
CEP	BAIRRO / DISTRITO	CIDADE / MUNICÍPIO	UF	CÓDIGO ATIVIDADE	
79002-233	CENTRO	CAMPO GRANDE	MS	9430800	
DADOS DE REFERÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO			DADOS DA CONTRIBUIÇÃO		
CATEGORIA			(-) VALOR DO DOCUMENTO		
( ) - Patronal/Empregador (X) Empregados ( ) - Prof. Liberal ( ) - Autônomos			166,18		
CAPITAL SOCIAL - EMPRESA	No EMPREGADOS CONTRIBUINTES		(-) DESCONTO - ABATIMENTO		
	5				
CAPITAL SOCIAL - ESTABELECIMENTO	TOTAL REMUNERAÇÃO - CONTRIBUINTE		(-) OUTRAS DEDUÇÕES		
	4.985,00				
TOTAL EMPREGADOS - ESTABELECIMENTO		(+/-) MORA / MULTA			
5		0,00			
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+/-) OUTROS ACRESCIMOS			
		0,00			
		(-) VALOR COBRADO			
		166,18			

104-0 | 10499.71300 18917.703920 34210.001433 1 45880000016618

CÓDIGO DO CEDENTE	NOSSO NÚMERO	VALOR DO DOCUMENTO	DATA VENCIMENTO	EXERCÍCIO
009.019.13018-3	039234210001	166,18	30/04/2010	2010

0484 101 522 290410C

166,18R CB05

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

1. OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE BRASÍLIA  
 CRS 505, Bloco C, Loja 1/3 Brasília-DF  
 AUTENTICAÇÃO  
 Confere com o original. (Lei n. 8.935/94)  
 Brasília-DF, 20 de Agosto de 2017  
 025 - Selo: TJDFT201300111490880JXL  
 Consultar selos: www.tjdft.jus.br  
 JOAO RIBEIRO DA SILVA  
 ESCRIVENTE NOTARIAL



23  
Rubrica  
305

Data: 20/08/2013  
Pág.: 1  
Rel090I

Sindicato: 013 - SIN EMPREG EMPRESA DE RADIODIFUSÃO TELEVISÃO SANTA CATARINA  
Verba: 501 - Contribuição Sindical

Período: 03/2010 a 03/2010

Opção: Geral

Mês / Ano	Matr.	Nome do Funcionário	Cargo	Data Admissão	Valor
<b>Empresa: 048 - FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA -FCV</b>					
03/2010	007	DIEGO DE OLIVEIRA	LOCUTOR APRES. ANIMADOR	01/04/2009	20,17
03/2010	004	EDICARLOS BALLMANN	LOCUTOR APRES. ANIMADOR	02/01/2009	20,17
03/2010	006	EDUARDO BRANDL DA SILVA	DIRETO COMERCIAL	01/10/2009	49,00
03/2010	003	IURI MINK VIEIRA	DIRETOR DE PROGRAMAÇÃO	01/05/2008	56,67
03/2010	001	JORGE LUIZ VELA	LOCUTOR APRES. ANIMADOR	01/12/2005	20,17
					<b>Total Geral da Empresa: 166,18</b>
					<b>Total Geral: 166,18</b>
5					
5					



24  
R

<b>CAIXA</b>		GRCS - GUIA DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL		URBANA - GRCSU		VENCIMENTO 12/05/2011	EXERCÍCIO 2011
DADOS DA ENTIDADE SINDICAL							
NOME DA ENTIDADE SIND DOS TRAB EM EMP DE RADIODIFUSÃO DO EST DO PARANÁ						CÓDIGO DA ENTIDADE SINDICAL 009.019.88359-9	
ENDEREÇO PC CARLOS GOMES NUM 211 1º ANDAR		NÚMERO		COMPLEMENTO		CNPJ DA ENTIDADE 75.041.871/0001-52	
BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 80010-140	CIDADE / MUNICÍPIO CURITIBA			UF PR	
DADOS DO CONTRIBUINTE							
NOME / RAZÃO SOCIAL / DENOMINAÇÃO SOCIAL FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA -FCV						CPF / CNPJ / CÓDIGO DO CONTRIBUINTE 03.923.421/0001-82	
ENDEREÇO AV MATO GROSSO, N 26		NÚMERO		COMPLEMENTO			
CEP 79002-233	BAIRRO / DISTRITO CENTRO			CIDADE / MUNICÍPIO CAMPO GRANDE		UF MS	CÓDIGO ATIVIDADE 9430800
DADOS DE REFERÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO				DADOS DA CONTRIBUIÇÃO			
CATEGORIA ( ) - Patronal/Empregador (X) Empregados ( ) - Prof. Liberal ( ) - Autônomos				(-) VALOR DO DOCUMENTO 237,50			
CAPITAL SOCIAL - EMPRESA		No EMPREGADOS CONTRIBUINTES 6		(-) DESCONTO / ABATIMENTO			
PAT. SOCIAL - ESTABELECIMENTO		TOTAL REMUNERAÇÃO - CONTRIBUINTE 7.125,00		(-) OUTRAS DEDUÇÕES			
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		TOTAL EMPREGADOS - ESTABELECIMENTO 6		(+ ) MORA / MULTA 28,50			
				(+ ) OUTROS ACRÉSCIMOS 0,00			
				(-) VALOR COBRADO 266,00			

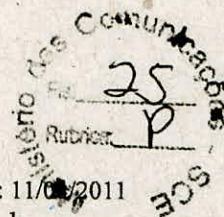
104-0 | 10499.78834 59917.703924 34210.001433 9 49650000026600

CÓDIGO DO CEDENTE 009.019.88359-9	NOSSO NÚMERO 039234210001	VALOR DO DOCUMENTO 266,00	DATA VENCIMENTO 12/05/2011	EXERCÍCIO 2011
--------------------------------------	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

CEFA000412052011048241002876 266,00RD100E

II. OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE BRASÍLIA  
CRS 505, Bloco C, loja 1/3, Brasília-DF  
AUTENTICAÇÃO  
Confere com o original. (Lei n. 8.929/94)  
Brasília-DF, 20 de Agosto de 2011  
025 - Selo: TJDF 201300111490-RRRL  
Consultar selos: www.tjdft.jus.br  
JOÃO RIBEIRO DA SILVA  
ESCREVENTE NOTARIAL





Data: 11/04/2011

Pág.: 1

Rel090I

Opção: Geral

Verba: 501 - Contribuição Sindical

Período: 03/2011 a 03/2011

Mês / Ano	Matr.	Nome do Funcionário	Cargo	Data Admissão	Valor
<b>Empresa: 048 - FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA -FCV</b>					
03/2011	009	CAMILA WEBER	GERENTE ADMINISTRATIVO	17/01/2011	66,67
03/2011	007	DIEGO DE OLIVEIRA	LOCUTOR APRES. ANIMADOR	01/04/2009	21,33
03/2011	006	EDUARDO BRANDL DA SILVA	DIRETO COMERCIAL	01/10/2009	49,00
03/2011	008	FERNANDO MANUEL MARTINS	OPERADOR DE AUDIO	01/06/2010	22,50
03/2011	003	IURI MINK VIEIRA	DIRETOR DE PROGRAMAÇÃO	01/05/2008	56,67
03/2011	001	JORGE LUIZ VELA	LOCUTOR APRES. ANIMADOR	01/12/2005	21,33
<b>Total Geral da Empresa:</b>					<b>237,50</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>237,50</b>



26  
RUBRICADO  
306

<b>CAIXA</b>		GRCS - GUIA DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL		VENCIMENTO 30/04/2012	EXERCÍCIO 2012
URBANA - GRCSU					
DADOS DA ENTIDADE SINDICAL					
NOME DA ENTIDADE SIN EMPREG EMPRESA DE RADIODIFUSÃO TELEVISÃO SANTA CATARINA				CÓDIGO DA ENTIDADE SINDICAL 009.019.13018-3	
ENDEREÇO RUA TEN SILVEIRA N 324		NÚMERO	COMPLEMENTO	CNPJ DA ENTIDADE 82.533.134/0001-32	
BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 88010-301	CIDADE / MUNICÍPIO FLORIANOPOLIS	UF SC	
DADOS DO CONTRIBUINTE					
NOME / RAZÃO SOCIAL / DENOMINAÇÃO SOCIAL FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA -FCV				CPF / CNPJ / CÓDIGO DO CONTRIBUINTE 03.923.421/0001-82	
ENDEREÇO AV MATO GROSSO, N 26		NÚMERO	COMPLEMENTO		
CEP 79002-233	BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CIDADE / MUNICÍPIO CAMPO GRANDE		UF MS	CODIGO ATIVIDADE 9430800
DADOS DE REFERÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO				DADOS DA CONTRIBUIÇÃO	
CATEGORIA ( ) - Patronal/Empregador (X) Empregados ( ) - Prof. Liberal ( ) - Autônomos				(=) VALOR DO DOCUMENTO 155,08	
CAPITAL SOCIAL - EMPRESA		No. EMPREGADOS CONTRIBUINTE 4		(-) DESCONTO / ABATIMENTO	
CAPITAL SOCIAL - ESTABELECIMENTO		TOTAL REMUNERAÇÃO - CONTRIBUINTE 4.652,39		(-) OUTRAS DEDUÇÕES	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		TOTAL EMPREGADOS - ESTABELECIMENTO 4		(+/-) MORA / MULTA 0,00	
				(+/-) OUTROS ACRÉSCIMOS 0,00	
				(=) VALOR COBRADO 155,08	

104-0 | 10499.71300 18917.703920 34210.001433 4 53190000015508

CODIGO DO CEDENTE 009.019.13018-3	NOSSO NÚMERO 039234210001	VALOR DO DOCUMENTO 155,08	DATA VENCIMENTO 30/04/2012	EXERCÍCIO 2012
--------------------------------------	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

1. OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE BRASÍLIA  
CRS 505, Bloco C, Loja 1/3, Brasília-DF  
AUTENTICAÇÃO  
Confere com o original. (Lei n. 8.436/94)  
Brasília-DF, 20 de Agosto de 2013  
025 - Selo: TJDFT20130011149742TVDN  
Consultar selos: www.tjdft.jus.br  
JOAO RIBEIRO DA SILVA  
ESCREVENTE NOTARIAL



Data: 20/08/2013

Pág.: 1

Rel0901

Sindicato: 013 - SIN EMPREG EMPRESA DE RADIODIFUSÃO TELEVISÃO SANTA CATARINA

Verba: 501 - Contribuição Sindical

Período: 03/2012 a 03/2012

Opção: Geral

Mês / Ano	Matr.	Nome do Funcionário	Cargo	Data Admissão	Valor
<b>Empresa: 048 - FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV</b>					
03/2012	006	EDUARDO BRANDL DA SILVA	DIRETO COMERCIAL	01/10/2009	50,58
03/2012	008	FERNANDO MANUEL MARTINS	OPERADOR DE AUDIO	01/06/2010	23,00
03/2012	003	IURI MINK VIEIRA	DIRETOR DE PROGRAMAÇÃO	01/05/2008	58,50
03/2012	001	JORGE LUIZ VELA	LOCUTOR APRES. ANIMADOR	01/12/2005	23,00
4					<b>Total Geral da Empresa: 155,08</b>
4					<b>Total Geral: 155,08</b>





GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana  
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Vencimento 30/04/2013 Exercício 2013

**Dados da Entidade Sindical**

Nome da Entidade SIN EMPREG EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST SC 000403			Código da Entidade Sindical 000.009.019.13018-3	
Endereço R TEN SILVEIRA 324 S01 CP 914	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 82.533.134/0001-32	
Bairro/Distrito CENTRO	CEP 88010-301	Cidade/Município FLORIANOPOLIS	UF SC	

**Dados do Contribuinte**

Nome/Razão Social/Denominação Social FUNDACAO CULTURA E VIDA			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 03.923.421/0001-82	
Endereço R UIRAPURU	Número 1154	Complemento		
CEP 79034-600	Bairro/Distrito CONJUNTO HABITACIONAL ESTRELA	Cidade/Município CAMPO GRANDE	UF MS	Código Atividade 943

**Dados de Referência da Contribuição**

Categoria  
☐ Patronal/Empregador ☒ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes 5	(-) Desconto / Abatimento
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes 4.563,61	(-) Outras Deduções
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE	Total Empregados - Estabelecimento 5	(+) Mora / Multa
		(+) Outros Acréscimos
		PRT (=) Valor Cobrado

104-0

10499.71300 18917.703920 34210.001433 6 56840000015212

Código do Cedente 000.009.019.13018-3	Nosso Número 039234210001	Valor do Documento 152,12	Data Vencimento 30/04/2013	Exercício 2013
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

1. OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE BRASÍLIA  
CRS 505, Bloco C, Leila 1/3, Brasília-DF  
AUTENTICAÇÃO  
Confere com o original. (Lei n. 8.935/94)  
Brasília-DF, 20 de Agosto de 2013  
025 - Selo: TJDFT201300121491266ELT  
Consultar selos: www.tjdft.jus.br  
JOAO RIBEIRO DA SILVA  
ESCREVENTE NOTARIAL



Data: 20/08/2013

Pág.: 1

Rel0901

Sindicato: 013 - SIN EMPREG EMPRESA DE RADIODIFUSÃO TELEVISÃO SANTA CATARINA  
Verba: 501 - Contribuição Sindical

Período: 03/2013 a 03/2013

Opção: Geral

Mês / Ano	Matr.	Nome do Funcionário	Cargo	Data Admissão	Valor
<b>Empresa: 048 - FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV</b>					
03/2013	006	EDUARDO BRANDL DA SILVA	DIRETO COMERCIAL	01/10/2009	52,12
03/2013	008	FERNANDO MANUEL MARTINS	OPERADOR DE AUDIO	01/06/2010	25,00
03/2013	001	JORGE LUIZ VELA	LOCUTOR APRES. ANIMADOR	01/12/2005	25,00
03/2013	011	JOSUE ELIEL SILVA SANTOS	PROGRAMADOR	01/02/2013	25,00
03/2013	010	SANDRO BESEM MIRANDA	OPERADOR DE AUDIO	02/04/2012	25,00
5					
5					
Total Geral da Empresa:					152,12
Total Geral:					152,12



## Laudo de Vistoria Técnica

### Renovação de Outorga

### Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

<b>1- Identificação</b>	
1.1- Nome/Razão Social: FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA	
1.2- Indicativo de chamada: -	1-2- Horário de funcionamento: 24h00
<b>2- Localização da estação transmissora</b>	
2.1- Endereço: Rua do Antão, S/N	
Cidade: Florianópolis	UF: SC
CEP.: 88025-150	Telefone: -
<b>2.2- Coordenadas Geográficas</b>	
Latitude: 27°35'16,2" S	
Longitude: 48°32'01,1" W	
<b>2.3 - Transmissor Principal</b>	
2.3.1- Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy – EPP	
2.3.2 – Modelo: FM 1000	
2.3.3- Homologação/Certificação: 0285-04-2252      Serie: 0146	
2.3.4- Potência de operação(kW): 0,15      Potência medida(kW):	0,15 kW
2.3.5- Frequência(PBFM)[MHz]: 89,1      Frequência medida(MHz):	89,100520 MHz
2.3.6- Tolerância de frequência da portadora - ( $\pm 2000$ Hz):	000 Hz
2.3.7- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:	( X ) Sim      ( ) Não
2.3.8- Medidor de tensão contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	( X ) Operante ( ) Com defeito ( ) Inoperante
2.3.9- Medidor de corrente contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	( X ) Operante ( ) Com defeito ( ) Inoperante
2.3.10- Medidor de potência relativa de saída incidente e refletida:	( X ) Operante ( ) Com defeito ( ) Inoperante
2.3.11- Dispositivo de segurança que impeça o funcionamento do transmissor na falta ou insuficiência do sistema de resfriamento forçado, quando existir:	(X) Sim      ( ) Não
2.3.12- Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da frequência de operação:	(X) Sim      ( ) Não
2.3.13- Existência de dispositivos que permitam inibição de quaisquer controles externos que possam permitir ultrapassar o valor ajustado da potência de operação autorizada:	( X ) Sim      ( ) Não
2.3.14- Resistores de sangria ou outro dispositivo apropriado para descarga dos capacitores de filtro quando a alta tensão é	( X ) Sim      ( ) Não



desligada: Não se aplica	
2.3.15- Interruptores em portas e tampas onde existam tensões maiores que 350 Volts	( X ) Sim ( ) Não
2.3.16- Gabinetes com as partes expostas ao operador interligadas a terra:	( X ) Sim ( ) Não
2.3.17- Ajustes externos dos circuitos com tensões maiores que 350 Volts: Não se Aplica	( ) Sim ( ) Não
2.3.18- Fonte de alta tensão com proteção contra sobrecarga: Não se aplica	( ) Sim ( ) Não
<b>2.4- Transmissor Auxiliar</b>	
2.4.1- Fabricante: RF Telecomunicações Ltda.	
2.4.2 - Modelo: RDFM 1000T	
2.4.3- Homologação/Certificação: 1010-03-1806	
2.4.4- Potência de operação(kW): 0,15 Potência medida(kW):	0,15 kW
2.4.5- Frequência(PBFM)[MHz]: 89,1 Frequência medida(MHz):	89,096550 MHz
2.4.6- Tolerância de frequência da portadora - ( $\pm 2000$ Hz):	- 3,450 Hz
2.4.7- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:	( X ) Sim ( ) Não
2.4.8- Medidor de tensão contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	( X ) Operante ( ) Com defeito ( ) Inoperante
2.4.9- Medidor de corrente contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	( X ) Operante ( ) Com defeito ( ) Inoperante
2.4.10- Medidor de potência relativa de saída incidente e refletida:	( X ) Operante ( ) Com defeito ( ) Inoperante
2.4.11- Dispositivo de segurança que impeça o funcionamento do transmissor na falta ou insuficiência do sistema de resfriamento forçado, quando existir:	( X ) Sim ( ) Não
2.4.12- Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da frequência de operação:	( X ) Sim ( ) Não
2.4.13- Existência de dispositivos que permitam inibição de quaisquer controles externos que possam permitir ultrapassar o valor ajustado da potência de operação autorizada:	( X ) Sim ( ) Não
2.4.14- Resistores de sangria ou outro dispositivo apropriado para descarga dos capacitores de filtro quando a alta tensão é desligada:	( X ) Sim ( ) Não
2.4.15- Interruptores em portas e tampas onde existam tensões maiores que 350 Volts	( X ) Sim ( ) Não
2.4.16- Gabinetes com as partes expostas ao operador interligadas a terra:	( X ) Sim ( ) Não
2.4.17- Ajustes externos dos circuitos com tensões maiores que 350 Volts:	( X ) Sim ( ) Não
2.4.18- Fonte de alta tensão com proteção contra sobrecarga:	( X ) Sim + ( ) Não
<b>2.5- Sistema Irradiante Principal</b>	



<b>2.5.1- Antena</b>	
2.5.1.1- Fabricante: <b>RF Telecomunicações Ltda.</b>	
2.5.1.2- Modelo: <b>SI FM CL4</b>	
2.5.1.3- Quantidade de Elementos:	<b>04 elementos</b>
2.5.1.4- Altura (centro geométrico/base da torre – solo) [metros]:	<b>15,0 metros</b>
2.5.1.5- Azimute de Orientação (NV): <b>0</b>	<b>0 ° NV</b>
<b>2.5.2- Linha de Transmissão Principal</b>	
2.5.2.1- Fabricante: <b>Andrew Sistemas Ltda.</b>	
2.5.2.2- Modelo: <b>UX – 5 – 50</b>	
2.5.2.3- Proteção contra choques elétricos (condutor externo da Linha de Transmissão ligado à terra):	<input checked="" type="checkbox"/> ( X ) Sim <input type="checkbox"/> ( ) Não
<b>2.6- Sistema Irradiante Auxiliar</b>	
<b>2.6.1- Antena</b>	
2.6.1.1- Fabricante: <b>NT</b>	
2.6.1.2- Modelo: <b>NT</b>	
2.6.1.3- Quantidade de Elementos:	<b>elementos</b>
2.6.1.4- Altura (centro geométrico/base da torre – solo) [metros]:	<b>metros</b>
2.6.1.5- Azimute de Orientação (NV):	<b>° NV</b>
<b>2.6.2- Linha de Transmissão Auxiliar</b>	
2.6.2.1- Fabricante: <b>NT</b>	
2.6.2.2- Modelo: <b>NT</b>	
2.6.2.3- Proteção contra choques elétricos (condutor externo da Linha de Transmissão ligado à terra):	<input type="checkbox"/> ( ) Sim <input checked="" type="checkbox"/> ( X ) Não
<b>3- Outros equipamentos de uso compulsório:</b>	
3.1- Carga artificial (obrigatório para emissoras das classes E1, E2, E3 e A1)	<input type="checkbox"/> ( ) Sim <input checked="" type="checkbox"/> ( X ) Não
3.2- Limitador de modulação:	<input checked="" type="checkbox"/> ( X ) Operante <input type="checkbox"/> ( ) Com defeito <input type="checkbox"/> ( ) Inoperante
3.3- Monitor de modulação	<input checked="" type="checkbox"/> ( X ) Operante <input type="checkbox"/> ( ) Com defeito <input type="checkbox"/> ( ) Inoperante
3.4- Analisador de espectro (obrigatório para emissoras de Classe Especial).	<input type="checkbox"/> ( ) Sim <input checked="" type="checkbox"/> ( X ) Não
<b>4. Ocorrência de Harmônicos e Espúrios de Radiofrequência</b>	
<b>4.1- Transmissor Principal</b>	<b>Atenuação medida(dB):</b>
2º Harmônico	<b>-84 dB</b>
3º Harmônico	<b>-86 dB</b>
Espúrios	<b>Ausente</b>
<b>4.2- Transmissor Auxiliar</b>	<b>Atenuação medida(dB):</b>
2º Harmônico	<b>- 88 db</b>
3º Harmônico	<b>- 93db</b>
Espúrios	<b>➤ - 85 dB</b>



4.3- Existência de interferência prejudicial:	( ) Sim (X) Não
---	-----------------

**5- Outras Constatções:**

5.1- Disponibilidade de relatório de conformidade referente a limitação da exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos:	(X) Sim ( ) Não
---	-----------------

**6. Estúdios**

**6.1- Estúdio Principal**

6.1.1- Endereço: Rua Souza Dutra, 145, Sala 1002 – Florianópolis

**6.2- Estúdio Auxiliar**

6.2.1- Endereço: o mesmo

**7. Informações Adicionais**

**8. Instrumentos utilizados**

- a) Frequencímetro Promax, modelo FD-130, série 207396
- b) Monitor de modulação: marca Scala-modelo m1, série 2445
- c) Gerador de Função Heathkit, sem nº de série
- d) Medidor de Potência Wattímetro Bird, Modelo 43, série 2116A0
- e) Audio Analyzer, model AA-51, série , Fabricante Potomac Instruments, Inc, composto por AC Voltmeter  $\pm 3\%$ , THD Distortion Meter  $\pm 0,1\%$ , Im distortion  $\pm 5\%$ , Signal Plus Noise Meter  $\pm 5\%$ , Phase Meter  $\pm 5\%$ , ratio Meter  $\pm 5\%$  e W&F Meter  $\pm 5\%$ .
- f) Audio Generator, model AG-51, série
- g) Carga Resistiva Transtel 1,00 kW
- h) Analisador de espectro Tektronix , modelo 2710, série BO21480, precisão 2%
- i) Variable RF Signal Sampler, modelo 4275-20 ( 20-1000 MHz) – Bird, serial 1149720.

**9- Responsável pela vistoria técnica:**

Nome: JAYME MARQUES DE CARVALHO NETO

Formação: ENGENHEIRO ELETRÔNICO/TELECOMUNICAÇÕES

CREA: 3.058/D – DF

Local: Brasília/DF

Data: 04 /09/ 2013

Assinatura:

Jayme Marques de Carvalho Neto  
Engenheiro de Telecomunicações  
CREA DF - 3.058/D  
CPF nº 330.169.507-82

Representante legal da Entidade

Nome: Antonio Toneti – CPF nº. 313.306.571-87

Assinatura:



**9.4.1 - LAUDO DE ENSAIO DE TRANSMISSOR**  
**ANEXO À RESOLUÇÃO ANATEL n°. 067 DE 12 DE NOVEMBRO DE 1998**  
**E SUAS ALTERAÇÕES**

**9.4.1 – INTERESSADO**

- a) Nome: **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA**
- b) **CNPJ n°. 03.923.421/0001-82**
- c) Endereço completo: Avenida Mato Grosso, 26 – Centro – Florianópolis/SC
- d) Nome da emissora a que se destina: **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA**

**9.4.2 – ENSAIO**

- a) Motivo: Renovação de Outorga da emissora de FM  
Endereço completo onde foi realizado: Alto do Morro a Cruz, s/n – Centro – Florianópolis/SC  
Data em que foi realizado: 04 de setembro de 2013  
Objeto ensaiado: Transmissor de radiodifusão sonora em FM

**9.4.3 – FABRICANTE**

- a) Nome: MARCELO AMORIM DE GODOY - EPP
- b) Endereço: Rua Júlia Lopes de Almeida, 158 – Vila Paulicéia – São Paulo/SP
- c) Modelo: FM1000
- d) Frequência de operação: 89,1 MHz
- e) Potência de operação: 150,0 Watts

**9.4.4 – FUNÇÃO DO TRANSMISSOR – Transmissor Reserva**

**9.4.5 – MEDIÇÕES**

**9.4.5.1 – Frequência:**

- a) Nominal: 89.100,000 Hz
- b) Medida em ambiente normal: 89.100,435 Hz
- c) Variação máxima da frequência na unidade osciladora, após 60 minutos de estabilização em cada um dos extremos de temperatura (+10 e 50°C): 120 Hz  
Variação máxima de frequência observada durante 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente. + 30 Hz.

9.4.5.2 – Resposta de audiofrequência, para 50, 100, 400, 1000, 5000, 7500, 10000, 15000 Hz para 25, 50 e 100 % de modulação. Para estereofonia, as medições deverão ser feitas para 25, 50 e 90% de modulação, em cada canal individualmente.



Observação: Pré-ênfase de 75 us

Para 25% de modulação

Freq. (Hz)	50	100	400	1.000	5.000	7.500	10.000	15.000
Canal Dir.(dB)	-0,3	-0,2	0	0,3	7,5	10,4	12,7	15,8
Canal Esq.(dB)	-0,2	-0,2	0,1	0,3	7,6	10,5	12,8	15,8

Para 50% de modulação

Freq. (Hz)	50	100	400	1.000	5.000	7.500	10.000	15.000
Canal Dir. (dB)	-0,3	-0,2	0	0,4	7,6	10,5	12,8	15,8
Canal Esq.(dB)	-0,2	-0,1	0	0,3	7,6	10,6	12,9	15,9

Para 90% de modulação

Freq. (Hz)	50	100	400	1.000	5.000	7.500	10.000	15.000
Canal Dir.(dB)	-0,4	-0,2	0	0,4	7,6	10,6	12,7	15,7
Canal Esq.(dB)	-0,3	-0,1	0	0,3	7,5	10,5	12,6	15,6

9.4.5.3 – Distorção harmônica, para as frequências de 50, 100, 400, 1000, 5000, 7500, 10000 e 15000 Hz para 25, 50 e 100% de modulação. Para estereofonia, as medições deverão ser feitas para 25, 50 e 90% de modulação, em cada canal individualmente.

Para 25% de modulação

Freq. (Hz)	50	100	400	1.000	5.000	7.500	10.000	15.000
Canal Dir. (%)	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4
Canal Esq.(%)	0,3	0,2	0,1	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4

Para 50% de modulação

Freq. (Hz)	50	100	400	1.000	5.000	7.500	10.000	15.000
Canal Dir. (%)	0,4	0,3	0,3	0,2	0,2	0,4	0,5	0,5
Canal Esq.(%)	0,5	0,4	0,3	0,2	0,3	0,4	0,4	0,5

Para 90% de modulação

Freq. (Hz)	50	100	400	1.000	5.000	7.500	10.000	15.000
Canal Dir. (%)	0,6	0,5	0,5	0,4	0,4	0,5	0,6	0,7
Canal Esq.(%)	0,7	0,6	0,6	0,4	0,5	0,6	0,7	0,8

9.4.5.4 – Nível de ruído da portadora (FM), em relação a 100% de modulação, com 400 Hz.  
Medida = - 63,0 dB

9.4.5.5 – Nível de ruído da portadora (AM), em relação a 100% de modulação em amplitude.  
Medida = -61,0 dB

9.4.5.6 – Atenuação de harmônicos e espúrios em relação á fundamental:  
Espúrios: diferença mínima: 83,0 dB  
Harmônicos: diferença mínima: 81,0 dB (  $f \geq 600$  kHz)

9.4.5.7 – Potência de saída (indicar o método empregado para sua determinação):  
Verificado: 150,0 Watts  
Método utilizado: Wattímetro instalado entre a antena e o transmissor



#### 9.4.6 - INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS PARA ESTEREOFONIA

##### 9.4.6.1 - Gerador de estéreo

- a) Fabricante: **ORBISONIC**
- b) Modelo: AFX - 800 FM

##### 9.4.6.2 - Medições

##### 9.4.6.3 - Frequência de sub portadora piloto: 19.000 Hz

- a) Medida: 19.000,000 Hz
- b) Variação máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente:  
 $\Delta = 0$  Hz

##### 9.4.6.2.2 - Limites das variações das percentagens de modulação da portadora principal pela sub portadora piloto:

- Limite superior: 10,0 %
- Limite inferior: 9,0 %

##### 9.4.6.2.3 - Separação estereofônica nas frequências de 50, 100, 1000, 5000, 7500, 10000 e 15000 Hz:

Freq. (Hz)	50	100	1.000	5.000	7.500	10.000	15.000
Separação mínima(dB)	51	52	56	56	57	56	57

##### 9.4.6.2.4 - Diafonia, para audiofrequências de 50, 100, 400, 1000, 5000, 7500, 10000 e 15000 Hz, para 90% de modulação, no canal principal e nos canais estereofônicos:

Freq. (Hz)	50	100	400	1.000	5.000	7.500	10.000	15.000
Canal principal(dB)	62	61	61	63	61	59	58	55
Canal estéreo (dB)	63	62	61	61	60	58	55	54

#### 9.4.7 - INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS PARA CANAIS SECUNDÁRIOS

##### 9.4.7.1 - Gerador de sinal secundário: **NÃO HÁ**

- c) Fabricante: -
- d) Modelo: -

##### 9.4.7.2 - Medições

##### 9.4.7.2.1 - Frequência centrais das sub portadoras e estabilizadas em 60 minutos.

##### 9.4.7.2.2 - Soma aritmética das percentagens de modulação da portadora principal pelas sub portadoras dos canais secundários.

#### 9.4.8 - OBSERVAÇÕES VISUAIS NO TRANSMISSOR

##### 9.4.8.1 - Placa de identificação:

- (i) Fabricante: MARCELO AMORIM DE GODOY - EPP



- ii) Modelo: FM 1000
- iii) Data de Fabricação: 08/2007
- iv) Número de Série: 0145
- v) Potência de Saída: 500 W
- vi) Frequência: 89,1 MHz
- vii) Consumo: 1.2 kVA / Tensão 220V
- viii) Código Homologação: 0285-04-2252

9.4.8.2 – Medidores do estágio final de RF. Verificar a existência e indicar a escala dos seguintes medidores:

- a) De corrente contínua de placa ou coletor: SIM
  - 1. Fabricante: MGE - Broadcast
  - 2. Escala: 0 -100 A
- b) De tensão contínua de placa ou coletor : SIM
  - 1. Fabricante: MGE - Broadcast
  - 2. Escala: 0 - 100 V
- c) De potência de saída (incidente e refletida): SIM
  - 1. Incidente: 0 – 150%
  - 2. Refletida: 1 – 100%

9.4.8.3 – Existência de tomadas de amostra de RF, para:

- a) Para Monitor de Modulação: Sim – parte traseira
- b) Para Medidor de Frequência : Sim – parte traseira

9.4.8.4 – Existência de dispositivos de segurança do pessoal:

- a) De descarga de capacitores depois de desligada a alta tensão: Não há tensões superiores a 350 V
- b) Gabinetes metálicos encerrando o transmissor, com todas partes expostas aos contato dos operadores, interligados e conectados à terra. SIM
- c) De interruptores de segurança, em todas as portas e tampas de acesso a partes do transmissor onde existam tensões superiores a 350 Volts, que automaticamente desliguem essas tensões quando qualquer dessas portas ou tampas forem abertas: NÃO HÁ
- d) Possibilidade de serem feitos, externamente, os ajustes dos circuitos com tensões superiores a 350 volts, com todas as portas e tampas fechadas: NÃO HÁ

9.4.8.5 – Existência de dispositivos de proteção do transmissor:

9.4.9 Descrição sumária dos dispositivos de proteção da fonte de alta tensão: NÃO HÁ ALTA TENSÃO. PROTEÇÃO NA FONTE PRINCIPAL PO EXCESSO DE CORRENTE.

- a) Proteção contra a falta de ventilação adequada, no caso de sistema forçado. SIM, PROTEÇÃO TÉRMICA.

#### 9.4.10 - DECLARAÇÕES

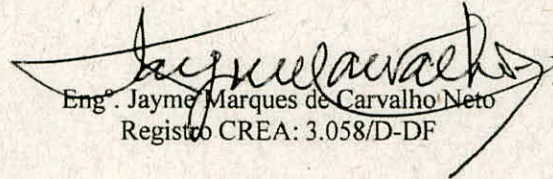
9.4.9.1 – Declaração do profissional habilitado:

**DECLARO** serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado, pessoalmente, no transmissor da emissora de FM da FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, 89,1 MHz - Florianópolis/SC que se refere. O presente laudo consta de 06(seis) folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica de que faço uso.



Local de ensaio: Alto do Morro da Cruz, s/n – Centro – Florianópolis/SC

Florianópolis/SC, 20 de setembro de 2013

  
Eng. Jayme Marques de Carvalho Neto  
Registro CREA: 3.058/D-DF

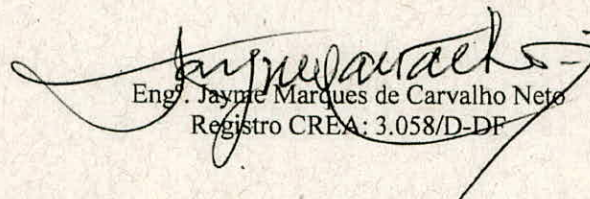
Jayme Marques de Carvalho Neto  
Engenheiro de Telecomunicações  
CREA DF - 3.058/D  
CPF nº 330.169.507-82

9.4.9.2 – Parecer conclusivo:

Para os fins previsto no Regulamento Técnico para o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, DECLARO que o transmissor de FM da Fundação Cultura e Vida em Florianópolis/SC, operando na frequência de 89,1 MHz, a que se refere este laudo de ensaio, na data em que foi realizado, atendia à regulamentação aplicável.

Local de ensaio: Alto do Morro da Cruz, s/n – Centro – Florianópolis/SC

Brasília/DF, 20 de setembro de 2013

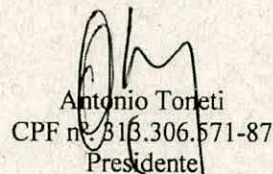
  
Eng. Jayme Marques de Carvalho Neto  
Registro CREA: 3.058/D-DF

Jayme Marques de Carvalho Neto  
Engenheiro de Telecomunicações  
CREA DF - 3.058/D  
CPF nº 330.169.507-82

9.4.9.3 – Declaração do interessado:

Na qualidade de representante legal e procuradora da **FUNDAÇÃO CULTURA VIDA - FCV**, DECLARO que, o Engº Jayme Marques de Carvalho Neto, esteve no endereço abaixo nos dias 03 e 04 de setembro de 2013, ensaiando o transmissor de FM da FCV em Florianópolis/SC, fabricado por MARCELO AMORIM DE GODOY, modelo FM1000 e número de Série 0145, de nossa propriedade.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2013

  
Antonio Torreti  
CPF nº 313.306.571-87  
Presidente

9.4.9.3.1 – DECLARAÇÃO

O abaixo assinado, procurador pela FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, declara que:

Jayme Marques de Carvalho Neto  
Engenheiro de Telecomunicações  
CREA DF - 3.058/D  
CPF nº 330.169.507-82



- a) A entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, no município onde está instalada a estação e que não estará excedendo os limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1967, caso venha ser renovada a outorga;
- b) Nenhum Sócio integra o quadro societário da entidade detentora de outorga para executar o mesmo tipo de serviços de radiodifusão, no município onde está a estação, nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser renovada a outorga.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2013

Antonio Toneti  
CPF nº. 318.306.571-87  
Presidente

9.4.9.4 – Os demais equipamentos conterão em seus laudos de ensaio, dentre outras julgadas necessárias, informações que incluam todas as medidas feitas, relativas aos requisitos mínimos exigidos para esses equipamentos, bem como parecer conclusivo.

9.4.9.5. – Anotação de Responsabilidade Técnica – ART anexo cópia devidamente quitada

9.4.9.6 – Lista de instrumental utilizado:

- Instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador.
- Frequencímetro Promax, modelo FD-130, série 207396
- Monitor de modulação: marca Scala-modelo m1, série 2445
- Gerador de Função Heathkit, sem nº de série
- Medidor de Potência Wattímetro Bird, Modelo 43, série 2116A0
- Audio Analyzer, model AA-51, série , Fabricante Potomac Instruments, Inc, composto por AC Voltmeter  $\pm 3\%$ , THD Distortion Meter  $\pm 0,1\%$ , Im distortion  $\pm 5\%$ , Signal Plus Noise Meter  $\pm 5\%$ , Phase Meter  $\pm 5\%$ , ratio Meter  $\pm 5\%$  e W&F Meter  $\pm 5\%$ .
- Audio Generator, model AG-51, série
- Carga Resistiva Transtel 1,00 kW
- Analisador de espectro Tektronix , modelo 2710, série BO21480, precisão 2%  
Variable RF Signal Sampler, modelo 4275-20 ( 20-1000 MHz) – Bird, serial 1149720

Jayme Marques de Carvalho Neto  
Engenheiro de Telecomunicações  
CREA DF - 3.858/D  
CPF nº 330.162.507-82



**9.4.1 - LAUDO DE ENSAIO DE TRANSMISSOR**  
**ANEXO À RESOLUÇÃO ANATEL nº. 067 DE 12 DE NOVEMBRO DE 1998**  
**E SUAS ALTERAÇÕES**

**9.4.1 – INTERESSADO**

- a) Nome: **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA**
- b) **CNPJ nº. 03.923.421/0001-82**
- c) Endereço completo: Avenida Mato Grosso, 26 – Centro – Florianópolis/SC
- d) Nome da emissora a que se destina: **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA**

**9.4.2 – ENSAIO**

- a) Motivo: Renovação de Outorga da emissora de FM  
Endereço completo onde foi realizado: Alto do Morro a Cruz, s/n – Centro – Florianópolis/SC  
Data em que foi realizado: 03 de setembro de 2013  
Objeto ensaiado: Transmissor de radiodifusão sonora em FM

**9.4.3 – FABRICANTE**

- a) Nome: RF TELAVO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
- b) Endereço: Rua Martiniano Lemos Leite, 30, Barro Branco s/n – Cotia/SP, CEP.: 06.705-110
- c) Modelo: RDFM 250-T
- d) Frequência de operação: 89,1 MHz
- e) Potência de operação: 150,0 Watts

**9.4.4 – FUNÇÃO DO TRANSMISSOR – Transmissor Principal**

**9.4.5 – MEDIÇÕES**

**9.4.5.1 – Frequência:**

- a) Nominal: 89.100.000 Hz
- b) Medida em ambiente normal: 89.100.895 Hz
- c) Variação máxima da frequência na unidade osciladora, após 60 minutos de estabilização em cada um dos extremos de temperatura (+10 e 50°C). Quando não houver disponibilidade de câmara térmica no local das instalações, a variação máxima de frequência poderá ser a observada durante 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente. + 1.200,00 Hz.

9.4.5.2 – Resposta de audiofrequência, para 50, 100, 400, 1000, 5000, 7500, 10000, 15000 Hz para 25, 50 e 100 % de modulação. Para estereofonia, as medições deverão ser feitas para 25, 50 e 90% de modulação, em cada canal individualmente.



Observação: Pré-ênfase de 75 us

**Para 25% de modulação**

Freq. (Hz)	50	100	400	1.000	5.000	7.500	10.000	15.000
Canal Dir.(dB)	-0,3	-0,2	0	0,3	7,6	10,5	12,8	15,9
Canal Esq.(dB)	-0,3	-0,3	-0,1	0,3	7,5	10,6	12,7	15,8

**Para 50% de modulação**

Freq. (Hz)	50	100	400	1.000	5.000	7.500	10.000	15.000
Canal Dir. (dB)	-0,3	-0,2	0	0,2	7,5	10,4	12,7	15,8
Canal Esq.(dB)	-0,3	-0,2	-0,1	0,3	7,5	10,6	12,7	15,8

**Para 90% de modulação**

Freq. (Hz)	50	100	400	1.000	5.000	7.500	10.000	15.000
Canal Dir.(dB)	-0,3	-0,2	-0,1	0,3	7,4	10,6	12,8	15,9
Canal Esq.(dB)	-0,3	-0,3	0	0,4	7,6	10,7	12,9	15,7

9.4.5.3 – Distorção harmônica, para as frequências de 50, 100, 400, 1000, 5000, 7500, 10000 e 15000 Hz para 25, 50 e 100% de modulação. Para estereofonia, as medições deverão ser feitas para 25, 50 e 90% de modulação, em cada canal individualmente.

**Para 25% de modulação**

Freq. (Hz)	50	100	400	1.000	5.000	7.500	10.000	15.000
Canal Dir. (%)	0,4	0,3	0,2	0,1	0,2	0,3	0,4	0,5
Canal Esq.(%)	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4

**Para 50% de modulação**

Freq. (Hz)	50	100	400	1.000	5.000	7.500	10.000	15.000
Canal Dir. (%)	0,3	0,2	0,2	0,1	0,2	0,3	0,4	0,4
Canal Esq.(%)	0,3	0,2	0,2	0,1	0,2	0,3	0,3	0,4

**Para 90% de modulação**

Freq. (Hz)	50	100	400	1.000	5.000	7.500	10.000	15.000
Canal Dir. (%)	0,2	0,1	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5	0,5
Canal Esq.(%)	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4	0,3	0,4	0,6

9.4.5.4 – Nível de ruído da portadora (FM), em relação a 100% de modulação, com 400 Hz.  
Medida = - 64 dB

9.4.5.5 – Nível de ruído da portadora (AM), em relação a 100% de modulação em amplitude.  
Medida = -61 dB

9.4.5.6 – Atenuação de harmônicos e espúrios em relação á fundamental:  
Espúrios: diferença mínima > 90 dB  
Harmônicos: diferença mínima: 82 dB

9.4.5.7 – Potência de saída (indicar o método empregado para sua determinação):  
Verificado: 150,0 Watts  
Método utilizado: Wattímetro instalado entre a carga e o transmissor



#### 9.4.6 - INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS PARA ESTEREOFONIA

##### 9.4.6.1 - Gerador de estéreo

- a) Fabricante: **ORBISONIC**
- b) Modelo: AFX - 800 FM

##### 9.4.6.2 - Medições

##### 9.4.6.3 - Frequência de sub portadora piloto: 19.000 Hz

- a) Medida: 19.001 Hz
- b) Variação máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente:  
 $\Delta = 0$  Hz

##### 9.4.6.2.2 - Limites das variações das percentagens de modulação da portadora principal pela sub portadora piloto:

- Limite superior: 9,0 %
- Limite inferior: 9,0 %

##### 9.4.6.2.3 - Separação estereofônica nas frequências de 50, 100, 1000, 5000, 7500, 10000 e 15000 Hz:

Freq. (Hz)	50	100	1.000	5.000	7.500	10.000	15.000
Separação mínima(dB)	52	54	55	55	53	51	45

##### 9.4.6.2.4 - Diafonia, para audiodfrequências de 50, 100, 400, 1000, 5000, 7500, 10000 e 15000 Hz, para 90% de modulação, no canal principal e nos canais estereofônicos:

Freq. (Hz)	50	100	400	1.000	5.000	7.500	10.000	15.000
Canal principal(dB)	62	62	65	66	62	59	58	50
Canal estéreo (dB)	61	59	61	61	62	56	55	51

#### 9.4.7 - INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS PARA CANAIS SECUNDÁRIOS

##### 9.4.7.1 - Gerador de sinal secundário: **NÃO HÁ**

- c) Fabricante: -
- d) Modelo: -

##### 9.4.7.2 - Medições

##### 9.4.7.2.1 - Frequência centrais das sub portadoras e estabilizadas em 60 minutos.

##### 9.4.7.2.2 - Soma aritmética das percentagens de modulação da portadora principal pelas sub portadoras dos canais secundários.

#### 9.4.8 - OBSERVAÇÕES VISUAIS NO TRANSMISSOR

##### 9.4.8.1 - Placa de identificação:

- i) Fabricante: RF TELECOMUNICAÇÕES LTDA.



- ii) Modelo: RDFM 1000T
- iii) Data de Fabricação: 27/09/2004
- iv) Número de Série: 0280
- v) Potência de Saída: 1.000 W – CANAL 206
- vi) Frequência: 89,1 MHz
- vii) Consumo: 2,5 kVA
- viii) Código Homologação: 1010-03-1806

9.4.8.2 – Medidores do estágio final de RF. Verificar a existência e indicar a escala dos seguintes medidores:

- a) De corrente contínua de placa ou coletor: SIM
  - 1. Fabricante: TELAVO
  - 2. Escala: 0 -100 A
- b) De tensão contínua de placa ou coletor : SIM
  - 1. Fabricante: TELAVO
  - 2. Escala: 0 – 100 V
- c) De potência de saída (incidente e refletida): SIM
  - 1. Incidente: 0 – 125%
  - 2. Refletida: 1 – 1,5

9.4.8.3 – Existência de tomadas de amostra de RF, para:

- a) Para Monitor de Modulação: Sim – parte superior
- b) Para Medidor de Frequência : Sim – parte superior

9.4.8.4 – Existência de dispositivos de segurança do pessoal:

- a) De descarga de capacitores depois de desligada a alta tensão (descrição sumária): SIM. Resistores de sangria
- b) Gabinetes metálicos encerrando o transmissor, com todas as partes expostas aos contatos dos operadores, interligados e conectados à terra. SIM
- c) De interruptores de segurança, em todas as portas e tampas de acesso a partes do transmissor onde existam tensões superiores a 350 Volts, que automaticamente desliguem essas tensões quando qualquer dessas portas ou tampas forem abertas: SIM
- d) Possibilidade de serem feitos, externamente, os ajustes dos circuitos com tensões superiores a 350 volts, com todas as portas e tampas fechadas: SIM

9.4.8.5 – Existência de dispositivos de proteção do transmissor:

- a) Descrição sumária dos dispositivos de proteção da fonte de alta tensão: NÃO HÁ ALTA TENSÃO SUPERIOR A 311Vp.
- b) Proteção contra a falta de ventilação adequada, no caso de sistema forçado. SIM, PROTEÇÃO TÉRMICA.

#### 9.4.8 - DECLARAÇÕES

9.4.9.1 – Declaração do profissional habilitado:

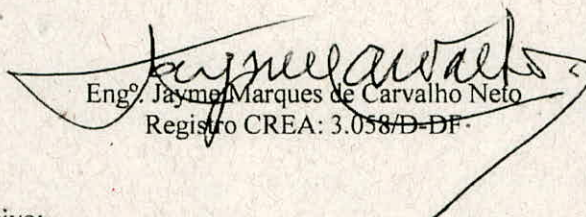
**DECLARO** serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado, pessoalmente, no transmissor da emissora de FM da FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, 89,1 MHz - Florianópolis/SC que se refere. O presente laudo consta de 06(seis) folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica de que faço uso.

Jayme Marques de Carvalho Neto  
Engenheiro de Telecomunicações  
CREA DF - 3.058/D  
CPF nº 330.169.507-82



Local de ensaio: Alto do Morro da Cruz, s/n – Centro – Florianópolis/SC

Florianópolis/SC, 20 de setembro de 2013

  
Eng. Jayme Marques de Carvalho Neto  
Registro CREA: 3.058/D-DF

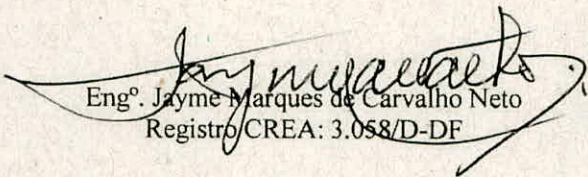
Jayme Marques de Carvalho Neto  
Engenheiro de Telecomunicações  
CREA DF - 3.058/D  
CPF nº 330.169.507-82

9.4.9.2 – Parecer conclusivo:

Para os fins previsto no Regulamento Técnico para o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, DECLARO que o transmissor de FM da Fundação Cultura e Vida em Florianópolis/SC, operando na frequência de 89,1 MHz, a que se refere este laudo de ensaio, na data em que foi realizado, atendia à regulamentação aplicável.

Local de ensaio: Alto do Morro da Cruz, s/n – Centro – Florianópolis/SC

Brasília/DF, 20 de setembro de 2013

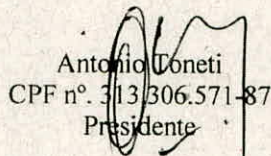
  
Eng. Jayme Marques de Carvalho Neto  
Registro CREA: 3.058/D-DF

Jayme Marques de Carvalho Neto  
Engenheiro de Telecomunicações  
CREA DF - 3.058/D  
CPF nº 330.169.507-82

9.4.9.3 – Declaração do interessado:

Na qualidade de representante legal e procuradora da **FUNDAÇÃO CULTURA VIDA - FCV**, DECLARO que, o Eng. Jayme Marques de Carvalho Neto, esteve no endereço abaixo nos dias 02, e 03 de setembro de 2013, ensaiando o transmissor de FM da FCV em Florianópolis/SC, fabricado por RF TELECOMUNICAÇÕES LTDA., modelo RDFM1000T e série nº 0280, de nossa propriedade.

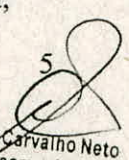
Brasília/DF, 20 de setembro de 2013

  
Antonio Toneti  
CPF nº 313.306.571-87  
Presidente

9.4.9.3.1 – DECLARAÇÃO

O abaixo assinado, procurador e dirigente legalmente responsável pela **FUNDAÇÃO CULTURA VIDA - FCV**, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, declara que:

- a) A entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, no município onde está instalada a estação e que não estará excedendo os limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1967, caso venha ser renovada a outorga;

  
Jayme Marques de Carvalho Neto  
Engenheiro de Telecomunicações  
CREA DF - 3.058/D  
CPF nº 330.169.507-82



- b) Nenhum Sócio integra o quadro societário da entidade detentora de outorga para executar o mesmo tipo de serviços de radiodifusão, no município onde está a estação, nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser renovada a outorga.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2013

Antonio Toneti  
CPF nº. 313.306.571-87  
Presidente

9.4.9.4 – Os demais equipamentos conterão em seus laudos de ensaio, dentre outras julgadas necessárias, informações que incluam todas as medidas feitas, relativas aos requisitos mínimos exigidos para esses equipamentos, bem como parecer conclusivo.

9.4.9.5. – Anotação de Responsabilidade Técnica – ART anexo cópia devidamente quitada

9.4.9.6 – Lista de instrumental utilizado:

- Instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador (indicar fabricante, modelo, nº. de série e precisão das medidas).
  - a) Frequencímetro Promax, modelo FD-130, série 207396
  - b) Monitor de modulação: marca Scala-modelo m1, série 2445
  - c) Gerador de Função Heathkit, sem nº de série
  - d) Medidor de Potência Wattímetro Bird, Modelo 43, série 2116A0
  - e) Audio Analyzer, model AA-51, série , Fabricante Potomac Instruments, Inc, composto por AC Voltmeter  $\pm 3\%$ , THD Distortion Meter  $\pm 0,1\%$ , Im distortion  $\pm 5\%$ , Signal Plus Noise Meter  $\pm 5\%$ , Phase Meter  $\pm 5\%$ , ratio Meter  $\pm 5\%$  e W&F Meter  $\pm 5\%$ .
  - f) Audio Generator, model AG-51, série
  - g) Carga Resistiva Transtel 1,00 kW
  - h) Analisador de espectro Tektronix , modelo 2710, série BO21480, precisão 2%
  - i) Variable RF Signal Sampler, modelo 4275-20 ( 20-1000 MHz) – Bird, serial 1149720.

Jayme Marques de Carvalho Neto  
Engenheiro de Telecomunicações  
CREA/DF 3.058/0  
CPF nº 830.189.507-82





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART  
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-DF

ART Cargo ou Função Rubrica  
0720130044080

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

1. Responsável Técnico	
<b>JAYME MARQUES DE CARVALHO NETO</b> Título profissional: <b>Engenheiro em Eletronica</b> RNP: 0706079957 Registro: 3058/D-DF	
2. Dados do Contrato	
Contratante: <b>FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA</b> AVENIDA MATO GROSSO Número: 26, Cidade: CAMPO GRANDE UF: MS E-Mail: samirabraga@redegenesism.com Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado	CPF/CNPJ: 03.923.421/0001-82 CEP: 79002-233 Bairro: CENTRO Complemento: SALA 01 Fone (61)30359086
3. Vínculo Contratual	
Unidade Administrativa: <b>FUNDAÇÃO SARA NOSSA TERRA</b> QMSW Número: 4 Cidade: BRASÍLIA UF: DF Data Inicio: 15/08/2013 Previsão término: 30/09/2013 Identificação do cargo/função: RESPONSABILIDADE TÉCNICA	Bairro: SETOR SUDOESTE CEP: 70680-400 Complemento: LOTES 7 E 8 Tipo de Vínculo: Empregado
4. Atividade Técnica	
Desempenho de Função Técnica 10,0000 hora por semana Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART	
5. Observações	
ELABORAÇÃO DE LAUDO DE ENSAIO DO EQUIPAMENTO TRANSMISSOR DE FM PARA A FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FM DE FLORIANÓPOLIS, VISANDO RENOVAÇÃO DA OUTORGA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.	
6. Declarações	
Acessibilidade: Não: Declaro que as regras de acessibilidade, previstas nas normas técnicas da ABNT e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.	
7. Entidade de Classe	9. Informações
SENGE-DF	- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do Crea. - A autenticidade deste documento pode ser verificada no site ... ou www.confea.org.br - A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.
8. Assinaturas	
Declaro serem verdadeiras as informações acima Local <u>Brasília</u> Data <u>16 de agosto de 2013</u>  JAYME MARQUES DE CARVALHO NETO - CPF: 330.169.507-82 FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - CPF/CNPJ: 03.923.421/0001-82	Eng. Jayme Marques de C. Neto CREA DF 3.058/D Responsável Técnico Fundação Sara Nossa Terra www.crea.org.br Tel: (61) 3961-2800 Fax: (61) 3223-4619

Registrada em: 14/08/2013 Valor Pago: R\$ 60,00 Nosso Número/Baixa: 0113036527



## 3º SERVIÇO NOTARIAL DE CAMPO GRANDE/MS

Tabelião ELY AYACHE | R. Antonio Maria Coelho, 1400 - Centro - PABX (67) 3027-2777

Reconheço por Semelhança 1 firma(s) de:

ANTONIO TONETI

Selo(s): AFR69518-421

Campo Grande, 20/08/2013. OP: CA

Em test. da verdade. P:338

VILMA LIMA DE SOUZA NOGUEIRA - ESCRIVENTE

EMOL R\$ 5,00 ISS R\$ 0,25 FUNJ. 10% R\$ 0,50 TOTAL: R\$ 5,75










CREA-DF [SAR - Sistema de Arrecadação de Receitas]

[http://187.32.5.162/art1025/funcões/consulta\\_boleto\\_art\\_ret.php?c...](http://187.32.5.162/art1025/funcões/consulta_boleto_art_ret.php?c...)

		<b>CREA-DF</b> Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal SGAS 901 - Conj. "D" Asa Sul Brasília-DF - CEP: 70.390-010 - Fone: (61) 3961-2800 <i>Boleto avulso - Sistema Arrecadação de Receitas [SAR] - TI/CREA-DF</i>		
Itens do boleto - 1990107 - Anotação Resp. Técnica - Res.1025/09 - 0720130044080 => 60,00				
Observações: O início da atividade técnica sem a quitação do valor da ART ensejará as sanções legais cabíveis. * Não receber após o vencimento. - Emitido por: Administrativo/Financ./ - Quando do pagamento do boleto no caixa eletrônico, fique atento para que o seu agente financeiro não agende o pagamento.				
		<b>BANCO DO BRASIL</b>	001-9	00190.00009 02199.926011 13036.527185 1 5799.0000006000
Cedente	Agência/Código Cedente	Espécie	Quantidade	Nosso número
Conselho Regional de Engen. e Agron. do DF - Crea-DF	4200-5/200188-8	R\$		21999260113036527
Número documento	Data Doc.	CPF CEI/CNPJ	Vencimento	Valor documento
21999260113036527	13/08/2013	00.304.725/0001-73	23/08/2013	60,00
(-) Desc./Abat.	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado
Sacado FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA / JAYME MARQUES DE CARVALHO NETO - 3058/D-DF				
Autenticação mecânica - Recibo Sacado				
		<b>BANCO DO BRASIL</b>	001-9	00190.00009 02199.926011 13036.527185 1 5799.0000006000
Cedente	Agência/Código Cedente	Espécie	Quantidade	Nosso número
Conselho Regional de Engen. e Agron. do DF - Crea-DF	4200-5/200188-8	R\$		21999260113036527
Itens do boleto - 1990107 - Anotação Resp. Técnica - Res.1025/09 - 0720130044080 => 60,00				
Sacado FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA / JAYME MARQUES DE CARVALHO NETO - 3058/D-DF				
Obs: O início da atividade técnica sem a quitação do valor da ART ensejará as sanções legais cabíveis. - Emitido por: Administrativo/Financ./				
Autenticação mecânica - Recibo p. juntada processo				

60,00R 0805

880 0484 101 166 140613C

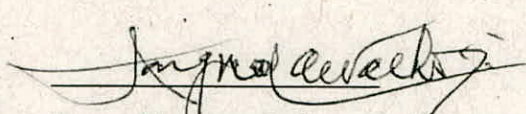


## DECLARAÇÃO

Declaramos, para fins de prova, junto ao Ministério das Comunicações, sob as penas da lei, que a FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, executante do Serviço de Radiodifusão Sons e Imagens, utilizando o canal 206E, na localidade de Florianópolis Estado de Santa Catarina, encontra-se com as suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Poder Concedente, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Outrossim, declaramos que a referida entidade está apta a ter a sua outorga renovada por novo decênio(quindênio), de acordo com o disposto no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983.

Campo Grande, 12 de agosto de 2013.

  
Jayme Marques de Carvalho Neto

CREA/DF - nº 3.058/D

CPF Nº 330.169.507-82

Jayme Marques de Carvalho Neto  
Engenheiro de Telecomunicações  
CREA DF - 3.058/D  
CPF nº 330.169.507-82

  
Antonio Toneti

CPF Nº 313.306.571-87

**3º SERVIÇO NOTARIAL DE CAMPO GRANDE/MS**

Tabellão ELY AYACHE | R. Antonio Maria Coelho, 1400 - Centro - PABX (67) 3062-333

Reconheço por Semelhança 1 firma(s) de:

ANTONIO TONETI

Selo(s): AFR69509-514

Campo Grande, 20/08/2013. OP: CA

Em test. da verdade. P:338

VILMA LIMA DE SOUZA NOGUEIRA - ESCRIVENTE

EMOL R\$ 5,00 TBS R\$ 0,25 FUNJ. 10% R\$ 0,50 TOTAL: R\$ 5,75

VALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE SEMelhante E COM VÍDEO







## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** FUNDACAO CULTURA E VIDA  
**CNPJ:** 03.923.421/0001-82

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:21:18 do dia 8/12/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 9/11/2013.

Certidão expedida gratuitamente.



## DECLARAÇÃO

A , **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA**, inscrita no CNPJ sob nº 03.923.421/0001-82, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada para a localidade de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, canal 206E, declara para os devidos fins que não infringe as vedações do Parágrafo 5º do Artigo 220 da Constituição Federal.

20 AGO. 2013

3.º OF.

Antonio Toneti  
Presidente



### 3º SERVIÇO NOTARIAL DE CAMPO GRANDE/MS

Tabellão ELY AYACHE | R. Antonio Maria Coelho, 1400 - Centro - P.O. 1671 3027-2333

Retomado por Semelhança 1. firma(s) de:

ANTONIO TONETI

Selo(s): AFR69513-659

Campo Grande, 20/08/2013. DP: CA

Em test. da verdade. P:338

VILMA LIMA DE SOUZA NOGUEIRA - ESCRIVENTE

EMUL R\$ 5,00 ISS R\$ 0,25 FUNJ. 10% R\$ 0,50 TOTAL: R\$ 5,75

"VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE SEM EMENDAS E/OU RASURAS"







**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**



**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS**  
**E ÀS DE TERCEIROS**

Nº 000802013-06001421

Nome: FUNDACAO CULTURA E VIDA-FCV

CNPJ: 03.923.421/0001-82

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão tem a finalidade de registro ou arquivamento, em órgão próprio, de ato relativo à redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada, à cisão total ou parcial, à fusão, incorporação, ou à transformação de entidade ou de sociedade empresária simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 12/08/2013.

Válida até 08/02/2014.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



IMPRIMIR

VOLTAR

**CAIXA**

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 03923421/0001-82  
**Razão Social:** FUNDACAO CULTURAL E VIDA FCV  
**Nome Fantasia:** FUNDACAO CULTURAL E VIDA  
**Endereço:** AV MATO GROSSO 26 SALA 01 / CENTRO / CAMPO GRANDE  
/ MS / 79002-233

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 25/09/2013 a 24/10/2013

**Certificação Número:** 2013092512333228826665

Informação obtida em 25/09/2013, às 12:33:32.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**www.caixa.gov.br**





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Secretaria da Receita Federal do Brasil



**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA**  
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

**Nome: FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV**  
**CNPJ: 03.923.421/0001-82**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 11:26:31 do dia 12/08/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 08/02/2014.

Código de controle da certidão: **4D03.249E.6BAD.8254**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

**CERTIDÃO NEGATIVA TRIBUTÁRIA NÚMERO : 266982/2013**

Contribuinte : **FUNDACAO CULTURA E VIDA**  
CNPJ : **03.923.421/0001-82**  
Endereço : **AV MATO GROSSO,0000026-CENTRO**  
Município : **CAMPO GRANDE-MS**

Certifico que, verificando os registros relativos aos controles de créditos do Estado, constatou-se que até a presente data não constam dívidas fiscais decorrentes de créditos tributários constituídos, inscritos ou não em dívida ativa, pendentes de pagamento, em nome do contribuinte acima identificado. Fica entretanto, ressalvado o direito de o Estado de Mato Grosso do Sul apurar, constituir, inscrever e cobrar créditos tributários anteriores e posteriores, inclusive no período compreendido nesta certidão.

Esta certidão refere-se a situação fiscal do contribuinte do âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda e da Procuradoria-Geral do Estado.

Certidão expedida com base no art. 294 da Lei n. 1.810, de 22 de dezembro de 1.997, emitida as **10:38:59** horas do dia **12/08/2013** (hora e data - MS).

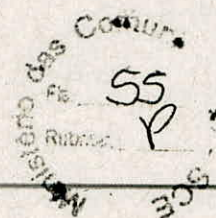
Válida até sessenta dias a contar da data de sua expedição.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado de Fazenda ( [www.sefaz.ms.gov.br](http://www.sefaz.ms.gov.br) ) ou da Procuradoria-Geral do Estado ( [www.pge.ms.gov.br](http://www.pge.ms.gov.br) ).

e-mail: [sercucob@fazenda.ms.gov.br](mailto:sercucob@fazenda.ms.gov.br)  
[www.sefaz.ms.gov.br](http://www.sefaz.ms.gov.br)



13 de agosto de 2013

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

Secretaria de Políticas Públicas de Emprego  
Departamento de Emprego e Salário  
Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS  
RECIBO DE ENTREGA DA RAIS

ANO-BASE: 2012

**Identificação do Estabelecimento**

CREA 590571851418  
Razão Social FUNDACAO CULTURA E VIDA FCV  
CNPJ 03923421/0001-82  
CEI  
CEI Vinculado  
CNAE 9430800 - ATIVIDADES DE ASSOCIACOES  
DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS  
Endereço RUA UIRAPURU N 1154, 1154 SC  
Bairro CONJ HAB TAQUARAL  
Cidade/UF CAMPO GRANDE / MS  
CEP 79034-600

**DECLARAÇÃO ENTREGUE**

Data 07/03/2013  
Quantidades de vínculos 5

Coordenação da RAIS

Brasília, 13/08/2013.

Código de Identificação do Recibo

**.069.9795.0478.298.10**Para retificar a CNAE, acesse: [http://rais.gov.br/servico/alte\\_identificacao.asp](http://rais.gov.br/servico/alte_identificacao.asp)



# RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2012

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.1

## Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS

Fone: 0800-7282326

### ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI: 03.923.421/0001-82 Prefixo: 00  
Razão Social: FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA FCV

CREA:

Total de Vínculos: 5

CEI Vinculado:

Para uso da empresa:

**Endereço**  
Logradouro: RUA UIRAPURU N 1154  
Bairro: CONJ HAB TAQUARAL  
Código: 50-02704 Município: CAMPO GRANDE  
CEP: 79034-600 UF: MS  
Número: 001154 Complemento: SC  
Telefone: 67- 3321.5046  
E-mail: DEPARTAMENTOPESSOAL@SNTBSB.COM.BR

**Inf. Econ.**  
CNAE: 94.30-8/00 Descrição do CNAE: Atividades de associações de defesa de direitos  
Data-Base: 01 Porte: Outros Num. Sócios: 0000  
Natureza Jurídica: 113-9 Descrição Natureza Jurídica: Fundação Federal  
Optante Simples: Não

Participante PAT	Nº. Trab Benef PAT	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Serv. Próprio 0%	Vinc > 5 SM	Centralizadora	
Adm. Cozinha 0%	Vinc <= 5 SM	Sindical	0,00
Ref. Convênio 0%		Associativa	0,00
Ref. Transp 0%		Assistencial	0,00
Cesta Alim 0%		Confederativa	0,00
Alim. Conv 0%		Sindicalizada	

**Respons.**  
CNPJ/CEI/CPF: 09.350.712/0001-05 Telefone: 61 - 3035.9104  
Razão Social/Nome: COM EVANG SARA NOSSA TERRA Nome do Responsável: MARIA RITA  
Email: DEPARTAMENTOPESSOAL@SN Nascimento: 09/08/1969 CPF do Responsável: 409.463.043-00

### VÍNCULO

PIS: 124.83922.35.1

Nome: SANDRO BESEM MIRANDA

**Empregado**  
Nascimento: 06/05/1978 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 005.935.069-52  
Sexo: M Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 01129912  
Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00030  
Local de Trabalho: 42-05407 - FLORIANOPOLIS - SC Para uso da empresa:  
Instrução: 07 - Ensino médio completo.

**Admissão**  
Data de Admissão: 02/04/2012 Tipo de Admissão: 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou  
Salário Contratual: 750,00 Tipo Salário: 1 - Mensal  
Horas Semanais: 36 CBO: 373205 - Técnico em operação de equipamentos de produção para televisão e  
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1)	-	00	0000		Causa: -
2)	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3)	-	00			

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 0,00		Mai 766,67		Set 766,67		Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 0,00		Jun 766,67		Out 766,67		Multa FGTS:	0,00	
Mar 0,00		Jul 766,67		Nov 766,67		Banco de Horas:	0,00	
Abr 741,67		Ago 766,67		Dez 766,67		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	11 287,50		13º Parcela Final	12 - 287,50		Gratificações:	0,00	

CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical 82.533.134/0001-32	25,00	Confederativa	0,00
Associativa 1	0,00	Assistencial	0,00
Associativa 2	0,00	Sindicalizado:	Não



# RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2012

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.1

## Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS

Fone: 0800-7282326



### ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI: 03.923.421/0001-82

Razão Social: FUNDACAO CULTURA E VIDA FCV

### CREA:

Prefixo: 00

Total de Vínculos: 5

CEI Vinculado:

Para uso da empresa:

### VÍNCULO

PIS: 129.06579.72.8

Nome: FERNANDO MANUEL MARTINS

Nascimento: 05/04/1984 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 047.834.169-58  
Sexo: M Raça/Cor: 8 - Parda Carteira de Trabalho: 00359705  
Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00010  
Local de Trabalho: 42-05407 - FLORIANOPOLIS - SC Para uso da empresa:  
Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Data de Admissão: 01/06/2010 Tipo de Admissão: 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou  
Salário Contratual: 750,00 Tipo Salário: 1 - Mensal  
Horas Semanais: 36 CBO: 373205 - Técnico em operação de equipamentos de produção para televisão e  
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afaz	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		Causa: -
2) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3) -	-	00			

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 966,00		Mai 1.050,00		Set 1.050,00		Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 966,00		Jun 1.050,00		Out 1.050,00		Multa FGTS:	0,00	
Mar 966,00		Jul 1.050,00		Nov 1.050,00		Banco de Horas:	0,00	
Abr 1.302,00		Ago 1.050,00		Dez 1.225,00		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento 04 525,00		13º Parcela Final 12 - 525,00				Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	82.533.134/0001-32	23,00	Confederativa	0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial	0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não

### VÍNCULO

PIS: 137.47259.72.2

Nome: IURI MINK VIEIRA

Nascimento: 31/01/1986 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 058.138.009-64  
Sexo: M Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 06262012  
Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00010  
Local de Trabalho: 42-05407 - FLORIANOPOLIS - SC Para uso da empresa:  
Instrução: 08 - Educação superior incompleta.

Data de Admissão: 01/05/2008 Tipo de Admissão: 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou  
Salário Contratual: 1.808,26 Tipo Salário: 1 - Mensal  
Horas Semanais: 44 CBO: 373205 - Técnico em operação de equipamentos de produção para televisão e  
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afaz	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		27/12
2) -	-	00			Causa: 21 - Rescisão sem justa causa por iniciativa do
3) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 1.754,91		Mai 1.808,26		Set 1.808,26		Férias Indenizadas:	4.018,36	
Fev 1.754,91		Jun 1.808,26		Out 1.808,26		Multa FGTS:	0,00	
Mar 1.754,91		Jul 1.808,26		Nov 1.808,26		Banco de Horas:	0,00	
Abr 3.113,54		Ago 1.808,26		Dez 1.627,43		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento 11 904,13		13º Parcela Final 12 - 904,13				Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	82.533.134/0001-32	58,50	Confederativa	0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial	0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não



# RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2012

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.1

## Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS  
Fone: 0800-7282326



### ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI : 03.923.421/0001-82  
Razão Social: FUNDACAO CULTURA E VIDA FCV

CREA:  
Prefixo: 00

Total de Vínculos: 5  
CEI Vinculado:  
Para uso da empresa:

### VÍNCULO

PIS: 170.39415.18.4

Nome: JORGE LUIZ VELA

Nascimento: 26/05/1971  
Sexo: M  
Deficiente: 0 - Não deficiente  
Local de Trabalho: 42-05407 - FLORIANOPOLIS - SC  
Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Nacionalidade: 10 - Brasileiro  
Raça/Cor: 2 - Branca  
Ano de Chegada: -

CPF: 712.122.059-87  
Carteira de Trabalho: 00091682  
Série CTPS: 00013  
Para uso da empresa:

Data de Admissão: 01/12/2005  
Salário Contratual: 750,00  
Horas Semanais: 36  
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou

Tipo Salário: 1 - Mensal

CBO: 261715 - Locutor de rádio e televisão

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		Causa: -
2) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3) -	-	00			

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 1.322,04		Mai 1.072,50		Set 1.072,50		Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 986,70		Jun 1.072,50		Out 1.072,50		Multa FGTS:	0,00	
Mar 986,70		Jul 1.072,50		Nov 1.072,50		Banco de Horas:	0,00	
Abr 1.324,50		Ago 1.072,50		Dez 1.072,50		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento 05 536,25		13ª Parcela Final 12 - 536,25				Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	82.533.134/0001-32	23,00	Confederativa	0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial	0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não

### VÍNCULO

PIS: 170.62408.12.1

Nome: EDUARDO BRANDL DA SILVA

Nascimento: 22/01/1979  
Sexo: M  
Deficiente: 0 - Não deficiente  
Local de Trabalho: 42-05407 - FLORIANOPOLIS - SC  
Instrução: 08 - Educação superior incompleta.

Nacionalidade: 10 - Brasileiro  
Raça/Cor: 2 - Branca  
Ano de Chegada: -

CPF: 024.257.709-17  
Carteira de Trabalho: 00058605  
Série CTPS: 00026  
Para uso da empresa:

Data de Admissão: 01/10/2009  
Salário Contratual: 1.563,61  
Horas Semanais: 44  
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou

Tipo Salário: 1 - Mensal

CBO: 123305 - Diretor comercial

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		Causa: -
2) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3) -	-	00			

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 1.517,48		Mai 3.260,86		Set 6.538,22		Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 1.517,48		Jun 4.766,41		Out 5.975,32		Multa FGTS:	0,00	
Mar 1.517,48		Jul 5.130,99		Nov 3.943,99		Banco de Horas:	0,00	
Abr 4.232,00		Ago 4.585,54		Dez 4.624,26		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento 02 758,74		13ª Parcela Final 12 - 2.810,06				Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	82.533.134/0001-32	50,58	Confederativa	0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial	0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não



## DECLARAÇÃO

A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA**, inscrita no CNPJ sob nº 03.923.421/0001-82, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada para a localidade de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, canal 206E, declara para os devidos fins que a entidade cumpri com o percentual mínimo em sua programação de 5 % (cinco por cento) do tempo reservado ao serviço noticioso, de acordo com o que estabelece o artigo 67, 3, do Decreto 52.795 – Regulamento de Serviços de Radiodifusão.

20 AGO, 2013

3.º OF.

Antônio Toneti  
Presidente



### 3º SERVIÇO NOTARIAL DE CAMPO GRANDE/MS

Tabelião ELY AYACHE | R. Antonio Maria Coelho, 1400 - Centro - PAULISTA | 3027-3000

Reconheço por Semelhança 1 firma(s) de:

ANTÔNIO TONETI

Selo(s): AFR69516-712

Campo Grande, 20/08/2013. OP: CA

Em test. da verdade. P:338

VILMA LIMA DE SOUZA NOGUEIRA - ESCRIVENTE

EMOL R\$ 5,00 ISS R\$ 0,25 FUNJ. 10% R\$ 0,50 TOTAL: R\$ 5,75

VÁLIDO SOMENTE PARA FIM DE AUTENTICAÇÃO DE SEMELHANÇA E CANCELAMENTO



VILMA LIMA DE SOUZA NOGUEIRA  
Escrivente






## DECLARAÇÃO

A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA**, inscrita no CNPJ sob nº 03.923.421/0001-82, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada para a localidade de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, canal 206E, declara para os devidos fins que a entidade cumpre com a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

20 AGO. 2013

3.º OF. 

Antonio Toneti  
Presidente



**3º SERVIÇO NOTARIAL DE CAMPO GRANDE/MS**

Tabelião ELY AYACHE | R. Antonio Maria Coelho, 1400 - Centro - P.O. 671 3027

Reconheço por Semelhança 1 firma(s) de:

ANTONIO TONETI

Selo(s): AFR69512-208

Campo Grande, 20/08/2013. OP: CA

Em test.  da verdade. P:338

VILMA LIMA DE SOUZA NOGUEIRA - ESCRIVENTE

EMOL R\$ 5,00 TSE R\$ 0,25 FUNJ. 10% R\$ 0,50 TOTAL R\$ 5,75

VALIDO SOMENTE COM A PRESENÇA DO TITULAR DO SERVIÇO NOTARIAL






## DECLARAÇÃO

A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA**, inscrita no CNPJ sob nº 03.923.421/0001-82, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada para a localidade de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, canal 206E, declara para os devidos fins que a entidade cumpri com os valores éticos e sociais da pessoa e da família em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, IV, da Constituição Federal.

20 AGO. 2013

3.º OF. 

Antonio Toneti  
Presidente



### 3º SERVIÇO NOTARIAL DE CAMPO GRANDE/MS

Tabellão ELY AYACHE | R. Antonio Maria Coelho, 1400 - Centro - PABX (167) 3027-2333

Reconheço por Semelhança 1 firma(s) de:

ANTONIO TONETI

Selo(s): AFR69511-940

Campo Grande, 20/08/2013. OP: CA

Em test. da verdade. P:338

VILMA LIMA DE SOUZA NOGUEIRA - ESCRIVENTE

EMOL R\$ 5,00 ISS R\$ 0,25 FUNJ. 10% R\$ 0,50 TOTAL: R\$ 5,75

\*VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE SEM EMENDAS E/OU RASURAS\*





## DECLARAÇÃO

A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA**, inscrita no CNPJ sob nº 03.923.421/0001-82, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada para a localidade de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, canal 206E, declara para os devidos fins que a entidade tem como responsável pela linha editorial e direção de programação: **JOSUE ELIEL DA SILVA SANTOS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG sob nº 43218208-1-SSP-SC, inscrito no CPF sob nº 232.387.598-17.

20 AGO. 2013

3.º OF.

Antonio Toneti  
Presidente



### 3º SERVIÇO NOTARIAL DE CAMPO GRANDE/MS

Tabellão ELY AYACHE | R. Antonio Maria Coelho, 1400 - Centro - P.O. 671 3027-211

Reconheço por Semelhança 1 firma(s) de:

ANTONIO TONETI

Selo(s): AFR69517-077

Campo Grande, 20/08/2013. OF: CA

Em test. da verdade. P:338

VILMA LIMA DE SOUZA NOGUEIRA - ESCRIVENTE

EMOL R\$ 5,00 ISS R\$ 0,25 FUNJ. 10% R\$ 0,50 TOTAL: R\$ 5,75





## DECLARAÇÃO

O abaixo assinado, dirigente legalmente responsável pela **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA**, declara que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerencia, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada

20 AGO. 2013

3.º OF.

ANTONIO TONETTI  
Presidente

### 3º SERVIÇO NOTARIAL DE CAMPO GRANDE-MS

Tabellão ELY AYACHE | R. Antonio Maria Coelho, 1400 - Centro - PABX (67) 3027-2203

Conheço por Semelhança 1 firma(s) de:  
ANTONIO TONETTI

Selo(s): AFR69514-099

Campo Grande, 20/08/2013. OP: CA

Em test. da verdade. P. 100

VILMA LIMA DE SOUZA NOGUEIRA - ESCRIVENTE

EMOL R\$ 5,00 ISS R\$ 0,25 FUNJ. 10% R\$ 0,50 TOTAL: R\$ 5,75

VALIDO SOMENTE COM





## DECLARAÇÃO

A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA**, inscrita no CNPJ sob nº 03.923.421/0001-82, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada para a localidade de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, canal 206E, declara para os devidos fins que nenhuma propaganda comercial direta ou indiretamente, é veiculada na programação da emissora, conforme dispõe o Artigo 13, parágrafo único, do Decreto-Lei 236/67.

20 AGO. 2013

Antonio Toneti  
Presidente

**3º SERVIÇO NOTARIAL DE CAMPO GRANDE MS**  
Tabelião ELY AYACHE | R. Antonio Maria Coelho, 1400 - Centro - PABX (67) 3927-2333

Retomado por Semelhança 1 firma(s) de:  
ANTONIO TONETI  
Selo(s): AFR69515-368  
Campo Grande, 20/08/2013. OP: CA  
Em test. da verdade. P:338  
VILMA LIMA DE SOUZA NOGUEIRA - ESCRIVENTE  
EMOL R\$ 5,00 ISS R\$ 0,25 FUNJ. 10% R\$ 0,50 TOTAL: R\$ 5,75



\*VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE E IDENTIFICACAO DO TABELIAO





20 AGO. 2013

## DECLARAÇÃO

O abaixo assinado, dirigente legalmente responsável pela **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA**, declara que:

- i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade de FLORIANOPOLIS / SC (localidade objeto da concessão que será renovada);
- i.i) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº236, de 28/02/1967, caso haja a renovação da outorga

3.º OF.

  
**ANTONIO TONETI**  
Presidente



### 3º SERVIÇO NOTARIAL DE CAMPO GRANDE/MS

Tabelião ELY AYACHE | R. Antonio Maria Coelho, 1400 - Centro - PABX (67) 3027-2333

Reconheço por Semelhança 1 firma(s) de:

**ANTONIO TONETI**

Selo(s): AFR69510-595

Campo Grande, 20/08/2013. DP: CA

Em test.  da verdade. P:338

**VILMA LIMA DE SOUZA NOGUEIRA - ESCRIVENTE**

EMOL R\$ 5,00 ISS R\$ 0,25 FUNJ. 10% R\$ 0,50 TOTAL: R\$ 5,75

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE SEM EMENDAS E/OU RASURAS



VILMA LIMA DE SOUZA NOGUEIRA  
Escrivente





## TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 06 de maio de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Helena de Farias Furlanetto, Técnico de Nível**, em 07/05/2015, às 09:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0490265** e o código CRC **39D1A3C8**.



**Sistemas  
Interativos** **Menu Principal** ▼SRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | menu ajuda**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM**

UF: SC

Município: Florianópolis

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
FUNDACAO CULTURA E VIDA	Florianópolis	03/02/2004	03/02/2014
FUNDACAO MARANATA DE COMUNICACAO SOCIAL	Florianópolis	29/09/1985	29/09/1995
FUNDACAO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SC UDESC	Florianópolis	08/12/1995	08/12/2005
RADIO ATLANTIDA FM DE FLORIANOPOLIS LTDA	Florianópolis	16/03/2009	16/03/2019
RADIO BARRIGA VERDE LTDA	Florianópolis	16/03/2009	16/03/2019
RADIO CANOINHAS LTDA	Florianópolis	02/12/1990	02/12/2000
RADIO ITAPEMA FM DE FLORIANOPOLIS LTDA	Florianópolis	29/09/2005	29/09/2015
SENADO FEDERAL	Florianópolis	21/11/2005	21/11/2015
SOCIEDADE RADIO GUARUJA LTDA	Florianópolis	01/05/1994	01/05/2004

Usuário: -      Data: 08/06/2015      Hora: 10:57:51

Registro 1 até 9 de 9 registros

Página: [1]    [Ir]     [Reg] 

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » Consultas » Geral | menu ajuda

## Consulta Geral - FM

## Identificação do Canal PB

UF: SC  
Município: Florianópolis  
Frequência: 89,1 MHz  
Classe: B1  
Canal: 206 E

Distrito:  
Sub Distrito:  
Local Específico:  
Fase: 3 - Licenciada

## Dados da Entidade

Entidade: FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA  
Nome Fantasia:  
Nº Estação: 684826232  
Primeiro  
Licenciamento: 22/10/2013 11:49:50

Fistel: 50400105241  
CNPJ: 03.923.421/0001-82  
Situação: Entidade não possui débitos  
Último  
Licenciamento: 22/10/2013 11:49:50

## Dados do Plano Básico

## Ocupante do Canal

Entidade: FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA  
Fase: 3 - Licenciada

Nº Fistel: 50400105241

## Coordenadas Geográficas do Município

Município:

Latitude: Longitude: Raio: 

## Coordenadas Geográficas

Latitude:  °  '  "  Sul ▾Longitude:  °  '  " Local Específico: Coordenada pré-  
fixada?:  Não ▾

## Características

Canal: 206

Frequência: 89,1

Classe: ▾

Canal Educativo?: ▾

## Limitações

Limitações: ☐ Sim ☐ Não

## Potência Determinada

Não possui Potência Determinada.

## Histórico / Observações

Histórico:

SSC45/97; RES. ANATEL 125/99; ATO 40.574/2003

Máximo: 250 Digitados: 42

Observação:

Máximo: 250 Digitados: 0

## Dados da Outorga



## Dados da Entidade

CNPJ: 

Razão Social: FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA

Nome Fantasia: Tipo de Usuário: Integral

## Endereço Sede

País: Brasil

Cep: 79002233

Número: 26

Município: Campo Grande

Telefone: 67 7249668

Logradouro: AVENIDA MATO GROSSO

Complemento: SALA 01

Distrito:

Bairro: CENTRO

SubDistrito:

UF: MS

Fax:

## Endereço de Correspondência

País: Brasil

Cep: 79002233

Número: 26

Município: Campo Grande

Logradouro: AVENIDA MATO GROSSO

Complemento: SALA 01

Distrito:

Bairro: CENTRO

SubDistrito:

UF: MS

Telefone: Fax: E-mail: 

## Nome Fantasia

Nome Fantasia

## Dados da Outorga

SCRAD Jurídico: Data Publicação   
Contrato/Convênio: SCRAD Técnico: Data Limite   
Instalação: Número do Processo: 

Fistel: 50400105241

☐ Documentos Emitidos

## Atualização de Documentos

Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	13/06/2002	Outorga <input type="text"/> Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	03/02/2004	Deliber. do C. Nacional <input type="text"/> Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	ER	<input type="text"/>	16/09/2004	Autoriza o Uso de Radiofrequência <input type="text"/> Jur. <input type="text"/>

☐ Característica da Estação Instalada

## ] Dados do Licenciamento

## Dados da Estação

Entidade: FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - CNPJ/CPF(03.923.421/0001-82)

Município/UF: FLORIANÓPOLIS/SC

Indicativo: ZYV241

Situação: Entidade não possui débitos

Canal PB: 206

Classe PB: B1

## Características de Operação

Classe: Canal: 

Dia Início

Domingo 

Dia Fim

Domingo 

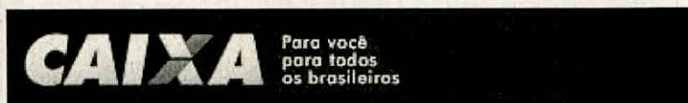
Hora Início

Hora Fim

X

X





A CAIXA

REDE DE ATENDIMENTO

OUVIDORIA

DOWNLOAD

MAPA DO SITE

SEGURANÇA

IMPRENSA



Navegue pela CAIXA



Produtos e Serviços

Ajuda

[Home](#) | [SERVIÇOS AO CIDADÃO](#) | [FGTS Empresa](#) | [Consulta Regularidade do Empregador](#) | [Situação de Regularidade do Empregador](#)

## :: Situação de Regularidade do Empregador

A EMPRESA abaixo identificada está **REGULAR** perante o FGTS:

**Inscrição:** 03923421/0001-82

**Razão Social:** FUNDACAO CULTURAL E VIDA FCV

**Nome Fantasia:** FUNDACAO CULTURAL E VIDA

Resultado da consulta em 08/06/2015 às 11:06:36

Obtenha o Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Consulte o Histórico do Empregador

**VOLTAR**

Dúvidas mais Frequentes

O uso destas informações para os fins previstos em lei deve ser precedido de verificação de autenticidade no site da Caixa:  
[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do**  
**Brasil**

**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES**  
**PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE TERCEIROS**

Nº 157482014-88888421

Nome: FUNDACAO CULTURA E VIDA-FCV

CNPJ: 03.923.421/0001-82

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8,212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 12/05/2014.

Válida até 08/11/2014.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



BOM DIA  
GABRIELA DE REZENDE RAMOS BARROSSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 03.923.421/0001-82

FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICÍPIO
ANDERSON CARLOS DE FIGUEIREDO	934.914.847-15	FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA	03.923.421/0001-82	Diretor (DIRETOR SECRETARIO)	0	--	--	FM	--	SC	Florianópolis
CLAUDIA OLIVIA CESCO RIBEIRO HARFOUCHE	368.422.141-49	FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA	03.923.421/0001-82	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	SC	Florianópolis
HUDSON DA CUNHA PINHEIRO	446.618.601-44	FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA	03.923.421/0001-82	Diretor (DIRETOR TESOUREIRO)	0	--	--	FM	--	SC	Florianópolis

Usuário: gabrielar.mc - GABRIELA DE REZENDE RAMOS BARROS

Data: 08/06/2015

Hora: 11:09:19



# CHECKLIST

## Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos

Processo nº 53000.056902/2013-90

Interessado: FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA

Localidade: Florianópolis/SC

Serviço: Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos - FME

Tecnologia Digital? ( ) Sim (x) Não

Canal: 206 E

Período: 03/02/2014 a 03/02/2024

REQUISITOS	SIM	NÃO	Não se Aplica	OBSERVAÇÕES/FL(s).
<b>Em cumprimento ao disposto no art. 5º do Capítulo III da Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012 (DOU de 11 de julho de 2012 – Seção I), a interessada apresentou, em conformidade com o Anexo III:</b>				
a) requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada?	x			02
b) declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga?	x			65
c) declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada?	x			63
d) certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?		x		
e) certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?	x			20/29
f) comprovante de regularidade com o FISTEL?	x			49; em anexo



g) prova de regularidade relativa ao INSS?	x			51; em anexo
h) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS?	x			52; em anexo
i) certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal?	x			53
j) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada?	x			54
k) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada?		x		
l) instrumento contratual (contrato, convênio, termo de parceria, etc.) que comprove a vinculação de fundação de natureza privada com instituição de ensino ou com o Município onde o serviço é executado?		x		
m) ata de assembleia registrada na repartição competente, a fim de confirmar o quadro diretivo da entidade?		x		
n) certidão de distribuição cível e criminal de todos os administradores?		x		

#### DOCUMENTOS PARA CONTRATO

REQUISITOS	SIM	NÃO	Não se Aplica	OBSERVAÇÕES/FL(s).
a) original ou cópia autenticada da certidão de inteiro teor do estatuto social da entidade, atualizada até a última alteração registrada, emitida pelo respectivo Cartório de Pessoas Jurídicas (que consiste na cópia reprográfica de todos os atos arquivados naquele órgão pela citada fundação, com a devida certificação de cada um deles e com a confirmação aposta na última folha de que se trata do "último ato registrado")?		x		
b) ato de Aprovação do Ministério Público, relativo(s) à(s) alteração(ões) estatutária(s) que estejam sujeitas a anuência prévia do referido Órgão?		x		
c) ata da Eleição da atual diretoria da entidade?		x		
d) cópia autenticada do documento de identidade e do CPF do diretor que irá assinar o contrato, ou do procurador (se for o caso), além dos demais diretores que compõem o conselho diretor da fundação (indicar o diretor que irá assinar)?		x		



e) original ou cópia autenticada do instrumento público ou particular de mandato, com poderes específicos para assinatura do contrato, se for o caso?		x		
f) endereço completo, com telefone/fax, para emissão de correspondência?		x		
g) comprovante definitivo do CNPJ da entidade?		x		

A documentação apresentada pela entidade requerente atende ao disposto na legislação regulamentar vigente?  
( ) Sim (x) Não



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 09/10/2015, às 17:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0541776** e o código CRC **DD5297DA**.



# **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

## **NOTA TÉCNICA Nº 12208/2015/SEI-MC**

Referência: **Processo nº 53000.056902/2013-90**

Assunto: **Renovação de Outorga - Exigência I.**

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Florianópolis/SC, referente ao seguinte período: 03/02/2014 a 03/02/2024.

### **ANÁLISE**

2. Preliminarmente, cumpre informar que a Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2012, definiu novos procedimentos e critérios para a renovação de outorgas de concessões, permissões e autorizações dos serviços de radiodifusão.

3. De acordo com o § 4º do art. 4º do Capítulo I e o art. 5º do Capítulo III daquela Portaria, o Ministério das Comunicações deve instruir os pedidos e analisar a regularidade da documentação apresentada pela requerente, em consonância com o que dispõem os Anexos I, II e III. Além disso, o parágrafo único do art. 5º também prevê que, caso sejam constatadas omissões ou irregularidades passíveis de correção, a interessada deve ser notificada para regularizar o pedido.

4. Com efeito, em observância aos comandos normativos relatados nos parágrafos 2 e 3 e às normas vigentes sobre o assunto, procedemos à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da Lista de Verificação de Documentos (0541776), concluindo que, para a regularização do pedido, a interessada deverá apresentar os seguintes documentos, em originais ou cópias autenticadas:

- a. certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);
- b. provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;
- c. certidão de distribuição cível e criminal de todos os administradores (estadual e federal);
- d. ata de assembleia registrada na repartição competente, a fim de confirmar o quadro diretivo da entidade;
- e. instrumento contratual (contrato, convênio, termo de parceria, etc.) que comprove a vinculação de fundação de natureza privada com instituição de ensino ou com o Município onde o serviço é executado.

5. Ademais, conforme Parecer Jurídico nº 0696/2013/SJL/CGAJ/CONJUR-MC-CGU/AGU em processo análogo, a Consultoria Jurídica deste Ministério opinou pela elaboração do



convênio/instrumento contratual referido no art. 31 do Decreto nº 52.795/63 para os processos de Renovação de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada. Destarte, em face da necessidade de uniformização de procedimentos e do princípio de isonomia, o mesmo será adotado para todos os casos similares.

6. Para tanto, deve a interessada apresentar os documentos abaixo relacionados:

- a. original ou cópia autenticada da certidão de inteiro teor do estatuto social da entidade, atualizada até a última alteração registrada, emitida pelo respectivo Cartório de Pessoas Jurídicas (que consiste na cópia reprográfica de todos os atos arquivados naquele órgão pela citada fundação, com a devida certificação de cada um deles e com a confirmação aposta na última folha de que se trata do “último ato registrado”);
- b. ato de Aprovação do Ministério Público, relativo(s) à(s) alteração(ões) estatutária(s) que estejam sujeitas a anuência prévia do referido Órgão;
- c. ata da Eleição da atual diretoria da entidade;
- d. cópia autenticada do documento de identidade e do CPF do diretor que irá assinar o contrato, ou do procurador (se for o caso), além dos demais diretores que compõem o conselho diretor da fundação (indicar o diretor que irá assinar);
- e. original ou cópia autenticada do instrumento público ou particular de mandato, com poderes específicos para assinatura do contrato, se for o caso;
- f. endereço completo, com telefone/fax, para emissão de correspondência; e
- g. comprovante definitivo do CNPJ da entidade.

## CONCLUSÃO

7. Diante do exposto, opinamos pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, comprovado pelo Aviso de Recebimento dos Correios, apresente os referidos documentos, sob pena de indeferimento do pleito, com a consequente declaração de perempção.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 09/10/2015, às 17:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site





<http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0541807** e o código CRC **3E91970E**.

---





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Acompanhamento e Avaliação  
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste  
70044-900 – Brasília – DF  
2027-6890

Ofício nº 17691/2015/SEI-MC

Ao(À) Senhor(a)

**REPRESENTANTE LEGAL DA FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA**

Rua Clóvis Beviláqua, nº 205 - Jardim São Bento

CEP: 13.720-000 / Campo Grande – MS

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.056902/2013-90.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 17691/2015/SEI-MC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 dias (trinta dias), contado da data do recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,

---

Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Coordenador do**





**Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 09/10/2015, às 17:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0541828** e o código CRC **179A2B92**.

---



**Correspondência Eletrônica SERED 0787231**

**Data de Envio:**

23/10/2015 18:24:39

**De:**

MC/SDEDU (SEI-MC) <sdedu.sei@comunicacoes.gov.br>

**Para:**

fcv\_diretoria@hotmail.com  
sntms.sec@gmail.com

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial Ministério das Comunicações.

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: 53000.056902/2013-90

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_0541828.html  
Nota\_Tecnica\_0541807.html



Campo Grande, 26 de outubro de 2015

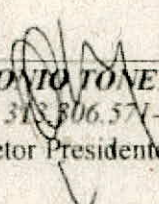
Ao  
Ministerio das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
RODRIGO CRUZ GEBRIM  
Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União  
Esplanada dos Ministerios  
70044-900 Brasília/DF

Ref: Ofício nº 17691/2015/SEI-MC  
Processo nº 53000.056902/2013-90

Senhor Coordenador,

A FUNDACÃO CULTURA E VIDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada para a localidade de Florianópolis / SC, inscrita no CNPJ sob nº 03.923.421/001-82, vem respeitosamente, em resposta ao Ofício supra citado, juntar os documentos em anexo.

Nestes termos pede deferimento.

  
ANTONIO TONETI  
CPF: 313.806.571-87  
Diretor Presidente





## GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

Vencimento  
30/04/2015  
Exercício  
2015

## Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIND DOS RADIALISTAS - SINDIRADIO/SC		Código da Entidade Sindical 000.009.019.13018-3	
Endereço R. TENENTE SILVEIRA N 324 SALA 01	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 82.533.134/0001-32
Bairro/Distrito CENTRO	CEP 88010-000	Cidade/Município FLORIANOPOLIS	UF SC

## Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA FCV		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 03.923.421/0001-82	
Endereço R. UIRAPURU CJ HABITACIONAL E TAQUARAL BOSQUE N	Número 1154	Complemento	Bairro/Distrito TAQUARAL BOSQUE
Cidade/Município CAMPO GRANDE	UF MS	CEP 79034-600	Código de Atividade 9430-8/00

## Dados de Referência da Contribuição

Descrição Empregados	Nº de Empregados Contribuintes 3	Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 323,80	
Contribuição Social - Empresa	Total da Remuneração - Contribuintes 9.713,89	(=-) Desconto/Abatimento	
Contribuição Social - Estabelecimento	Total de Empregados - Estabelecimento 3	(=-) Outras Deduções	
Mensagem/Reserva do Contribuinte		(=-) Mora/Multa	
		(=-) Outros Acréscimos	
		(=) Valor Cobrado 323,80	

104-0 | 10499.71300 18917.703920 34210.001433 9 64140000032380

Código do Cedente 000.009.019.13018-3	Nosso Número 039234210001	Valor do Documento 323,80	Data de Vencimento 30/04/2015	Exercício 2015
--	------------------------------	------------------------------	----------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica



104-0 | 10499.71300 18917.703920 34210.001433 9 64140000032380

Local de Pagamento Pagável em qualquer agência bancária até o vencimento					Vencimento 30/04/2015	
Cedente SIND DOS RADIALISTAS - SINDIRADIO/SC					Agência/Código do Cedente 0001 / 000.009.019.13018-3	
Data de Emissão 08/04/2015	Número do Documento 2015559	Especie Doc GRCSU	Acéte	Data de Processamento 08/04/2015	Nosso Número 039234210001	
Valor no Banco EXERC (2015)	Carteira SIND	Especie R\$	Quantidade	Valor	Valor do Documento 323,80	

Instruções

Boleto da Contribuição Sindical Urbana

Após o vencimento

Multa de 10% (dez por cento) nos 30 (trinta) primeiros dias,

com o adicional de 2% (dois por cento) por mês subsequente de atraso,

além do juro de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária

(=-) Desconto/Abatimento
(=-) Outras Deduções
(=-) Mora/Multa
(=-) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado 323,80

Cedente  
FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA FCV  
R. UIRAPURU CJ HABITACIONAL E TAQUARAL BOSQUE N 1154  
TAQUARAL BOSQUE CAMPO GRANDE MS 79034-600

CARTÓRIO JK  
1. OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE BRASÍLIA  
CRS 505, Bloco C, Loja 1/3, Brasília-DF  
AUTENTICAÇÃO  
CONFÉSSÃO DE ORIGINALIDADE N.º 935/94)  
Brasília-DF, 17 de Novembro de 2015  
Consultar selos: www.tjdft.jus.br  
191 - Selo: TJDFT20150011704228LKNJ  
VINÍCIUS ALVES SARMENTO  
ESCREVENTE NOTARIAL





**Bradesco**

Net Empresa

**Transação Realizada com Sucesso**

Boletos de Cobrança

Data da operação: 07/04/2015 - 17h04

Nº de controle: 474.564.379.200.407.322 | Documento: 0000015

Conta de débito: **Agência: 0488 | Conta: 0003299-9 | Tipo: Conta-Corrente**Empresa: **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA | CNPJ: 003.923.421/0001-82**Código de barras: **10499 71300 18917 703920 34210 001433 9 64140000032380**Banco destinatário: **104-CAIXA ECONOMICA FEDERAL**Data de vencimento: **30/04/2015**Valor: **R\$ 323,80**Data de débito: **07/04/2015**Descrição: **sindicato radialista**

A transação acima foi realizada por meio do Bradesco Net Empresa.

**Autenticação**

X3ynAUa5 253\*sj4D VGSRFekJ 8FGv8BM7 bQcXyZHX dFCaFTzd t7d3qted 14jan61\*  
W4StukXM Exqd\*QWw Hf6DU\*7a 42\*gG19b Mboyt8t 19uTRGXy 8x2TSock 7q3xDr7\*  
AXeShCEB 7T6GRn7R 2HlpD8K4 X08Uc5dR WR3c6tX\* a6q8AwRz 87540125 10013000

**SAC Serviço de  
Apelo ao Cliente**Até Bradesco  
0800 704 8383Deficiente Auditivo ou de Fala  
0800 722 0099Cancelamentos, Reclamações e Informações.  
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana.Demais telefones  
consulte o site  
Fale Conosco**Ouvidoria**

0800 727 9933

Atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, exceto feriados.



**CAIXA**

## GRCS - GUIA DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

URBANA - GRCSU

VENCIMENTO  
12/05/2011EXERCÍCIO  
2011

## DADOS DA ENTIDADE SINDICAL

NOME DA ENTIDADE

SIND DOS TRAB EM EMP DE RADIODIFUSÃO DO EST DO PARANÁ

CÓDIGO DA ENTIDADE SINDICAL  
009.019.88359-9

ENDEREÇO

PC CARLOS GOMES NUM 211 1º ANDAR

NÚMERO

COMPLEMENTO

CNPJ DA ENTIDADE

75.041.871/0001-52

BAIRRO / DISTRITO

CENTRO

CEP

80010-140

CIDADE / MUNICÍPIO

CURITIBA

UF

PR

## DADOS DO CONTRIBUINTE

NOME / RAZÃO SOCIAL / DENOMINAÇÃO SOCIAL

FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA -FCV

CPF / CNPJ / CÓDIGO DO CONTRIBUINTE

03.923.421/0001-82

ENDEREÇO

AV MATO GROSSO, N 26

NÚMERO

COMPLEMENTO

CEP  
79002-233BAIRRO / DISTRITO  
CENTROCIDADE / MUNICÍPIO  
CAMPO GRANDEUF  
MSCÓDIGO ATIVIDADE  
9430800

## DADOS DE REFERÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO

CATEGORIA

( ) - Patronal/Empregador (X) Empregados ( ) - Prof. Liberal ( ) - Autônomos

## DADOS DA CONTRIBUIÇÃO

(+) VALOR DO DOCUMENTO

237,50

CAPITAL SOCIAL - EMPRESA

Nº EMPREGADOS CONTRIBUINTES

6

(-) DESCONTO / ABATIMENTO

CAPITAL SOCIAL - ESTABELECIMENTO

TOTAL REMUNERAÇÃO - CONTRIBUINTE

7.125,00

(-) OUTRAS DEDUÇÕES

TOTAL EMPREGADOS - ESTABELECIMENTO

6

(+/-) MORA / MULTA

28,50

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

(+/-) OUTROS ACRESCIMOS

0,00

(-) VALOR COBRADO

266,00

104-0 | 10499.78834 59917.703924 34210.001433 9 49650000026600

CÓDIGO DO CEDENTE  
009.019.88359-9NOSSO NÚMERO  
039234210001

VALOR DO DOCUMENTO

266,00

DATA VENCIMENTO  
12/05/2011EXERCÍCIO  
2011

DEF000412052011040241002076

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

CARTÓRIO JR

1. OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE BRASÍLIA

CRS 505, Bloco C, Loja 1/3, Brasília-DF

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original. (Lei n. 8.935/94)

Brasília-DF, 17 de Novembro de 2015

Consultar sites: www.tjdft.jus.br

191 - Selo: JDT20150011706198LQEB

VINÍCIUS ALVES SARMENTO

ESCRITÓRIO NOTARIAL



Data: 11/04/2011

Pág.: 1

Rel0901

Opção: Geral

Verba: 501 - Contribuição Sindical

Período: 03/2011 a 03/2011

Mês / Ano	Matr.	Nome do Funcionário	Cargo	Data Admissão	Valor
<b>Empresa: 048 - FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA -FCV</b>					
03/2011	009	CAMILA WEBER	GERENTE ADMINISTRATIVO	17/01/2011	66,67
03/2011	007	DIEGO DE OLIVEIRA	LOCUTOR APRES. ANIMADOR	01/04/2009	21,33
03/2011	006	EDUARDO BRANDE DA SILVA	DIRETO COMERCIAL	01/10/2009	49,00
03/2011	008	FERNANDO MANUEL MARTINS	OPERADOR DE AUDIO	01/06/2010	22,50
03/2011	003	TURI MINK VIEIRA	DIRETOR DE PROGRAMAÇÃO	01/05/2008	56,67
03/2011	001	JORGE LUIZ VELA	LOCUTOR APRES. ANIMADOR	01/12/2005	21,33
					<b>Total Geral da Empresa: 237,50</b>
					<b>Total Geral: 237,50</b>



**CAIXA**

## GRCS - GUIA DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

URBANA - GRCSU

VENCIMENTO  
30/04/2014EXERCÍCIO  
2014

## DADOS DA ENTIDADE SINDICAL

NOME DA ENTIDADE

SIN EMPREG EMPRESA DE RADIODIFUSÃO TELEVISÃO SANTA CATARINA

CÓDIGO DA ENTIDADE SINDICAL

009.019.13018-3

ENDEREÇO

RUA TEN SILVEIRA N 324

NÚMERO

COMPLEMENTO

CNPJ DA ENTIDADE

82.533.134/0001-32

BAIRRO - DISTRITO

CENTRO

CEP

88010-301

CIDADE / MUNICÍPIO

FLORIANÓPOLIS

UF

SC

## DADOS DO CONTRIBUINTE

NOME - RAZÃO SOCIAL / DENOMINAÇÃO SOCIAL

FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - F/CV

CPF / CNPJ - CÓDIGO DO CONTRIBUINTE

03.923.421/0001-82

ENDEREÇO

RUA UIRAPURU, N° 1154

NÚMERO

COMPLEMENTO

UF

79034-600

BAIRRO - DISTRITO

CONJ HAB. TAQUARAL BOSQUE

CIDADE / MUNICÍPIO

CAMPO GRANDE

UF

MS

CÓDIGO ATIVIDADE

9430800

## DADOS DE REFERÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO

CLASSIFICAÇÃO

( ) - Patronal/Empregador (X) Empregados ( ) - Prof. Liberal ( ) - Autônomos

## DADOS DA CONTRIBUIÇÃO

(+) VALOR DO DOCUMENTO

136,35

CATEGORIA SOCIAL - EMPRESA

Nº EMPREGADOS CONTRIBUINTE

(+) DESCONTO / ABATIMENTO

4

CATEGORIA SOCIAL - ESTABELECIMENTO

TOTAL REMUNERAÇÃO - CONTRIBUINTE

(+) OUTRAS DEDUÇÕES

4.090,55

TOTAL EMPREGADOS - ESTABELECIMENTO

4

(+) MORA / MULTA

0,00

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

(+) OUTROS ACRESCIMOS

0,00

(+) VALOR CORRADO

136,35

104-0 10499.71300 18917.703920 34210.001433 3 60490000013635

CÓDIGO DO CEDENTE  
009.019.13018-3NOSSO NÚMERO  
039234210001

VALOR DO DOCUMENTO

136,35

DATA VENCIMENTO  
30/04/2014

CARTÓRIO JK 2014

CPF 0484 101 967 0404140

136,35R 0805

AUTENTICAÇÃO

OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE BRASÍLIA  
C.R.S. 505, Bloco C, Loja 1/3-Brasília-DF  
AUTENTICAÇÃO  
Confere com o original. (Lei n.8.935/94)  
Brasília-DF, 17 de Novembro de 2015  
Consultar selos: www.tjdft.jus.br  
191 - Selo: TJDFT20150011706192WEAJ  
VINÍCIUS ALVES SARMENTO  
ESCREVENTE NOTARIAL



<b>CAIXA</b>		<b>GRCS - GUIA DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL</b>		<b>VENCIMENTO</b> 30/04/2012	<b>EXERCÍCIO</b> 2012
<b>DADOS DA ENTIDADE SINDICAL</b>				<b>CÓDIGO DA ENTIDADE SINDICAL</b>	
SIN EMPREG EMPRESA DE RADIODIFUSÃO TELEVISÃO SANTA CATARINA				009.019.13018-3	
<b>ENDEREÇO</b> RUA TEN SILVEIRA N 324	<b>NÚMERO</b>	<b>COMPLEMENTO</b>	<b>CNPJ DA ENTIDADE</b> 82.533.134/0001-32		
<b>Bairro / Distrito</b> CENTRO	<b>CEP</b> 88010-301	<b>CIDADE / MUNICÍPIO</b> FLORIANÓPOLIS	<b>UF</b> SC		
<b>DADOS DO CONTRIBUINTE</b>				<b>CNPJ - CNPJ - CÉDULO DO CONTRIBUINTE</b>	
FUNDACÃO CULTURA E VIDA - FCV				03.923.421/0001-82	
<b>ENDEREÇO</b> AV MATO GROSSO, N 26	<b>NÚMERO</b>	<b>COMPLEMENTO</b>			
<b>CEP</b> 74002-233	<b>Bairro / Distrito</b> CENTRO	<b>CIDADE / MUNICÍPIO</b> CAMPO GRANDE	<b>UF</b> MS	<b>CÓDIGO ATIVIDADE</b> 9430800	
<b>DADOS DE REFERÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO</b>			<b>DADOS DA CONTRIBUIÇÃO</b>		
<b>CATEGORIA</b> ( ) - Patronal/Empregador (X) Empregados ( ) - Prof. Liberal ( ) - Autônomos			<b>II - VALOR DO DOCUMENTO</b> 155,08		
<b>UNIDADE SOCIAL - EMPRESA</b>	<b>III - EMPREGADOS CONTRIBUENTES</b> 4		<b>III - DESCONTO / ABATIMENTO</b>		
<b>UNIDADE SOCIAL - ESTABELECIMENTO</b>	<b>TOTAL REMUNERAÇÃO - CONTRIBUINTE</b> 4.652,39		<b>III - OUTRAS DEDUÇÕES</b>		
<b>MESSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE</b>	<b>TOTAL EMPREGADOS - ESTABELECIMENTO</b> 4		<b>III - MORA / MULTA</b> 0,00		
			<b>III - OUTROS ALÍQUOTOS</b> 0,00		
			<b>III - VALOR COBRADO</b> 155,08		

104-0 | 10499.71300 18917.703920 34210.001433 4 531900000015508

<b>CÓDIGO DO CLIENTE</b> 009.019.13018-3	<b>NOSSO NÚMERO</b> 039234210001	<b>VALOR DO DOCUMENTO</b> 155,08	<b>DATA DE VENCIMENTO</b> 30/04/2012	<b>EXERCÍCIO</b> 2012
<b>DECRETO DE NOTAS E PROTESTO DE BRASILIA</b> OFS 505.81000 C-Loja 1/3, Brasília-DF <b>AUTENTICAÇÃO</b> Confira com o original. (Lei n.8.933/94) Brasília-DF, 17 de Novembro de 2015 Consultar selos: www.tjdft.jus.br 191 - Selo: TJDFT201500117061800AUP VINICIUS ALVES SARNENTO ESCRIVENTE NOTARIAL				



Data: 20/08/2013

Pág.: 1

Rel0901

Sindicato: 013 - SIN EMPREG EMPRESA DE RADIODIFUSÃO TELEVISÃO SANTA CATARINA

Verba: 501 - Contribuição Sindical

Período: 03/2012 a 03/2012

Opção: Geral

Mês / Ano	Matr.	Nome do Funcionário	Cargo	Data Admissão	Valor
<b>Empresa: 048 - FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA -FCV</b>					
03/2012	006	EDUARDO BRANDL DA SILVA	DIRETO COMERCIAL	01/10/2009	50,58
03/2012	008	FERNANDO MANUEL MARTINS	OPERADOR DE AUDIO	01/06/2010	23,00
03/2012	003	IURI MINK VIEIRA	DIRETOR DE PROGRAMAÇÃO	01/05/2008	58,50
03/2012	001	JORGE LUIZ VELA	LOCUTOR APRES. ANIMADOR	01/12/2005	23,00
	<u>4</u>			<b>Total Geral da Empresa:</b>	<u>155,08</u>
	<u>4</u>			<b>Total Geral:</b>	<u>155,08</u>



**CAIXA****GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana**  
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Vencimento 30/04/2013		Exercício 2013	
<b>Dados da Entidade Sindical</b>			
Nome da Entidade SIN EMPREG EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST SC 000403		Código da Entidade Sindical 000.009.019.13018-3	
Endereço R TEN SILVEIRA 324 S01 CP 914	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 82.533.134/0001-32
Bairro/Distrito CENTRO	CEP 88010-301	Cidade/Município FLORIANOPOLIS	UF SC
<b>Dados do Contribuinte</b>			
Nome/Razão Social/Denominação Social FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 03.923.421/0001-82	
Endereço R LIRAPURU	Número 1154	Complemento	
CEP 79034-600	Bairro/Distrito CONJUNTO HABITACIONAL ESTRELA	Cidade/Município CAMPO GRANDE	UF MS Código Atividade 943
<b>Dados de Referência da Contribuição</b>		<b>Dados da Contribuição</b>	
Categoria <input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		(+) Valor do Documento 152,12	
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes 5	(-) Desconto / Abatimento	
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes 4.553,61	(+/-) Outras Deduções	
Total Empregados - Estabelecimento 5		(+/-) Mora / Multa	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+/-) Outros Acréscimos	
		PRT (+/-) Valor Cobrado	
<b>104-0</b> 10499.71300 18917.703920 34210.001433 6 56840000015212			
Código do Codente 000.009.019.13018-3	Nosso Número 039234210001	Valor do Documento 152,12	Data Vencimento 30/04/2013
		Exercício 2013	

Autenticação Mecânica

CARTÓRIO JK  
1. OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE BRASÍLIA  
CRS 505-Bloco C-Loja 1/3-Brasília-DF  
AUTENTICAÇÃO  
Confere com o original. Lei n.º 935/94  
Brasília-DF, 17 de Novembro de 2015  
Consultar selos: [www.tidft.jus.br](http://www.tidft.jus.br)  
191 - Selos: TJDF 2015/0117061780YCR  
VINÍCIUS ALVES ARMENTO  
ESCREVENTE NOTARIAL



Data: 20/08/2013

Pág.: 1

Rel0901

Sindicato: 013 - SIN EMPREG EMPRESA DE RADIODIFUSÃO TELEVISÃO SANTA CATARINA

Verba: 501 - Contribuição Sindical

Período: 03/2013 a 03/2013

Opção: Geral

Mês / Ano	Matr.	Nome do Funcionário	Cargo	Data Admissão	Valor
<b>Empresa: 048 - FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA -FCV</b>					
03/2013	006	EDUARDO BRANDL DA SILVA	DIRETO COMERCIAL	01/10/2009	52,12
03/2013	008	FERNANDO MANUEL MARTINS	OPERADOR DE AUDIO	01/06/2010	25,00
03/2013	001	JORGE LUIZ VELA	LOCUTOR APRES. ANIMADOR	01/12/2005	25,00
03/2013	011	JOSUE ELIEL SILVA SANTOS	PROGRAMADOR	01/02/2013	25,00
03/2013	010	SANDRO BESEM MIRANDA	OPERADOR DE AUDIO	02/04/2012	25,00
	<u>5</u>			<b>Total Geral da Empresa:</b>	<u>152,12</u>
	5			<b>Total Geral:</b>	152,12



**TERMO DE CONVÊNIO**

A FAEL E A CONVENIADA  
FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA  
CELEBRAM O PRESENTE  
TERMO - VISANDO A PROMOÇÃO  
E DIVULGAÇÃO DE ATIVIDADES  
EDUCATIVAS E A CONCESSÃO DE  
DESCONTOS EM CURSOS DE  
GRADUAÇÃO E POS-GRADUAÇÃO

De um lado,

**FAEL - SOCIEDADE TÉCNICA EDUCACIONAL DA LAPA S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.558.975/0001-65, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, com sede na Rodovia Olívio Beliche, PR 427, Km 33, na cidade da Lapa, estado do Paraná, doravante denominada simplesmente FAEL.

De outro lado,

**FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.923.421/0001-82, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, com sede na Rua Uirapuru, nº 1454, Conjunto Habitacional E, Bosque Taquaral na cidade de Campo Grande, estado do Mato Grosso do Sul, doravante denominada simplesmente CONVENIADA.

As partes acima identificadas têm entre si, justo e acertado, o presente Termo de Convênio, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente CONVÊNIO, o estabelecimento de um programa de mútua colaboração, com a finalidade de implantar projetos que visam promover, realizar e divulgar atividades educativas e culturais, objetivando o desenvolvimento de ações de incentivo e o apoio à produção fonográfica, bem como a concessão de descontos em cursos de graduação e pós-graduação ofertados pela FAEL, para colaboradores diretos da CONVENIADA e seus respectivos familiares diretos - apenas filhos e cônjuge - variável de acordo com o número de alunos regularmente matriculados para cada período letivo.

**Parágrafo Primeiro:** Os descontos serão concedidos nos seguintes termos:

- 1.1 Até 100 (cem) alunos regularmente matriculados no período corrente dos cursos de graduação e pós-graduação, o desconto será de 11,75% (onze



virgula setenta e cinco por cento). Para os cursos de graduação, o número de parcelas com desconto é regido conforme tabela apresentada no Parágrafo Terceiro desta Cláusula. Para os cursos de pós-graduação o desconto incidirá somente nas mensalidades. A

matrícula e rematrículas terão seu valor integral para pagamento, conforme contrato do aluno.

- 1.2 A partir de 101 (cento e um) alunos regularmente matriculados no período corrente dos cursos de graduação, o desconto será de 18,31% (dezoito virgula trinta e um por cento). Para os cursos de graduação, o número de parcelas com desconto é regido conforme tabela apresentada no Parágrafo Terceiro desta Cláusula. Para os cursos de pós-graduação o desconto incidirá somente nas mensalidades. A matrícula e rematrículas terão seu valor integral para pagamento, conforme contrato do aluno.

**Parágrafo Segundo:** A contabilização do número de alunos acontecerá nos meses de março e agosto de cada ano, recaindo o desconto da seguinte forma:

- 2.1 Para cálculo do valor do desconto no período de matrícula/rematrícula de **fevereiro**, serão contabilizados os alunos regularmente matriculados até o dia 15 de março do ano corrente;
- 2.2 Para cálculo do valor do desconto no período de matrícula/rematrícula de **maio**, serão contabilizados os alunos regularmente matriculados até o dia 15 de março do ano corrente;
- 2.3 Para cálculo do valor do desconto no período de matrícula/rematrícula de **agosto**, serão contabilizados os alunos regularmente matriculados até o dia 15 de agosto do ano corrente;
- 2.4 Para cálculo do valor do desconto no período de matrícula/rematrícula de **outubro**, serão contabilizados os alunos regularmente matriculados até o dia 15 de agosto do ano corrente;
- 2.5 No caso de alunos dos cursos de pós-graduação, a contabilização acontecerá nos meses de março e agosto.

**Parágrafo Terceiro:** O número de parcelas com o valor do desconto, calculado conforme esta Cláusula é regida de acordo com a tabela abaixo:

Período de	Matrícula	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
Matrícula	e/ou	Mensalidade	Mensalidade	Mensalidade	Mensalidade	Mensalidade
e/ou	Rematrícula	e	e	e	e	e
Rematrícula						
Fevereiro	Valor Integral	Valor Integral	Valor com Desconto	Valor com Desconto	Valor com Desconto	Valor com Desconto
Maio	Valor Integral	Valor com Desconto	Valor com Desconto	-----	-----	-----
Agosto	Valor	Valor com	Valor com	Valor com	Valor com	Valor com



	Integral	Desconto	Desconto	Desconto	Desconto	Desconto
Outubro	Valor Integral	Valor com Desconto	Valor com Desconto	-----	-----	-----
		Desconto	Desconto			

**Parágrafo Quarto:** Independente da data de ingresso do beneficiado, conforme tabela acima, se o beneficiado se matricular nos dois semestres letivos de cada ano, o pagamento das matrículas/rematrículas e primeira mensalidade do ciclo de matrícula/rematrícula de fevereiro, serão pagos integralmente, desta forma, das 10 (dez) mensalidades cobradas no ano letivo, 09 (nove) terão desconto.

**Parágrafo Quinto:** Os descontos não são acumulativos para alunos que participem do PROUNI.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** As finalidades deste Acordo serão cumpridas mediante Convênios e/ou Contratos específicos a serem desenvolvidos após prévio ajuste dos partícipes para a celebração do instrumento específico no qual constarão os seguintes itens relativos aos Programas:

- Objetivos gerais e específicos;
- Indicação do coordenador do trabalho, em comum acordo entre a FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA e a FACULDADE;
- Descrição das etapas de desenvolvimento do trabalho, resultados a serem apresentados ao final de cada etapa, bem como a forma como será conduzido o exame destes resultados;
- Atribuição dos partícipes;
- Cronograma de execução do projeto, indicando a duração de cada etapa;
- Recursos humanos, materiais e financeiros necessários;
- Valor e forma de recebimento dos recursos previstos;
- Infra-estrutura necessária;
- Cronograma financeiro e recursos de contrapartida, quando aplicável;
- Outras informações complementares que se fizerem necessárias para perfeita execução do trabalho previsto.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

Este convênio possui prazo indeterminado a contar da data de assinatura deste instrumento.

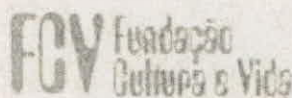
#### CLÁUSULA QUARTA – DOS BENEFICIADOS DOS DESCONTOS

Participam desse convênio os colaboradores da CONVENIADA, assim como seus familiares diretos, apenas cônjuge e filhos, com as devidas comprovações documentais.

**Parágrafo Único:** Os documentos referidos no caput desta cláusula deverão ser apresentados no Polo de Apoio Presencial escolhido pelo aluno, conforme segue:

- ☐ *Próprio aluno é colaborador da CONVENIADA:* Contra cheque, para





comprovar a relação de colaborador.

- ☐ *Aluno é cônjuge do colaborador da CONVENIADA:* Contra cheque, para comprovar a relação de colaborador e documento comprovando situação civil.

- ☐ *Aluno é filho do colaborador da CONVENIADA:* Contra cheque, para comprovar a relação de colaborador e documento de RG ou Certidão de Nascimento.

Parágrafo Segundo: A reapresentação dos documentos comprobatórios de vínculo com a CONVENIADA deverá ocorrer sempre que solicitado pela FAEL, caso contrário o aluno perderá o benefício.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA DIVULGAÇÃO

A CONVENIADA autoriza desde a assinatura do TERMO DE CONVÊNIO que o parceiro local faça a divulgação do benefício para os colaboradores no espaço físico da CONVENIADA.

CLÁUSULA SEXTA: Compete a cada parte

I – À FACULDADE compete:

- a) Apoiar a FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA no desenvolvimento de estudos, pesquisas e ações nas áreas contempladas pelo presente acordo.
- b) Pesquisar, desenvolver e disponibilizar ferramentas, metodologias e aplicativos para apoio a gestão empresarial e melhoria dos processos produtivos;
- c) Auxiliar a FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA na possível seleção de estagiários que por ventura se fizerem necessários para o desenvolvimento de estudos, pesquisas e ações de que trata a alínea a
- d) Auxiliar no desenvolvimento de softwares, aplicativos e testes ligados ao objeto mencionado na Cláusula Primeira;
- e) Propiciar a realização conjunta de projetos de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico de interesse mútuo;
- f) Apoiar a FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA e seus parceiros em projetos de cooperação;
- g) Apresentar à FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA relatórios de acompanhamento em relação a cada um dos projetos que porventura se originarem do presente Acordo permitindo à mesma amplo acesso às atividades que vierem a ser executadas e fornecendo todo e qualquer



dado disponível que se fizer necessário ao planejamento e/ou execução de serviços e/ou projetos oriundos deste Acordo;

- h) Articular a realização de captação de recursos, com vistas a viabilizar projetos a serem realizados em cooperação;
- i) Propiciar a execução de treinamentos e capacitação que se fizerem necessários à implementação das tecnologias que vierem a ser desenvolvidas;
- j) Responsabilizar-se em proporcionar a divulgação conjunta da parceria mediante aprovação de ambas as partes, ou seja, qualquer promoção ou divulgação do Projeto será realizada somente com a anuência de ambas as partes.

## II - A FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA compete:

- a) Cumprir com todas as exigências legais necessárias à celebração do presente Acordo propiciando o desenvolvimento das atividades correlatas ao objeto delimitado na cláusula primeira;
- b) Propiciar aos alunos da Faculdade acesso a estágios nas áreas correlatas ao desenvolvimento do objeto do presente Acordo quando do desenvolvimento de atividades oriundas do presente instrumento, regidas por instrumentos específicos;
- c) Assegurar condições à execução dos serviços que venham a ser prestados pela Faculdade em relação a atividades oriundas do presente Acordo que serão reguladas por instrumentos específicos;
- d) Articular a realização de captação de recursos, com vistas a viabilizar projetos a serem realizados em cooperação;
- e) Colaborar com toda a documentação, informação e celeridade necessárias à celebração do presente instrumento e instrumentos derivados do presente Acordo;
- f) Apoiar a Faculdade e seus parceiros em projetos de cooperação.



**CLÁUSULA SETIMA:** Este acordo obriga as partes contratantes tão somente na extensão e nos termos aqui estipulados e não constitui qualquer espécie de associação entre as partes contratantes, sendo certo que:

- (i) as partes deste acordo são autônomas e independentes entre si;
- (ii) não existe qualquer elemento que caracterize relação de trabalho;
- (iii) nenhuma disposição deste contrato deverá ser interpretada no sentido de criar qualquer vínculo societário, trabalhista, previdenciário ou tributário entre as partes, e;
- (iv) inexistirá solidariedade ativa ou passiva de qualquer natureza entre as partes, respondendo cada qual na medida de sua participação e obrigações.

**CLÁUSULA OITAVA:** O presente Instrumento não gera nenhum direito de parte a parte, além da execução do Acordo ora avençado. Os funcionários de cada uma dos partícipes acordantes, assim como seus representantes legais ou prepostos, não terão qualquer vínculo empregatício com a outra parte acordante, bem como, em nenhuma hipótese, suas responsabilidades profissionais serão transferidas à outra parte acordante.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - Os partícipes garantirão uma à outra o estabelecido neste Acordo e em seus Convênios e/ou Contratos específicos, não assumindo quaisquer outras responsabilidades.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - É da responsabilidade de cada parte assegurar-se de que todas as pessoas designadas para trabalhar nos projetos e nas atividades previstas neste Acordo e em seus Convênios e/ou Contratos específicos conheçam e explicitamente aceitem todas as condições estabelecidas nos referidos instrumentos.

**CLÁUSULA NONA:** As Partes, por si, seus representantes, prepostos, empregados, gerentes ou procuradores, obrigam-se a manter sigilo sobre quaisquer informações confidenciais. Para os fins deste termo, a expressão



"Informações Confidenciais" significa toda e qualquer informação verbal ou escrita obtida, direta ou indiretamente, pelas partes em função da presente contratação, bem como informações sigilosas relativas ao negócio jurídico pactuado. Tais obrigações permanecerão em vigor mesmo após a rescisão ou término do contrato.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - As informações confidenciais compreendem quaisquer dados, materiais, documentos, especificações técnicas ou comerciais, inovações ou aperfeiçoamento do conjunto de módulos licenciados, ou dados gerais em razão do presente Acordo, de que venham a ter acesso ou conhecimento, ou ainda que lhes tenham sido confiados, não podendo, sob qualquer pretexto ou desculpa, omissão, culpa ou dolo, revelar, reproduzir ou deles dar conhecimento a pessoas estranhas a esse acordo, salvo se houver consentimento expresso e conjunto das Partes.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - A responsabilidade das Partes com relação à quebra de sigilo será proporcional ao prejuízo causado, salvo se comprovado documentalmente que as informações confidenciais:

- 1.1. Estavam no domínio público na data da celebração do presente Acordo;
- 1.2. Tornaram-se parte do domínio público depois da data de celebração do presente Acordo, por razões não atribuíveis à ação ou omissão das Partes;
- 1.3. Foram reveladas em razão de qualquer ordem, decreto, despacho, decisão ou regra emitida por qualquer órgão judicial, legislativo ou executivo que imponha tal revelação.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - As partes, seus administradores, prepostos e empregados guardarão absoluto sigilo sobre a totalidade dos dados e informações fornecidas pela outra parte para cumprimento do presente Acordo, ou de qualquer forma por ela obtida, até 05 (cinco) anos após a sua rescisão, rescisão ou término de seu prazo de vigência.

#### **CLÁUSULA DECIMA - DA RESCISÃO**

Para rescisão desse instrumento será necessário aviso prévio formal de 30 (trinta) dias, sendo que os alunos contemplados pelo desconto permanecerão com este até a conclusão do curso.



## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DO FORO

Para diminuir quaisquer controvérsias oriundas deste convênio, as partes elegem o foro da comarca de Curitiba, estado do Paraná.

Por estarem assim justas e contrariadas, firmou o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Curitiba, 20 de fevereiro de 2014.

SOCIEDADE TÉCNICA EDUCACIONAL DA LAPA S/A

CONVENIADA

Testemunhas:

1. [Signature]  
Name: Jono Aida J. Sautera  
RG: 1644823 SSP/ins  
CPF: 076 377 281-08

2. Informações  
Nome Jennia Francis  
RG: 304660616 SSP/SP  
CPF: 234813838-10

[illegible]

Campana Grande, 03 de novembro de 2018  
Selbi AKH - 36749 - 2018



TARETAS DE CANTAS DE CANTAS  
 1. Nome: [ ]  
 2. Data: [ ]  
 3. [ ]  
 4. [ ]  
 5. [ ]  
 6. [ ]  
 7. [ ]  
 8. [ ]  
 9. [ ]  
 10. [ ]  
 11. [ ]  
 12. [ ]  
 13. [ ]  
 14. [ ]  
 15. [ ]  
 16. [ ]  
 17. [ ]  
 18. [ ]  
 19. [ ]  
 20. [ ]  
 21. [ ]  
 22. [ ]  
 23. [ ]  
 24. [ ]  
 25. [ ]  
 26. [ ]  
 27. [ ]  
 28. [ ]  
 29. [ ]  
 30. [ ]  
 31. [ ]  
 32. [ ]  
 33. [ ]  
 34. [ ]  
 35. [ ]  
 36. [ ]  
 37. [ ]  
 38. [ ]  
 39. [ ]  
 40. [ ]  
 41. [ ]  
 42. [ ]  
 43. [ ]  
 44. [ ]  
 45. [ ]  
 46. [ ]  
 47. [ ]  
 48. [ ]  
 49. [ ]  
 50. [ ]  
 51. [ ]  
 52. [ ]  
 53. [ ]  
 54. [ ]  
 55. [ ]  
 56. [ ]  
 57. [ ]  
 58. [ ]  
 59. [ ]  
 60. [ ]  
 61. [ ]  
 62. [ ]  
 63. [ ]  
 64. [ ]  
 65. [ ]  
 66. [ ]  
 67. [ ]  
 68. [ ]  
 69. [ ]  
 70. [ ]  
 71. [ ]  
 72. [ ]  
 73. [ ]  
 74. [ ]  
 75. [ ]  
 76. [ ]  
 77. [ ]  
 78. [ ]  
 79. [ ]  
 80. [ ]  
 81. [ ]  
 82. [ ]  
 83. [ ]  
 84. [ ]  
 85. [ ]  
 86. [ ]  
 87. [ ]  
 88. [ ]  
 89. [ ]  
 90. [ ]  
 91. [ ]  
 92. [ ]  
 93. [ ]  
 94. [ ]  
 95. [ ]  
 96. [ ]  
 97. [ ]  
 98. [ ]  
 99. [ ]  
 100. [ ]  
 101. [ ]  
 102. [ ]  
 103. [ ]  
 104. [ ]  
 105. [ ]  
 106. [ ]  
 107. [ ]  
 108. [ ]  
 109. [ ]  
 110. [ ]  
 111. [ ]  
 112. [ ]  
 113. [ ]  
 114. [ ]  
 115. [ ]  
 116. [ ]  
 117. [ ]  
 118. [ ]  
 119. [ ]  
 120. [ ]  
 121. [ ]  
 122. [ ]  
 123. [ ]  
 124. [ ]  
 125. [ ]  
 126. [ ]  
 127. [ ]  
 128. [ ]  
 129. [ ]  
 130. [ ]  
 131. [ ]  
 132. [ ]  
 133. [ ]  
 134. [ ]  
 135. [ ]  
 136. [ ]  
 137. [ ]  
 138. [ ]  
 139. [ ]  
 140. [ ]  
 141. [ ]  
 142. [ ]  
 143. [ ]  
 144. [ ]  
 145. [ ]  
 146. [ ]  
 147. [ ]  
 148. [ ]  
 149. [ ]  
 150. [ ]  
 151. [ ]  
 152. [ ]  
 153. [ ]  
 154. [ ]  
 155. [ ]  
 156. [ ]  
 157. [ ]  
 158. [ ]  
 159. [ ]  
 160. [ ]  
 161. [ ]  
 162. [ ]  
 163. [ ]  
 164. [ ]  
 165. [ ]  
 166. [ ]  
 167. [ ]  
 168. [ ]  
 169. [ ]  
 170. [ ]  
 171. [ ]  
 172. [ ]  
 173. [ ]  
 174. [ ]  
 175. [ ]  
 176. [ ]  
 177. [ ]  
 178. [ ]  
 179. [ ]  
 180. [ ]  
 181. [ ]  
 182. [ ]  
 183. [ ]  
 184. [ ]  
 185. [ ]  
 186. [ ]  
 187. [ ]  
 188. [ ]  
 189. [ ]  
 190. [ ]  
 191. [ ]  
 192. [ ]  
 193. [ ]  
 194. [ ]  
 195. [ ]  
 196. [ ]  
 197. [ ]  
 198. [ ]  
 199. [ ]  
 200. [ ]  
 201. [ ]  
 202. [ ]  
 203. [ ]  
 204. [ ]  
 205. [ ]  
 206. [ ]  
 207. [ ]  
 208. [ ]  
 209. [ ]  
 210. [ ]  
 211. [ ]  
 212. [ ]  
 213. [ ]  
 214. [ ]  
 215. [ ]  
 216. [ ]  
 217. [ ]  
 218. [ ]  
 219. [ ]  
 220. [ ]  
 221. [ ]  
 222. [ ]  
 223. [ ]  
 224. [ ]  
 225. [ ]  
 226. [ ]  
 227. [ ]  
 228. [ ]  
 229. [ ]  
 230. [ ]  
 231. [ ]  
 232. [ ]  
 233. [ ]  
 234. [ ]  
 235. [ ]  
 236. [ ]  
 237. [ ]  
 238. [ ]  
 239. [ ]  
 240. [ ]  
 241. [ ]  
 242. [ ]  
 243. [ ]  
 244. [ ]  
 245. [ ]  
 246. [ ]  
 247. [ ]  
 248. [ ]  
 249. [ ]  
 250. [ ]  
 251. [ ]  
 252. [ ]  
 253. [ ]  
 254. [ ]  
 255. [ ]  
 256. [ ]  
 257. [ ]  
 258. [ ]  
 259. [ ]  
 260. [ ]  
 261. [ ]  
 262. [ ]  
 263. [ ]  
 264. [ ]  
 265. [ ]  
 266. [ ]  
 267. [ ]  
 268. [ ]  
 269. [ ]  
 270. [ ]  
 271. [ ]  
 272. [ ]  
 273. [ ]  
 274. [ ]  
 275. [ ]  
 276. [ ]  
 277. [ ]  
 278. [ ]  
 279. [ ]  
 280. [ ]  
 281. [ ]  
 282. [ ]  
 283. [ ]  
 284. [ ]  
 285. [ ]  
 286. [ ]  
 287. [ ]  
 288. [ ]  
 289. [ ]  
 290. [ ]  
 291. [ ]  
 292. [ ]  
 293. [ ]  
 294. [ ]  
 295. [ ]  
 296. [ ]  
 297. [ ]  
 298. [ ]  
 299. [ ]  
 300. [ ]  
 301. [ ]  
 302. [ ]  
 303. [ ]  
 304. [ ]  
 305. [ ]  
 306. [ ]  
 307. [ ]  
 308. [ ]  
 309. [ ]  
 310. [ ]  
 311. [ ]  
 312. [ ]  
 313. [ ]  
 314. [ ]  
 315. [ ]  
 316. [ ]  
 317. [ ]  
 318. [ ]  
 319. [ ]  
 320. [ ]  
 321. [ ]  
 322. [ ]  
 323. [ ]  
 324. [ ]  
 325. [ ]  
 326. [ ]  
 327. [ ]  
 328. [ ]  
 329. [ ]  
 330. [ ]  
 331. [ ]  
 332. [ ]  
 333. [ ]  
 334. [ ]  
 335. [ ]  
 336. [ ]  
 337. [ ]  
 338. [ ]  
 339. [ ]  
 340. [ ]  
 341. [ ]  
 342. [ ]  
 343. [ ]  
 344. [ ]  
 345. [ ]  
 346. [ ]  
 347. [ ]  
 348. [ ]  
 349. [ ]



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



COMARCA DE CAMPO GRANDE - ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**4º Serviço Notarial e Registral de Títulos  
e Documentos e Pessoas Jurídicas**

Av. Afonso Pena, 2514 - CEP 79002-074 - Fones: (67) 3384-1363 / 3325-6717  
Fax: (67) 3384-6469 cartorio.rtdcg@hotmail.com

*Carlos Roberto Rolim*  
4º Tabelião

*Carlos Alberto Pereira Andrino*  
Substituto

*Wilson Fernandes*  
Escrevente Judicial

**REGISTRO DE DOCUMENTOS PARTICULARES**

(Lei 6.015 de 31 de Dezembro de 1973 - Registros Públicos)

"Contratos em Geral, Promessa de Compra e Venda, Cartas de Notificações  
extra-judiciais, Fianças, Declarações, Recibos, Reserva de domínio, Procurações  
por instrumento particular e uma incrível variedade de registros"

Protocolado sob nº \_\_\_\_\_, do Livro A \_\_\_\_\_

Registro no Livro \_\_\_\_\_, Sob Número de Ordem \_\_\_\_\_

Em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

DOCUMENTO: \_\_\_\_\_

PERTENCE A: \_\_\_\_\_

**Perfeito e Rápido Serviço de Notificações**

**Campo Grande - MS**



Ilmo. Sr. Oficial do Cartório do 4º Ofício.

O Sr. **ANTONIO TONETI**, brasileiro, casado, ministro de confissão religiosa e pedagogo, C.I.Rg: 292.860-SSP-MS, CPF: 313.306.571-87, residente na Rua Taiobá, 572, Cidade Jardim, Campo Grande-MS - CEP: 79040-640, representante legal da **Fundação Cultura e Vida**, com sede na Rua Uirapuru, 1154, conjunto habitacional E, Taquaral Bosque, Campo Grande, Mato Grosso do Sul,, **vem requerer, nos termos do art. 121 da Lei 6.015/73 e da Lei 10.406/02, registro do instrumento em anexo.**

Nestes termos,  
Pede Deferimento

Campo Grande-MS, 14 de Janeiro de 2015.

ANTONIO TONETI

4º Ofício  
Cartório do 4º Ofício de Notas, Oficial do Registro de Títulos e Documentos e Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas  
Rua da Abolição, 2514 - CEP: 79002-472 - Campo Grande - MS  
Tel: (67) 3364 1369 - 3364 1460

Reconhecido por [Verificação] do(s) [Assinatura] do: ANTONIO TONETI

Campo Grande, 14 de Janeiro de 2015

Selo: AIV - 14214 - 284

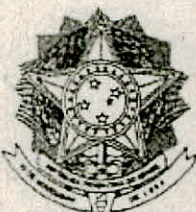
☐ Centro Roberto Ratti - Curitiba ☐ Centro Raul de Souza - Curitiba ☐ Centro de Apoio de Apoio - Curitiba



CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO DE NOTAS  
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
CNPJ: 15.157.251/0001-10  
Rua da Abolição, 2514 - Taquaral Bosque  
Campo Grande - MS - CEP: 79040-640



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



4º SERVIÇO NOTARIAL  
Av. Afonso Pena, 1897  
Fones: (0\*\*67) 784-1363 e 784-6469  
Campo Grande - MS  
TABELIONATO E OFICIAL DO  
REGISTRO DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS

CARLOS ROBERTO ROLIM

4º Tabelião

CARLOS ALBERTO PEREIRA ANDRINO

Tabelião Substituto

NILTON FERNANDES

JOEL SOARES

Auxiliares Judiciários

265

191

LIVRO Nº 265

FOLHAS 191

3º TRASLADO

ESCRITURA PÚBLICA DE INSTITUIÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV:

Saibam quantos esta vierem que, no ano de dois mil, aos vinte e quatro (24) dias do mês de maio, nesta Cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, em meu Cartório, à Avenida Afonso Pena, 1.897, sala 04, perante mim, Tabelião, comparecem COMUNIDADE EVANGELICA VIDA NOVA - C.N.P.J. Nº 01.970.383/0001-93, com sede nesta cidade à Avenida Mato Grosso, 26 - Centro, representada pelo seu Vice-Presidente Sr. Hugo Cesar Villar de Jesus - RG. 04507617-1-IPP-RJ - C.L.C. 636.524.637-49 e pelo seu Tesoureiro Sr. George Brasil dos Passos, (brasileiro, casado, pastor, portador da cédula de identidade RG Nº 598.702 SSP/GO e CPF Nº 161.367.801.00, residente e domiciliado na rua Brasil, 444, nesta cidade); reconhecido por mim, Tabelião, do que dou fé. Então, por ele me foi dito, que por livre e espontânea vontade, deseja instituir uma Fundação com objetivos de prestação de serviços de radiodifusão, cultural, educacional e outros, denominada FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV, sem fins lucrativos, com sede e foro em Campo Grande-MS. Pelo Instituidor me foi dito que é do seu desejo que a FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV seja regida pelo seguinte Estatuto; aprovado pelo Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, através da Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público e Social e das Fundações, datada de 28 de fevereiro de 2000; pelo Procedimento Administrativo nº. 006/2000, assim transcrito: Capítulo I - DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, DURAÇÃO, OBJETIVOS E FINALIDADES - Art. 1º. A FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV é pessoa jurídica de direito privado, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, de fins não lucrativos, regendo-se pelo presente ESTATUTO, por seu Regimento Interno, pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis e pelas normas baixadas pelo MINISTÉRIO PÚBLICO Estado de Mato Grosso do Sul. Parágrafo Único. Na conformidade da Escritura Pública lavrada no Livro de nº 265, às fls. 191, fundada em (24.05.00, no Cartório do 4º Ofício de Notas de Campo Grande/Mato Grosso do Sul. Art. 2º. A FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV tem sede e foro na cidade de Campo Grande/Mato Grosso do Sul. Parágrafo Único. A FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV, poderá instalar e manter outros estabelecimentos filiados ou escritórios em qualquer parte do Território Nacional, bem como no Exterior, desde que comprovada a viabilidade econômica, financeira, jurídica, técnica e legal, com prévia consulta ao Ministério Público. Art. 3º. O prazo de duração da FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV é indeterminado. Art. 4º. A FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV tem por objetivos principais e permanentes: I - radiodifusão educativa em todas as modalidades que lhe forem concedidas pelo Ministério das Comunicações, estando aí compreendidas, entre outras, a radiodifusão sonora e educativa (amplitude e frequência modulada) e a radiodifusão em som e imagem (televisão); II - as crianças e adolescentes; III - idosos e membros da terceira idade; IV - cultura, educação e esporte. Art. 5º. A FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV tem por finalidades: I - obter as concessões de radiodifusão educativa, instalação, funcionamento e administração; II - promover, realizar e divulgar as atividades sociais, educativas, culturais, esportivas, assistências, de proteção ao meio ambiente e prestação de serviços à comunidade; III - estabelecer e manter escolas, academias, cursos profissionalizantes, orfanatos, creches, casas de recuperação para viciados e delinquentes, internatos para crianças e adolescentes; abrigos e asilos para idosos; albergues para viajantes, carentes e indigentes; postos de saúde, hospitais, ambulatórios médicos, dentários e de análises clínicas; empresas industriais, comerciais e prestadora de serviços; programa de apoio e acompanhamento e assistência às crianças e adolescentes carentes e menores delinquentes e programa de apoio às famílias de baixa renda; IV - promover, realizar e divulgar seminários, encontros, congressos, palestras para orientação

4º Ofício

Cartório do 1º Ofício de Notas, Oficial do Registro de Títulos e Documentos e Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas  
Avenida Afonso Pena, 2544 - CEP: 79.002-074 - Campo Grande, MS  
Tel. (67) 3384.1311 - 3384.5407

A presente Fotocópia é Autêntica  
do Original

Campo Grande, 02 de outubro de 2013

Selo: ARX 55190 - 502

☐ Carlos Roberto Rolim - Tabelião  
☐ Carlos Alberto Pereira Andrino - Tabelião Substituto  
☐ Nilton Fernandes - Auxiliar Judiciário  
☐ Joel Soares - Auxiliar Judiciário





comunitária, social, educativa, cultural, humanitária e espiritual; Art. 6.º A fim de alcançar os seus objetivos, poderá firmar convênios ou contratos e articular-se pela forma conveniente, com entidades e órgãos públicos ou privados. Art. 7.º A fim de cumprir suas finalidades, a **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV** se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, denominados coordenadorias e departamentos, quantos se fizerem necessários, os quais se regerão por regimentos internos específicos. Capítulo II - DOS COLABORADORES - Art. 8.º A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV** tem as seguintes categorias de colaboradores: I - *fundadores*, que são as pessoas físicas instituidoras; II - *efetivos*, as pessoas que foram indicadas pela maioria dos integrantes do Conselho Curador, e se vincularam aos órgãos de administração; III - *contribuintes*, que são as pessoas físicas ou jurídicas que, identificadas com os objetivos da Fundação, contribuem financeiramente ou por outra forma, para que as finalidades da Fundação sejam alcançadas; IV - *beneméritos*, que são as pessoas que tenham prestado relevantes serviços à Fundação, e que o Conselho Curador reconheça merecedores dessa especial distinção. Art. 9.º Os colaboradores *efetivos*, *contribuintes* e *beneméritos* serão admitidos mediante indicação de integrantes do Conselho Curador, com aprovação por maioria absoluta, devendo a indicação recair necessariamente em pessoa idônea e de ilibada reputação, reconhecida pela comunidade local, disposto a prestar relevantes serviços à Fundação. Art. 10.º São os direitos e atribuições: I - dos colaboradores *fundadores* e *efetivos*: a) votar e ser votado para os cargos eletivos dos órgãos de administração; b) participar das reuniões do Conselho Curador para propor, discutir e votar os assuntos constantes da ordem do dia, no caso de direito de voto, salvo os integrantes dos outros Conselhos existentes na Fundação; c) zelar pelo fiel cumprimento deste Estatuto e demais dispositivos pertinentes; d) auxiliar e organizar promoções em benefício da Fundação. II - dos colaboradores *contribuintes* e *beneméritos*: a) participar das reuniões sem direito a voto; b) auxiliar e organizar promoções em benefício da Fundação. - Capítulo III - DA ADMINISTRAÇÃO - Art. 11. A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV** tem como órgãos administrativos o Conselho Curador, o Conselho Diretor, o Conselho Fiscal e o Conselho de Programação, será assim constituído: I - o Conselho Curador: por quatro (04) titulares e por seus respectivos suplentes; II - o Conselho Diretor constituído por três (03) titulares; III - o Conselho Fiscal constituído por três (03) titulares e por seus respectivos suplentes; e, IV - o Conselho de Programação constituído por três (03) titulares e por seus respectivos suplentes. Art. 12. Ocorrendo vaga em qualquer cargo titular do Conselho Curador, Fiscal e Programação, esberá ao respectivo suplente, assim sucessivamente, substituí-lo até o fim do período para que foi eleito, salvo no Conselho Diretor, o Conselho Curador se reunirá no prazo máximo de trinta (30) dias após a vacância, para eleger o novo titular. Art. 13. Ocorrendo vaga entre os suplentes do Conselho Curador, Fiscal e Programação, o Conselho Curador se reunirá no prazo máximo de trinta (30) dias após a vacância, para eleger o novo titular e suplentes. Art. 14. O mandato dos integrantes do Conselho Diretor será de três (03) \* (número que desejar), permitida (ou não) a recondução ao cargo por mais uma vez (ou mais de uma vez). Art. 15. O mandato dos integrantes do Conselho Curador, Fiscal e de Programação será coincidente com o mandato do Conselho Diretor. Art. 16. Em relação aos integrantes dos órgãos administrativos da **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV**, observar-se-á o seguinte: I - Não receberão remuneração pelos serviços prestados no exercício de seus cargos, nem vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título e qualquer dos diretores, sócios, conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes; II - Os resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto serão distribuídos; III - não poderão perceber quantias a título de vales ou adiantamento para despesas pessoais, ou verbas de representação, devendo o reembolso de despesas feitas a serviço da Fundação, inclusive com viagens, ser baseado em comprovação hábil de sua efetivação, feita ao Conselho Diretor em prazo não

4º Ofício

Cartório do 4º Ofício de Notas, Oficial do Registro de Títulos e Documentais e Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas  
Avenida Alípio Paura, 2514 - CEP: 79.002-014 - Campo Grande, MS  
Tel. (67) 3364-1963 - 3364-5466

A presente Fotocópia é Autêntica  
do Original

Campo Grande, 02 de outubro de 2013

Selo: AFX 56200 - 340

☐ Caixa Postal 100 - Tel. (67) 3364-1963 - 3364-5466 ☐ Caixa Postal 100 - Tel. (67) 3364-1963 - 3364-5466



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



4º SERVIÇO NOTARIAL

Av. Afonso Pena, 1897

Fones: (0\*\*67) 74-1363 e 784-6469

Campo Grande - MS

TABELIONATO E OFICIAL DO  
REGISTRO DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS

CARLOS ROBERTO ROLIM

4º Tabelião

CARLOS ALBERTO PEREIRA ANDRINO

Tabelião Substituto

NILTON FERNANDES

JOEL SOARES

Auxiliares Judiciários

285

192

integrantes de órgãos da administração da Fundação, as empresas ou entidades das quais sejam aqueles diretores, gerentes, sócios ou administradores, poderão efetuar com a FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV, negócios jurídicos de qualquer natureza, direta ou indiretamente; V - não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações da Fundação em virtude de ato regular de gestão, respondendo naquela qualidade, porém, civil e penalmente, por atos lesivos a terceiros ou à própria Entidade, praticados com dolo ou culpa; VI - é vedada a participação simultânea em dois ou mais órgãos da administração; não podendo integrar, simultaneamente, mesmo órgão de deliberação, cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau inclusive, estando essas pessoas impedidas também de participação em deliberações de interesse pessoal uma das outras; VII - perderá o mandato, o integrante de órgão da administração que faltar, sem justificativa, a três (03) reuniões consecutivas, ou a mais de seis alternadas, sendo seu cargo considerado vago; VIII - é indelegável o exercício da função de qualquer cargo dos órgãos de administração da Fundação; IX - o integrante do Conselho Curador, em caráter excepcional e para atendimento de situações de emergência, poderá constituir outro integrante do mesmo órgão para representá-lo, como seu mandatário, em reunião da Fundação, por meio de procuração pública, com poderes específicos, vedada a utilização dessa faculdade com referência a mais de duas (02) reuniões consecutivas. Art. 17. Será sempre igualitário o voto dos integrantes dos órgãos da administração. Art. 18. Nenhuma deliberação de órgão administrativo terá eficácia antes de aprovada por todos os integrantes que dela participarem, e as decisões lavradas em ata de reunião. Parágrafo Único. A eficácia plena da deliberação, perante terceiros, ficará condicionada ao registro da ata aprovada. Art. 19. A convocação das reuniões ordinárias ou extraordinárias serão feitas com antecedência mínima de dois (02) dias, mediante correspondência pessoal contra recibo, aos integrantes dos órgãos da administração da Fundação, e por edital fixado na sede da Fundação com antecedência mínima de sete (07) dias. Parágrafo Primeiro. A reunião ordinária instalar-se-á em primeira convocação, com a presença mínima de 1/3 (um terço) dos membros dos Conselhos e, em segunda convocação, trinta (30) minutos após, com qualquer número presentes, deliberando com a maioria simples de votos, salvo dispositivo contrário. Parágrafo Segundo. A reunião extraordinária instalar-se-á em primeira convocação, com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos membros dos Conselhos e, em segunda convocação, trinta (30) minutos após, com qualquer número presentes, deliberando com a maioria simples de votos. Art. 20. O edital deverá constar o caráter da reunião se ordinária ou extraordinária; o local; a hora; a data; a pauta da ordem do dia; e se possível, seguir acompanhada das cópias dos documentos que serão analisados e deliberados na reunião. Art. 21. Não é permitido o exercício cumulativo das funções e cargos de um membro em Conselhos distintos. Art. 22. Perderá automaticamente seu mandato o integrante de Conselho que faltar a três (03) reuniões consecutivas, ou a cinco (05) alternadas, sem motivo justificado. - CONSELHO CURADOR - Art. 23. O Conselho Curador, órgão superior da FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV, será presidido pelo Presidente da Fundação, que terá o voto de qualidade nas deliberações coletivas, em casos de empate. Parágrafo Único. Na ausência do Presidente, assumirá para todos os fins de direito suas funções estatutárias; o mais idoso dentre os Conselheiros. Art. 24. São atribuições do Conselho Curador: I - eleger e dar posse aos titulares e suplentes dos Conselhos que compõem o órgão administrativo da Fundação; II - decidir sobre a reforma do presente estatuto, observadas as finalidades da Fundação e as exigências legais, com prévia anuência do Ministério Público; III - deliberar sobre a extinção da Fundação e o destino de seus bens, obedecendo os ditames do capítulo da extinção da Fundação; IV - examinar e aprovar, por proposta do Conselho de Programação, os projetos e programas relativos às atividades de Radiodifusão da Fundação; V - autorizar a realização de despesas extraordinárias, assim consideradas aquelas não previstas em orçamento; VI - sugerir ao Conselho Diretor as providências

4º Ofício

Cartório do 4º Ofício de Notas, Oficial do Registro de Títulos e Documentos e Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas  
Avenida Afonso Pena, 2514 - CEP: 79.002-074 - Campo Grande - MS  
Tel. (67) 3384.1363 - 3384.6469

A presente Fotocópia é Autêntica  
do Original

Campo Grande, 02 de outubro de 2013

Selo: AFR 53497 - 158

☐ Cópia Remessa por Telex  
☐ Cópia Remessa por E-mail

☐ Cópia Remessa por E-mail

☐ Cópia Remessa por E-mail





que julgar necessários ao interesse da Fundação; VII - deliberar sobre propostas do Conselho Diretor relativas a aquisição, alienação ou oneração de bens pertencentes a Fundação, e absorção ou incorporação de outras entidades à Fundação, obedecendo os dispositivos no capítulo do patrimônio e das receitas; VIII - autorizar a realização de acordos, contratos e convênios que constituam ônus, obrigações ou compromissos para a Fundação, ouvido previamente o MINISTÉRIO PÚBLICO no caso de negócio que exorbite a administração ordinária; IX - decidir sobre as matérias ou casos omissos, no interesse da Fundação e consecução dos seus fins, não previstos neste Estatuto; X - julgar em grau de recurso administrativo, penalidades impostas aos colaboradores. Art. 25. O Conselho Curador se reunirá ordinariamente uma vez por ano, devendo as deliberações tomadas serem registradas em atas, quando convocado pelo seu Presidente, seu substituto legal ou, ainda, por no mínimo 1/3 de seus membros, para: I - examinar e aprovar, por proposta do Conselho Diretor, o orçamento anual ou plurianual, com a previsão discriminada das receitas e autorização de despesas, e, o programa de atividades anual ou plurianual, ouvido previamente o Conselho Fiscal; II - examinar e aprovar, por proposta do Conselho Diretor, a prestação de contas e balanço, e os relatórios circunstanciados das atividades da Fundação, até o terceiro mês após o término do exercício fiscal, ouvido previamente o Conselho Fiscal, a serem encaminhados ao MINISTÉRIO PÚBLICO. Art. 26. O Conselho Curador reunir-se-á, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente da Fundação, devendo as deliberações tomadas serem registradas em atas. - CONSELHO DIRETOR - Art. 27. O Conselho Diretor é o órgão executivo da FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV, constituído por três (03) membros a saber: I - Presidente; II - Secretário; e, III - Tesoureiro. Art. 28. Compete ao Conselho Diretor: I - cumprir e fazer cumprir as decisões da Conselho Curador; II - elaborar e executar os programas e projetos relativos às atividades anual ou plurianual; o orçamento anual ou plurianual, com previsão discriminada das receitas e despesas, as demonstrações financeiras para o exercício seguinte; III - elaborar e apresentar ao Conselho Curador, anualmente, dentro do prazo de três (03) meses seguintes ao término do exercício fiscal, a prestação de contas e balanços, bem como os relatórios circunstanciados do balanço econômico-financeira, das atividades e situação da fundação no respectivo exercício, nos termos da Resolução da Procuradoria de Justiça do Estado de MS; IV - admitir e demitir funcionários, celebrar contratos, acordos, convênios e outros atos imprescindíveis à manutenção das atividades e de interesse da Fundação; V - elaborar os regimentos internos dos Departamentos da Fundação; VI - quando publicar as demonstrações financeiras, fazer constar a indicação de sua aprovação pelo MINISTÉRIO PÚBLICO, ou as ressalvas que pendem de aprovação. Art. 29. Compete ao Presidente: I - convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor com direito a voto e as do Conselho Curador sem direito a voto; II - cumprir e fazer este Estatuto e demais Regimentos Internos; III - representar a Fundação judicial e extra judicialmente, podendo constituir mandatários, outorgando-lhes poderes específicos; IV - administrar e supervisionar todas as atividades da Fundação; V - assinar quaisquer documentos e praticar demais atos compreendidos como necessários na administração, de acordo com as regras legais e regulamentares. Art. 30. Compete ao Secretário: I - substituir o Presidente nas suas ausências ou impedimentos; II - elaborar e encaminhar às autoridades competentes, especialmente ao MINISTÉRIO PÚBLICO, a prestação de contas, balanços, demonstrações financeiras, relatórios circunstanciados e documentação pertinentes, nos termos da Resolução da Procuradoria de Justiça do Estado de MS; III - comunicar ao MINISTÉRIO PÚBLICO, dentro do prazo de trinta dias, alteração de dados cadastrais; IV - publicar todas as notícias das atividades da Fundação; V - colaborar com o Presidente na direção e execução de todas as atividades da Fundação. Art. 31. Compete ao Tesoureiro: I - colaborar com o Presidente na direção e execução de todas as atividades da Fundação; II - arrecadar e contabilizar as contribuições, doações, rendas e demais receitas,

4º Ofício Cartório do 4º Ofício de Notas, Oficial do Registro de Títulos e Documentos e Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas  
Avenida Manoel Penteado, 2514 - CEP: 79.002-074 - Campo Grande - MS  
Tel: (67) 3384.1863 - 3384.8860

A presente fotocópia é Autêntica  
do Original

Campo Grande, 02 de outubro de 2013

Ass: AFJ 56202 - 050

☒ Original  
☐ Cópia  
☐ Documento  
☐ Livro de Registro  
☐ Livro de Títulos e Documentos  
☐ Livro de Registro Civil das Pessoas Jurídicas



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



4º SERVIÇO NOTARIAL

Av. Afonso Pena, 1897

Fones: (0\*\*67) 784-1363 e 784-6469

Campo Grande - MS

TABELIONATO E OFICIAL DO  
REGISTRO DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS

CARLOS ROBERTO ROLIM

1º Tabelião

CARLOS ALBERTO PEREIRA ANDRINO

Tabelião Substituto

NILTON FERNANDES

JOEL SOARES

Auxiliares Judiciais

285

193

mantendo em dia a escrituração; III - apresentar, anualmente, de receitas e despesas, sempre que solicitado; IV - apresentar semestralmente o balanço e relatório financeiro ao Conselho Fiscal; V - preparar e apresentar ao Conselho Curador e Fiscal, a proposta do orçamento anual ou plurianual, com a previsão discriminada das receitas e autorização de despesas, e, o programa de atividades anual ou plurianual; VI - preparar e apresentar ao Conselho Curador, a prestação de contas e balanço, e os relatórios circunstanciados das atividades, até o terceiro mês após o término do exercício fiscal, ouvindo previamente o Conselho Fiscal, e encaminhar ao MINISTÉRIO PÚBLICO; VII - efetuar os pagamentos de todas as obrigações da Fundação; VIII - acompanhar e supervisionar os trabalhos de contabilidade, das obrigações fiscais e trabalhistas; IX - assinar em conjunto com o Presidente, todos os cheques da Fundação; X - conservar sob sua guarda e responsabilidade todos os documentos relativos à tesouraria; XI - publicar anualmente a demonstração das receitas e despesas realizadas no exercício fiscal. Art. 32. O Conselho Diretor reunir-se-á, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, devendo as deliberações tomadas serem registradas em atas. - CONSELHO FISCAL - Art. 33. O Conselho Fiscal é órgão fiscalizador, será composto por três (03) titulares e por seus respectivos suplentes, eleitos pelo Conselho Curador. Art. 34. Compete ao Conselho Fiscal: I - examinar os documentos e livros de escrituração da Fundação; II - opinar sobre o relatório anual circunstanciado, pertinente às atividades da Fundação e sua situação econômica, financeira e contábil, fazendo constar do seu parecer informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação do Conselho Curador; III - opinar sobre o orçamento anual ou plurianual da Fundação e, ainda, sobre programas ou projetos relativos às atividades da Entidade, sob os aspectos da viabilidade econômico-financeira; IV - denunciar ao Conselho Curador e ao MINISTÉRIO PÚBLICO, os erros, fraudes ou crimes que descobrir, sugerindo providências úteis à regularização da Fundação; V - examinar e emitir parecer sobre o balanço semestral apresentado pelo Conselho Diretor, opinando a respeito; VI - opinar sobre a realização de despesas extraordinárias, aquelas não previstas em orçamento; VII - solicitar a contratação de auditor externo da Fundação e a apuração de fatos específicos ou esclarecimentos e informações para melhor desempenho das suas atribuições. § 1º - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma (01) vez ao ano e, extraordinariamente, sempre que necessário. § 2º - No exercício de suas atribuições, os integrantes do Conselho Fiscal terão acesso aos lançamentos contábeis, atas de reuniões e documentos da Fundação. - DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO - Art. 35. O Conselho de Programação é um órgão administrativo auxiliar ao Conselho Diretor, presidido pelo Presidente da Fundação, composto por três (03) titulares e por seus respectivos suplentes, com conhecimentos técnicos básicos, para desenvolver tarefas específicas sobre programações de radiodifusão. Art. 36. Compete ao Conselho de Programação: I - colaborar com o Conselho Diretor na direção e execução de todas as atividades de radiodifusão da Fundação; II - elaborar e executar as diretrizes gerais para a grade de programação a ser veiculada pela emissora, obedecendo à legislação específica; III - examinar, avaliar e aprovar a programação do setor encarregado da produção; e, III - selecionar a programação de outros centros de produção para veicular nas Emissoras da Fundação. § 1º - O Conselho de Programação reunir-se-á, ordinariamente, uma (01) vez ao ano e, extraordinariamente, sempre que o Conselho Curador e Diretor solicitar. § 2º - No exercício de suas atribuições, todas as deliberações serão lavradas em atas de reunião. - Capítulo IV - DAS ATIVIDADES DE RÁDIO-DIFUSÃO - Art. 37. Toda a programação estabelecida pelo Conselho de Programação obedecerá às determinações do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA e do MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO, sendo submetida à prévia aprovação do órgão que os representam, e, nas transmissões de TVs educativas, a programação comunitária a ser inserida deverá obedecer aos critérios e diretrizes firmados no Contrato de retransmissão da Geradora. Art. 38. A FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV não

4º Ofício

Cartório do 4º Ofício do Notário, Oficial do Registro de Títulos e Documentos e Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas  
Foi eleito Antônio Rolim, 2014 - CEP: 79.002-074 - Campo Grande - MS  
Tel. (67) 3344.1363 - 1364.6469

A presente Fotocópia é Autêntica  
do Original

Campo Grande, 02 de outubro de 2013

Selo AFX 50201 - 709

Cartório Notarial - Tabelião

Notário Público - Tabelião

Cartório de Registro de Títulos e Documentos - Tabelião

Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas - Tabelião





poderá executar serviços, nem deter concessões ou permissões de radiodifusão sonora no País, além dos limites previstos pelo Artigo 12 do Decreto-Lei 236, de 28.02.67. Art. 39. A FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV usará em suas emissoras o nome fantasia: CULTURA E VIDA. Art. 40. A FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV manterá à disposição do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA a programação produzida, para fins de veiculação em emissoras educativas da Federação. Art. 41. A FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV não poderá utilizar as emissoras de rádio, televisão ou sua editora para fins político-partidários, nem para difusão de ideais que incentivem preconceitos de qualquer espécie. Art. 42. A qualquer tempo, a FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV poderá: I - promover convênios, acordos e contratos permitindo os estabelecimentos de ensino superior do Município e dos Municípios limitados pelo alcance da emissora, participarem nas programações; e, II - autorizar que sua programação de acervo seja veiculada gratuitamente por outras emissoras educativas. Art. 43. A FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV deverá: I - participar do sistema nacional de radiodifusão educativa; II - reunir a participação em seu Conselho de Programação de pelo menos, 20% (vinte por cento) dos estabelecimentos de ensino superior do Município e nos Municípios limitados ao alcance da emissora; e, III - reservar 20% (vinte por cento) do tempo total da programação para veiculação de programas produzidos, fornecidos ou orientados pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Parágrafo Único. A alteração da grade de programação das emissoras somente poderão ser feitas mediante autorização do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA ou pelo Órgão que o representa. Art. 44. Para a realização dos objetivos e finalidades, a FUNDAÇÃO ... poderá firmar convênios ou contratos com órgãos públicos e privados, entidades governamentais e não governamental, nacional e internacional. - Capítulo V - Do Patrimônio e das Receitas - Art. 45. O patrimônio da FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV é constituído de todos os bens indicados na escritura pública de constituição e pelos que ela vier a possuir sob as formas de doações, legados e aquisições livres e desembaraçadas de ônus. Parágrafo Primeiro. As doações e legados com encargos somente serão aceitos após a autorização do Conselho Curador e da Curadoria de Fundações do Ministério Público. Parágrafo Segundo. A contratação de empréstimos financeiros, em bancos ou particulares, o percentual acima de trinta por cento (30%) sobre o orçamento anual da fundação, bem como a gravação de ônus sobre imóveis, dependerá de prévia aprovação do Conselho Curador e do Ministério Público. Parágrafo Terceiro. A alienação ou permuta de bens, seja para aquisição de outros mais rendosos ou mais adequados, deverão ter prévia autorização do Conselho Curador e do Ministério Público. Art. 46. Constituem receitas da FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV: I - contribuições periódicas ou eventuais de pessoas físicas ou jurídicas; II - rendas resultantes da prestação de serviços e dos imóveis que possuir; III - contribuições, subvenções e auxílios de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras; IV - rendas em seu favor constituídas por terceiros; V - doações ou legados; VI - dotações ou subvenções, da União, dos Estados e Municípios ou através de Órgãos Públicos da Administração Direta e Indireta; VII - produtos de operações de crédito, internas ou externas, para financiamento de suas atividades; VIII - rendimentos decorrentes de títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade; IX - usufrutos que lhe forem conferidos; e, X - juros bancários e outras receitas de capital. Art. 47. O patrimônio e as rendas da FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV somente poderão ser utilizados para a manutenção de seus objetivos e finalidades, aplicados integralmente no território nacional. - Capítulo VI - REGIME ORÇAMENTÁRIO E CONTÁBIL, EXERCÍCIO FINANCEIRO E CONTROLE - Art. 48. O exercício fiscal da Fundação coincidirá com o ano civil. Art. 49. A Fundação levantará balanços gerais e procederá à apuração de resultados em 31 de dezembro de cada exercício. Art. 50. A Fundação terá orçamento anual ou plurianual, com a previsão discriminada das receitas e autorização das despesas. A realização de despesas extraordinárias

4º Ofício

Cartório do 4º Ofício de Notas, Oficial do Registro de Títulos e Documentos e Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas  
Avenida Adolfo Pires, 2514 - CEP: 79.007-074 - Campo Grande - MS  
Tel. (67) 304-1303 - 3204-0469

A presente Fotocópia é Autêntica  
do Original

Campo Grande, 02 de outubro de 2013

Valor: R\$ 252,04 - 669

☐ Documento em Títulos ☐ Assessoria



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



4º SERVIÇO NOTARIAL

Av. Afonso Pena, 1897

Fones: (0\*\*67) 784-1363 e 784-6469

Campo Grande - MS

TABELIONATO E OFICIAL DO  
REGISTRO DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS

CARLOS ROBERTO ROLIM

4º Tabelião

CARLOS ALBERTO PEREIRA ANDRINO

Tabelião Substituto

NILTON FERNANDES

JOEL SOARES

Auxiliares Judiciais

265

194

discriminada das receitas e autorização das despesas. A realização de despesas extraordinárias dependerá de autorização do Conselho Curador, do Conselho Fiscal, ou, sendo para atender a necessidade premente, de aprovação posterior daqueles órgãos. Art. 51. A Fundação só poderá manter em caixa o numerário estritamente necessário à realização de pagamentos imediatos, bem como conservar, em conta bancária, as importâncias destinadas ao cumprimento das obrigações a curto prazo. Art. 52. As demais disponibilidades financeiras deverão ser aplicadas em investimentos que se revistam de segurança, rentabilidade e liquidez. Art. 53. A escrituração deverá abranger todas operações e as receitas e despesas deverão ser contabilizadas com base no regime de competência. Quando for o caso, a receita oriunda de investimentos ou os débitos decorrentes de empréstimos deverão ser contabilizados, mensalmente, distinguindo-se a amortização do crédito ou débito. Art. 54. O controle interno exercido pelo Conselho Curador e pelo Conselho Fiscal, bem como as auditorias externas, deverão abranger os aspectos administrativos, funcionais, econômico-financeiros e contábeis, e consistirão na auditoria física, na auditoria de livros e no relatório de resultado. Art. 55. A prestação de contas para apresentar junto ao MINISTÉRIO PÚBLICO, será efetivada dentro do prazo de até três (03) meses seguintes ao término do exercício fiscal, salvo prorrogação de prazo por motivos justificados, observando-se internamente os seguintes prazos: I - o Conselho Diretor terá o prazo de um (01) mês para fechar a prestação de contas e encaminhar ao Conselho Fiscal todos os elementos e documentação pertinentes; II - o Conselho Fiscal terá o prazo de um (01) mês para examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas; III - o Conselho Diretor de posse do parecer do Conselho Fiscal encaminhará imediatamente ao Conselho Curador, que terá o prazo de um (01) mês para decidir sobre a matéria. Art. 56. A alienação, oneração, arrendamento ou permuta de qualquer dos bens integrantes do patrimônio da Fundação somente poderá ser efetivada, após anuência do MINISTÉRIO PÚBLICO, desde que se revelar útil ou necessário à consecução dos objetivos da Fundação, condicionada à consecução dos objetivos da Fundação e à aprovação dos órgãos de administração competentes, com maioria absoluta dos votos favoráveis à operação. Art. 57. Para alteração do presente Estatuto, exige-se: I - que seja deliberada pela maioria absoluta dos integrantes do Conselho Curador e do Conselho Diretor, em sessão conjunta especialmente convocada para deliberar sobre a matéria; II - que a reforma não contrarie os fins da Fundação; III - que seja formalizada por escritura pública; IV - que seja aprovada, previamente, pelo MINISTÉRIO PÚBLICO, e se propor mudanças referente a radiodifusão, necessariamente aprovação do MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. - Capítulo VII - DA EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO - Art. 58. A Fundação só será extinta ou mesma incorporada a outra instituição pública ou privada, nos casos previstos em Lei e desde que comprovada a impossibilidade de realização dos seus fins com autonomia, devendo o respectivo ato ser aprovado por 2/3 (dois terços) dos integrantes do Conselho Curador e Conselho Diretor, em sessão conjunta especialmente convocada para deliberar sobre essa proposição, ouvido previamente o MINISTÉRIO PÚBLICO. Art. 59. No caso de dissolução e extinção, o patrimônio remanescente será destinado a outra entidade registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, ou entidade pública, de fins idênticas ou semelhantes, a critério da Fundação e previa aprovação do MINISTÉRIO PÚBLICO, sendo que o acervo patrimonial não poderá ser desmembrado. Parágrafo Único. A dissolução poderá ser feita administrativa ou judicialmente. - Capítulo VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Art. 60. Os funcionários da Fundação obedecerão o regime da Consolidação das Leis do Trabalho; a prestação de serviços de natureza eventual ou voluntária, obedecerá as normas pertinentes. Parágrafo Único. Para a execução de tarefas de natureza técnica, o Presidente da Fundação poderá contratar pessoas jurídicas ou pessoas físicas, observados os preceitos da legislação civil e respeitando as limitações orçamentárias. Art. 61. Os atos e decisões neste Estatuto serão decididos pelo Conselho Curador, podendo o Conselho Diretor,

4ª Ofício

Gartório do 4º Ofício de Notas, Oficial do Registro de Títulos e Documentos e Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas  
Av. Afonso Pena, 1894 - CEP: 75 002-074 - Campo Grande - MS  
Tel.: (071) 784-1363 - 784-6469

A presente Fotocópia é Autêntica  
do Original

Campo Grande, 02 de outubro de 2013

Valor: R\$ 552,00 - 404

☐ Cartão Notarial - 100% ☐ Cartão Notarial - 50% ☐ Cartão Notarial - 25% ☐ Cartão Notarial - 10% ☐ Cartão Notarial - 5% ☐ Cartão Notarial - 2% ☐ Cartão Notarial - 1% ☐ Cartão Notarial - 0,5% ☐ Cartão Notarial - 0,2% ☐ Cartão Notarial - 0,1% ☐ Cartão Notarial - 0,05% ☐ Cartão Notarial - 0,02% ☐ Cartão Notarial - 0,01% ☐ Cartão Notarial - 0,005% ☐ Cartão Notarial - 0,002% ☐ Cartão Notarial - 0,001% ☐ Cartão Notarial - 0,0005% ☐ Cartão Notarial - 0,0002% ☐ Cartão Notarial - 0,0001% ☐ Cartão Notarial - 0,00005% ☐ Cartão Notarial - 0,00002% ☐ Cartão Notarial - 0,00001% ☐ Cartão Notarial - 0,000005% ☐ Cartão Notarial - 0,000002% ☐ Cartão Notarial - 0,000001% ☐ Cartão Notarial - 0,0000005% ☐ Cartão Notarial - 0,0000002% ☐ Cartão Notarial - 0,0000001% ☐ Cartão Notarial - 0,00000005% ☐ Cartão Notarial - 0,00000002% ☐ Cartão Notarial - 0,00000001% ☐ Cartão Notarial - 0,000000005% ☐ Cartão Notarial - 0,000000002% ☐ Cartão Notarial - 0,000000001% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000005% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000002% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000001% ☐ Cartão Notarial - 0,00000000005% ☐ Cartão Notarial - 0,00000000002% ☐ Cartão Notarial - 0,00000000001% ☐ Cartão Notarial - 0,000000000005% ☐ Cartão Notarial - 0,000000000002% ☐ Cartão Notarial - 0,000000000001% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000000005% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000000002% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000000001% ☐ Cartão Notarial - 0,00000000000005% ☐ Cartão Notarial - 0,00000000000002% ☐ Cartão Notarial - 0,00000000000001% ☐ Cartão Notarial - 0,000000000000005% ☐ Cartão Notarial - 0,000000000000002% ☐ Cartão Notarial - 0,000000000000001% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000000000005% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000000000002% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000000000001% ☐ Cartão Notarial - 0,00000000000000005% ☐ Cartão Notarial - 0,00000000000000002% ☐ Cartão Notarial - 0,00000000000000001% ☐ Cartão Notarial - 0,000000000000000005% ☐ Cartão Notarial - 0,000000000000000002% ☐ Cartão Notarial - 0,000000000000000001% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000000000000005% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000000000000002% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000000000000001% ☐ Cartão Notarial - 0,00000000000000000005% ☐ Cartão Notarial - 0,00000000000000000002% ☐ Cartão Notarial - 0,00000000000000000001% ☐ Cartão Notarial - 0,000000000000000000005% ☐ Cartão Notarial - 0,000000000000000000002% ☐ Cartão Notarial - 0,000000000000000000001% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000000000000000005% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000000000000000002% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000000000000000001% ☐ Cartão Notarial - 0,00000000000000000000005% ☐ Cartão Notarial - 0,00000000000000000000002% ☐ Cartão Notarial - 0,00000000000000000000001% ☐ Cartão Notarial - 0,000000000000000000000005% ☐ Cartão Notarial - 0,000000000000000000000002% ☐ Cartão Notarial - 0,000000000000000000000001% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000000000000000000005% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000000000000000000002% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000000000000000000001% ☐ Cartão Notarial - 0,00000000000000000000000005% ☐ Cartão Notarial - 0,00000000000000000000000002% ☐ Cartão Notarial - 0,00000000000000000000000001% ☐ Cartão Notarial - 0,000000000000000000000000005% ☐ Cartão Notarial - 0,000000000000000000000000002% ☐ Cartão Notarial - 0,000000000000000000000000001% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000000000000000000000005% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000000000000000000000002% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000000000000000000000001% ☐ Cartão Notarial - 0,00000000000000000000000000005% ☐ Cartão Notarial - 0,00000000000000000000000000002% ☐ Cartão Notarial - 0,00000000000000000000000000001% ☐ Cartão Notarial - 0,000000000000000000000000000005% ☐ Cartão Notarial - 0,000000000000000000000000000002% ☐ Cartão Notarial - 0,000000000000000000000000000001% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000000000000000000000000005% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000000000000000000000000002% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000000000000000000000000001% ☐ Cartão Notarial - 0,00000000000000000000000000000005% ☐ Cartão Notarial - 0,00000000000000000000000000000002% ☐ Cartão Notarial - 0,00000000000000000000000000000001% ☐ Cartão Notarial - 0,000000000000000000000000000000005% ☐ Cartão Notarial - 0,000000000000000000000000000000002% ☐ Cartão Notarial - 0,000000000000000000000000000000001% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000000000000000000000000000005% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000000000000000000000000000002% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000000000000000000000000000001% ☐ Cartão Notarial - 0,00000000000000000000000000000000005% ☐ Cartão Notarial - 0,00000000000000000000000000000000002% ☐ Cartão Notarial - 0,00000000000000000000000000000000001% ☐ Cartão Notarial - 0,000000000000000000000000000000000005% ☐ Cartão Notarial - 0,000000000000000000000000000000000002% ☐ Cartão Notarial - 0,000000000000000000000000000000000001% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000000000000000000000000000000005% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000000000000000000000000000000002% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000000000000000000000000000000001% ☐ Cartão Notarial - 0,00000000000000000000000000000000000005% ☐ Cartão Notarial - 0,00000000000000000000000000000000000002% ☐ Cartão Notarial - 0,00000000000000000000000000000000000001% ☐ Cartão Notarial - 0,000000000000000000000000000000000000005% ☐ Cartão Notarial - 0,000000000000000000000000000000000000002% ☐ Cartão Notarial - 0,000000000000000000000000000000000000001% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000000000000000000000000000000000005% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000000000000000000000000000000000002% ☐ Cartão Notarial - 0,0000000000000000000000000000000000000001% ☐ Cartão Notarial - 0,005% ☐ Cartão Notarial - 0,002% ☐ Cartão Notarial - 0,001% ☐ Cartão Notarial - 0,0005% ☐ Cartão Notarial - 0,0002% ☐ Cartão Notarial - 0,0001% ☐ Cartão Notarial - 0,005% ☐ Cartão Notarial - 0,002% ☐ Cartão Notarial - 0,001% ☐ Cartão Notarial - 0,0005% ☐ Cartão Notarial - 0,0002% ☐ Cartão Notarial - 0,0001% ☐ Cartão Notarial - 0,005% ☐ Cartão Notarial - 0,002% ☐ Cartão Notarial - 0,001% ☐ Cartão Notarial - 0,0005% ☐ Cartão Notarial - 0,0002% ☐ Cartão Notarial - 0,0001% ☐ Cartão Notarial - 0,005% ☐ Cartão Notarial - 0,002% ☐ Cartão Notarial - 0,001% ☐ Cartão Notarial - 0,0005% ☐ Cartão Notarial - 0,0002% ☐ Cartão Notarial - 0,0001% ☐ Cartão Notarial - 0,005% ☐ Cartão Notarial - 0,002% ☐ Cartão Notarial - 0,001% ☐ Cartão Notarial - 0,0005% ☐ Cartão Notarial - 0,0002% ☐ Cartão Notarial - 0,0001% ☐ Cartão Notarial - 0,005% ☐ Cartão Notarial - 0,002% ☐ Cartão Notarial - 0,001% ☐ Cartão Notarial - 0,0005% ☐ Cartão Notarial - 0,0002% ☐ Cartão Notarial - 0,0001% ☐ Cartão Notarial - 0,005% ☐ Cartão Notarial - 0,002% ☐ Cartão Notarial - 0,001% ☐ Cartão Notarial - 0,0005% ☐ Cartão Notarial - 0,0002% ☐ Cartão Notarial - 0,0001% ☐ Cartão Notarial - 0,005% ☐ Cartão Notarial - 0,002% ☐ Cartão Notarial - 0,001% ☐ Cartão Notarial - 0,0005% ☐ Cartão Notarial - 0,0002% ☐ Cartão Notarial - 0,0001% ☐ Cartão Notarial - 0,005% ☐ Cartão Notarial - 0,002% ☐ Cartão Notarial - 0,001% ☐ Cartão Notarial - 0,0005% ☐ Cartão Notarial - 0,0002% ☐ Cartão Notarial - 0,0001% ☐ Cartão Notarial - 0,005% ☐ Cartão Notarial - 0,002% ☐ Cartão Notarial - 0,001% ☐ Cartão Notarial - 0,0005% ☐ Cartão Notarial - 0,0002% ☐ Cartão Notarial - 0,0001% ☐ Cartão Notarial - 0,005% ☐ Cartão Notarial - 0,002% ☐ Cartão Notarial - 0,001% ☐ Cartão Notarial - 0,0005% ☐ Cartão Notarial - 0,0002% ☐ Cartão Notarial - 0,0001% ☐ Cartão Notarial - 0,005% ☐ Cartão Notarial - 0,002% ☐ Cartão Notarial - 0,001% ☐ Cartão Notarial - 0,0005% ☐ Cartão Notarial - 0,0002% ☐ Cartão Notarial - 0,0001% ☐ Cartão Notarial - 0,005% ☐ Cartão Notarial - 0,002% ☐ Cartão Notarial - 0,001% ☐ Cartão Notarial - 0,0005% ☐ Cartão Notarial - 0,0002% ☐ Cartão Notarial - 0,0001% ☐ Cartão Notarial - 0,005% ☐ Cartão Notarial - 0,002% ☐ Cartão Notarial - 0,001% ☐ Cartão Notarial - 0,0005% ☐ Cartão Notarial - 0,0002% ☐ Cartão Notarial - 0,0001% ☐ Cartão Notarial - 0,005% ☐ Cartão Notarial - 0,00000000000000



4º Ofício

Cartório do 4º Ofício de Notas, Oficial do Registro de Títulos e Documentos e Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas  
Avenida Afonso Pena, 2514 - CEP: 79.002-074 - Campo Grande - MS  
Tel. (67) 3384.1903 - 3304.6469

**Apresenta Fotocópia e Autêntica do Original**

Campo Grande, 02 de outubro de 2012

Selo: AFX 56205 - 113

☐ Caixa Postal 5000 - Telefone: ☐ Serviço Tabelião de Notas - Escritório  
☐ Cartão Postal 5000 - Telefone: ☐ Serviço Tabelião de Notas - Escritório

no caso de urgência, decidi sobre a matéria *ad referendum* do Conselho Curador, respeitados em qualquer hipótese os preceitos legais e regulamentares e os princípios inerentes à matéria fundacional. Art. 62. É vedada à **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV**, a qualquer tempo, sob qualquer título, remessa de valores ao exterior. As suas rendas, recursos e eventual resultado financeiros, deverão ser integralmente aplicados na manutenção e desenvolvimento dos objetivos e finalidades institucional, no território nacional. Art. 63. A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV** poderá convidar, a qualquer tempo, o **MINISTÉRIO PÚBLICO** para acompanhar suas atividades ou reuniões, com antecedência de quarenta e oito horas. Art. 64. Os atuais mandatos ficam prorrogados até a posse dos eleitos conforme o estabelecido no Parágrafo Único, do artigo anterior. Art. 65. O **MINISTÉRIO PÚBLICO** poderá requisitar a **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV**, à expensa desta; a realização de auditoria externa, quando considerarem idôneos, incompletos ou imprecisos os dados da prestação de contas anual. Art. 66. O **MINISTÉRIO PÚBLICO** poderá determinar intervenção administrativa ou requerê-la judicialmente com a nomeação de administradores provisórios, em caso de comprovada transgressão grave deste Estatuto ou da legislação, pelas instâncias da **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV**. - Capítulo IX - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS - Art. 67. O Presidente Instituidor da Fundação, para alcançar melhores habilidades administrativas e financeiras, no prazo de trinta (30) dias após a aprovação deste Estatuto pelo **Ministério Público**, será responsável em providenciar o registro definitivo do Estatuto em Cartório. Parágrafo Único. No mesmo prazo, o Presidente convocará eleições gerais para o preenchimento de todos os cargos definidos neste Estatuto. Art. 68. O presente Estatuto entra em vigor na data de seu registro em Cartório, após prévia aprovação pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO**. E, de tudo assim o disse, do que dou fé, no poder que lavrasse a presente, a qual feita e lida sendo lida, a acta conforme, outorgou, aceitou e assinou. Eu, **CARLOS ROBERTO ROLIM**, Tabelião, a fiz digitalizar e encerro o presente ato, colho a assinatura do legislador. NADA MAIS. Eu, \_\_\_\_\_ Tabelião a subscrevi, dou fé e assinatura pública e raso.

Em test " \_\_\_\_\_ Fez verdade.

O QUARTO TABELIÃO

*Hugo Cesar Villar de Jesus*  
P/HUGO CESAR VILLAR DE JESUS

*Pug Jorge Brasil dos Passos*  
PUG JORGE BRASIL DOS PASSOS

SELO NOTARIAL  
AFX 30086080  
O selo digital poderá ser conferido no seguinte endereço:  
<http://www.tn.jus.br/registro/registro/pesquisa/selo.php>  
Cartório 4º Ofício de Notas e Oficial do Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Campo Grande - MS

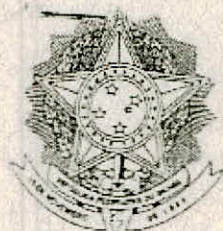
**CERTIDÃO**  
Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel de uma cópia pública lavrada em notas às fls. 01 e 02 do livro nº 205, e tem valor na Certidão.  
Dois (2) \_\_\_\_\_  
Campo Grande/MS, \_\_\_\_\_

CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO DE NOTAS  
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
CNPJ nº 06.912.281/0001-10  
Rua Afonso Pena, 2514 - Fone: (67) 3384.1903  
At: Afonso Pena, 2514 - Fone: (67) 3384.1903

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Wilson Fernandes  
CAMPO GRANDE, MS



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



4º SERVIÇO NOTARIAL

Av. Afonso Pena, 1897

Fones: (0\*\*67) 784-1363 e 784-6469

Campo Grande - MS

TABELIONATO E OFICIAL DO  
REGISTRO DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS

CARLOS ROBERTO ROLIM

4º Tabelião

CARLOS ALBERTO PEREIRA ANDRINO

Tabelião Substituto

NILTON FERNANDES

JOEL SOARES  
4º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Carlos Roberto Rolim

CAMPO GRANDE - MS



LIVRO Nº 265.....FOLHAS 191.....1º TRASLADO  
ESCRITURA PÚBLICA DE INSTITUIÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV:

Saibam quantos esta vierem que, no ano de dois mil, aos vinte e quatro (24) dias do mês de maio, nesta Cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, em meu Cartório, à Avenida Afonso Pena, 1.897, sala 04, perante mim, Tabelião, compareceu COMUNIDADE EVANGELICA VIDA NOVA - C.N.P.J. Nº 01.970.383/0001-93, com sede nesta cidade à Avenida Mato Grosso, 26 - Centro, representada pelo seu Vice-Presidente Sr. Hugo Cesar Villar de Jesus - RG. 04507617-1-IFP-RJ - C.I.C. 636.524.637-49 e pelo seu Tesoureiro Sr. George Brasil dos Passos, (brasileiro, casado, pastor, portador da cédula de identidade RG Nº 598.702 SSP/GO e CPF Nº 161.367.801.00, residente e domiciliado na rua Brasil, 444, nesta cidade); reconhecido por mim, Tabelião, do que dou fé. Então, por ele me foi dito, que por livre e espontânea vontade, deseja instituir uma Fundação com objetivos de prestação de serviços de radiodifusão, cultural, educacional e outros, denominada FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV, sem fins lucrativos, com sede e foro em Campo Grande-MS. Pelo Instituidor me foi dito que é do seu desejo que a FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV seja regida pelo seguinte Estatuto, aprovado pelo Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, através da Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público e Social e das Fundações, datada de 28 de fevereiro de 2000, pelo Procedimento Administrativo no. 006/2000, assim transcrito: Capítulo I - DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, DURAÇÃO, OBJETIVOS E FINALIDADES - Art. 1º. A FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA -FCV é pessoa jurídica de direito privado, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, de fins não lucrativos, regendo-se pelo presente ESTATUTO, por seu Regimento Interno, pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis e pelas normas baixadas pelo MINISTÉRIO PÚBLICO Estado de Mato Grosso do sul. Parágrafo Único. Na conformidade da Escritura Pública lavrada no Livro de n.º 265, às fls. 191, Fundada em (24.05.00, no Cartório do 4º Ofício de Notas de Campo Grande/Mato Grosso do Sul. Art. 2º. A FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV tem sede e foro na cidade de Campo Grande/Mato Grosso do Sul. Parágrafo Único. A FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV. poderá instalar e manter outros estabelecimentos filiados ou escritórios em qualquer parte do Território Nacional, bem como no Exterior, desde que comprovada a viabilidade econômica, financeira, jurídica, técnica e legal, com prévia consulta ao Ministério Público. Art. 3º. O prazo de duração da FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV é indeterminado. Art. 4º. A FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV. tem por objetivos principais e permanentes: I - radiodifusão educativa em todas as modalidades que lhe forem concedidas pelo Ministério das Comunicações, estando aí compreendidas, entre outras, a radiodifusão sonora e educativa (amplitude e frequência modulada) e a radiodifusão em som e imagem (televisão); II - as crianças e adolescentes; III - idosos e membros da terceira idade; IV - cultura, educação e esporte. Art. 5º. A FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV tem por finalidades: I - obter as concessões de radiodifusão educativa, instalação, funcionamento e administração; II - promover, realizar e divulgar as atividades sociais, educativas, culturais, esportivas, assistências, de proteção ao meio ambiente e prestação de serviços à comunidade; III - estabelecer e manter escolas, faculdades, cursos profissionalizantes, orfanatos, creches, casas de recuperação para viciados e delinquentes, internatos para crianças e adolescentes; abrigos e asilos para idosos; albergues para viajantes, carentes e indigentes; postos de saúde, hospitais, ambulatórios médicos, dentários e de análises clínicas; empresas industriais, comerciais e prestadora de serviços; programa de apoio e acompanhamento e assistência as crianças e adolescentes carentes e menores delinquentes e programa de apoio as famílias de baixa renda; IV - promover, realizar e divulgar seminários, encontros, congressos, palestras para orientação



Em Branco

Em Branco



no caso de urgência, decidir sobre a matéria *ad referendum* do Conselho Curador, respeitados em qualquer hipótese os preceitos legais e regulamentares e os princípios inerentes à matéria fundacional. Art. 62. É vedada à **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV**, a qualquer tempo, sob qualquer título, remessa de valores ao exterior. As suas rendas, recursos e eventual resultado financeiros, deverão ser integralmente aplicados na manutenção e desenvolvimento dos objetivos e finalidades institucional, no território nacional. Art. 63. A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV** poderá convidar, a qualquer tempo, o MINISTÉRIO PÚBLICO para acompanhar suas atividades ou reuniões, com antecedência de quarenta e oito horas. Art. 64. Os atuais mandatos ficam prorrogados até a posse dos eleitos conforme o estabelecido no Parágrafo Único, do artigo anterior. Art. 65. O MINISTÉRIO PÚBLICO poderá requisitar a **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV**, à expensa desta; a realização de auditoria externa, quando considerar idôneos, incompletos ou imprecisos os dados da prestação de contas anual. Art. 66. O MINISTÉRIO PÚBLICO poderá determinar intervenção administrativa ou requerê-la judicialmente com a nomeação de administradores provisórios, em caso de comprovada transgressão grave deste Estatuto ou da legislação, pelos integrantes da **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV**. - Capítulo IX - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS - Art. 67. O Presidente Instituidor da Fundação, para alcançar maior estabilidade administrativa e financeira, no prazo de trinta (30) dias após a aprovação deste Estatuto pelo Ministério Público, fica o responsável em providenciar o registro definitivo do Estatuto em Cartório. Parágrafo Único. No mesmo prazo, o Presidente convocará eleições gerais para o preenchimento de todos os cargos definidos neste Estatuto. Art. 68. O presente Estatuto entra em vigor na data do seu registro em Cartório, após prévia aprovação pelo MINISTÉRIO PÚBLICO. E, de como assim o disse, do que dou fé, me pediram que lavrasse a presente, a qual feita e lida sendo lida, a achou-conforme, outorgou, aceitou e assina. Eu, CARLOS ROBERTO ROLIM, Tabelião, a fiz digitar, li e encerro o presente ato, colho a assinatura do Instituidor. NADA MAIS. Eu, Tabelião a subscrevi, dou fé e assino em público e raso.

Em test"

"da verdade

O QUARTO TABELIÃO

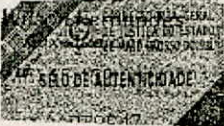


P. HUGO CESAR VILLAR DE JESUS

P. GEORGE BRASIL DOS PASSOS

4º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Carlos Roberto Rolim  
Oficial



4º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Carlos Roberto Rolim  
OFICIAL DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

DOCUMENTO APRESENTADO E PROTOCOLADO  
SOB Nº 205.023 DO  
LIVRO A - 9. E REGISTRADO SOB Nº  
168.330 NO LIVRO B Nº  
187.

DOU FÉ  
CAMPO GRANDE (MS)  
29 DE MAIO DE 2.000

4º SERVIÇO NOTARIAL



Em Branco

Em Branco



**ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO  
FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - 2015**CURADOR REGISTRAL  
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Wilson Fernandes  
CAMPO GRANDE MS

Aos OITO dias do mês de JANEIRO do ano de DOIS MIL E QUINZE, às 16hs, reuniram-se legalmente em primeira convocação na sede da Fundação Cultura e Vida, na Rua Uirapuru, 1154, conjunto habitacional E, Taquaral Bosque, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, sob a presidência da Sra. Carmem Evanir Alves Chamorro, os integrantes do Conselho Curador, em atendimento ao instrumento convocatório, para deliberarem sobre a ordem do dia: **I - Aprovação de novos integrantes; II - Eleição e composição dos Conselhos Curador, Diretor, Fiscal e de Programação.** Formada a mesa dos trabalhos, a Sra. Presidente abriu a sessão e por sua vez convidou a mim Rosimar Ávila Toneti, para secretariar os trabalhos da reunião. A Sra. Rosimar Ávila Toneti informou que por questões de foro íntimo a Sra. Julia Barbier Lopes Barros, a Sra. Katiane Pereira Lopes Areco, o Sr. Edmilson de Freitas Muchon e o Sr. Edson Areco não compareceram à reunião, justificando, assim, suas ausências. Repassando a palavra à Sra. Presidente, esta pediu que fosse lido o nome dos candidatos que integrariam a Fundação. Após deliberação foram aprovados por unanimidade os seguintes nomes: Roseli Pereira de Souza Mattos, brasileira, casada, auxiliar administrativa, portadora da CI nº 674.017 SSP/MS e inscrita no CPF/MF sob o nº 562.777.841-53, residente e domiciliada na Rua Pindaíba 372, B Silvia Regina, Campo Grande / MS; CEP: 79103-461; Gabriel Augusto Freitas da Silva, brasileiro, solteiro, auxiliar administrativo, portador da CI nº 2.039.385 SSP/MS e inscrito no CPF/MF sob o nº 056.941.491-14, residente e domiciliado na Rua Izabel Borges de Figueiredo, 156 B Parati, Campo Grande / MS; CEP: 79081-500; João Luis da Silva Souza, brasileiro, casado, assessor jurídico, portador da CI nº 1.644.223 SSP/MS e inscrito no CPF/MF sob o nº 026.377.281-08, residente e domiciliado na R São Luiz de Cáceres, 341, B Jd Futurista, Campo Grande / MS; CEP: 79036-040; e Diogo Candido Medeiros, brasileiro, solteiro, auxiliar de serviços gerais, portador da CI nº 1.782.683 SSP/MS e inscrito no CPF/MF sob o nº 039.505.291-28, residente e domiciliado na Rua Florisvaldo Vargas, QD 20 Lote 24 numero 205, Campo Grande / MS; CEP: 79042-714. Em ato contínuo todos os nomes acima relacionando foram aprovados unanimemente passando, assim, a integrarem a Fundação Cultura e Vida. Prosseguindo, Sra. Carmem Evanir Alves Chamorro, Presidente do Conselho Curador, informou que está disposta a dar continuidade aos trabalhos até então desenvolvidos à frente da Fundação, como Presidente deste Conselho. Assim, passou-se para o último item da pauta, qual seja, eleição e composição dos Conselhos da Fundação. Iniciada e concluída a eleição os Conselhos foram definidos da seguinte forma:

**Conselho Curador** (mandato de 08.01.2015 a 07.01.2018)

Cargo	Nome e qualificação
Presidente do Conselho Curador	Carmem Evanir Alves Chamorro, brasileira, casada, CI nº 1.119.111 SSP/MS e CPF/MF nº 728.374.031-72, residente e domiciliado Rua Mario Carrato, 622; CEP: 79040-830.
Conselheiro	Aminadab Jose dos Santos, brasileiro, casado, CI nº 1.577.214 SSP/GO e o CPF/MF sob o nº 365.943.001.30, residente e

CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO DE NOTAS  
RECEBIMOS DO 4º OFÍCIO DE NOTAS  
E CIVIL DO 4º OFÍCIO DE NOTAS  
CAMPO GRANDE - MS  
2015



Wilson Fernandez  
NUNO GRANDE MS

WILSON JAMES  
LUNTO GRANDE MS

WILSON JAMES  
LUNTO GRANDE MS

WILSON JAMES  
LUNTO GRANDE MS

WILSON JAMES  
LUNTO GRANDE MS

WILSON JAMES  
LUNTO GRANDE MS

WILSON JAMES  
LUNTO GRANDE MS


WILSON JAMES  
LUNTO GRANDE MS


2

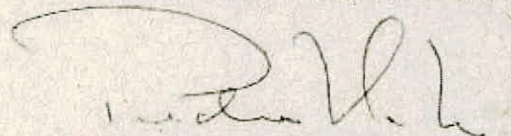


Analista Programação	de	Heloísa Nalesso Jordão, brasileira, casada, CI n.º M 732.880 SSP/MG e CPF/MF n.º 431.693.506-25, residente e domiciliado na Rua Ortosia, 72, B Coopharadio; CEP 79052-160.
Analista Programação	de	Sandra Aparecida Barbosa dos Santos, brasileira, casada, CI n.º 9.924.4321 SSP/PR e CPF/MF sob o n.º 403.531.681.49; Rua Dr. Jivago, n.º 214, Bairro Bosque de Avilan; CEP 79.012-510.

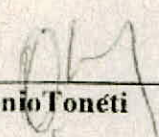
A eleição foi ratificada pela unanimidade e todos foram empossados imediatamente em seus respectivos cargos pela Sra. Presidente; assumindo imediatamente suas funções. Assim, a Presidente do Conselho Curador, Sra. Carmem Evanir Alves Chamorro renovou os votos de confiança e como nenhum dos presentes quis fazer o uso da palavra, e nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, passado o tempo suficiente, foi lavrada esta ata que, lida aos presentes, foi aprovada por unanimidade, e segue assinada por mim, secretária, pela Presidente da mesa, e demais presentes.

  
Carmem Evanir Alves Chamorro


  
Aminadab Jose dos Santos

  
Pedro Jordão Neto


  
Rosimar Avila Toneti

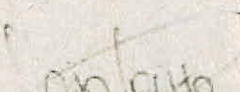
  
Antonio Toneti

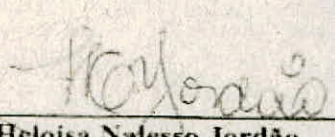
  
Ricardo Pires Gripp


  
Max Leite Chamorro

  
Roseli Pereira de Souza Mattos

  
Gabriel Augusto Freitas da Silva

  
João Luis da Silva Souza

  
Heloisa Nalesso Jordão

  
Diogo Candido Medeiros

  
Sandra Aparecida Barbosa dos Santos



4º Ofício

Cartório do 4º Ofício de Notas, Oficial do Registro de Títulos e Documentos e Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas  
Avenida Alvaro Penteado, 2254 - CEP: 79002-074 - Campo Grande - MS  
Tel: (71) 3364 1263 - 3364 5669

Documento apresentado e protocolado sob nº 372.116, do Livro A-22, em 14.01.2015, registrado sob nº 168330, no Livro B, Doufe, Campo Grande - MS, 28 de janeiro de 2015. Sem diligência. 16501,500.  
Emolumentos: R\$ 47,00; Funjeco 3% R\$ 1,41;  
Fundeco 10% R\$ 4,70; 15600 R\$ 2,35; Fundep/Funde-PGE 10% R\$ 4,70.

~~Cartório do 4º Ofício de Notas, Oficial do Registro de Títulos e Documentos e Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas~~

**CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO**

Registro de Títulos e Documentos

Carlos Roberto Rolin

Oficial

Wilson Fernandes

Aux. Judiciário

CNPJ 15.452.241/0001-17

**CERTIDÃO**

Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel do documento registrado sob nº 168.330, livro nº A-22, devidamente protocolizado sob nº 372.116, livro nº A-22, e tem valor de Certidão

Dou fe.

Campo Grande/MS, 05/11/15

**SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS**  
Wilson Fernandes  
CAMPO GRANDE MS



**CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR**

Convocamos V.Sa.s., para a reunião extraordinária do Conselho Curador da FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, a ser realizada na Rua Uirapuru, 1154, conjunto habitacional E, Tequaral Bosque, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, no dia 08 de Janeiro de 2015, às 16hs, em primeira convocação e em segunda e última convocação às 16hs30min, para deliberarem sobre: **I - Aprovação de novos integrantes; II - Eleição e composição dos Conselhos Curador, Diretor, Fiscal e de Programação.**

Sem mais para o momento e esperando ter logrado êxito no objetivo proposto, aproveitamos o ensejo para renovar-lhe protestos de elevada estima e consideração.


Campo Grande / MS, 29 de Dezembro de 2015.

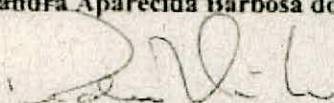
Atenciosamente,

  
Carmem Evanir Alves Chamorro  
Presidente Conselho Curador


CIENTE:

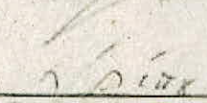
  
Sandra Aparecida Barbosa dos Santos


  
Aminadab Jose dos Santos

  
Pedro Jordão Neto


  
Rosimar Avila Toneti

  
Antonio Toneti


  
Ricardo Pires Gripp

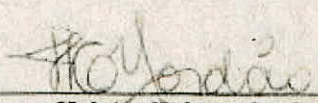
  
Max Leite Chamorro

  
Julia Barbier Lopes Barros

  
Edmilson de Freitas Muchon

  
Edson Areco

  
Katiane Pereira Lopes Areco

  
Heloisa Nalesso Jordão





Nº 5752648

PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS  
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CIVEIS E CRIMINAIS**

**CERTIFICAMOS**, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que

**NADA CONSTA**

contra **ANTONIO TONETI** nem contra o **CPF: 313.306.571-87**.

**Observações:**

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região ([www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br)), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela internet em: 24/11/2015, às 10h04.

Data da última atualização do banco de dados: 24/11/2015, 10h04.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores, CEP: 70070-900.  
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: [seju@trf1.jus.br](mailto:seju@trf1.jus.br)





Nº 5752730

PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS  
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CIVEIS E CRIMINAIS**

**CERTIFICAMOS**, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que

**NADA CONSTA**

contra **RICARDO PIRES GRIPP** nem contra o CPF: **367.431.781-87**.

**Observações:**

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região ([www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br)), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela internet em: 24/11/2015, às 10h05.

Data da última atualização do banco de dados: 24/11/2015, 10h05.

Endereço: SAL/SUL - Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores, CEP: 70070-900.  
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: [seccju@trf1.jus.br](mailto:seccju@trf1.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Nº 5752825

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS  
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CIVEIS E CRIMINAIS**

**CERTIFICAMOS**, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que

**NADA CONSTA**

contra **MAX LEITE CHAMORRO** nem contra o **CPF: 562.483.931-68**.

**Observações:**

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região ([www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br)), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela Internet em: 24/11/2015, às 10h06.

Data da última atualização do banco de dados: 24/11/2015, 10h06.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores, CEP: 70070-900.  
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: [segu@trf1.jus.br](mailto:segu@trf1.jus.br)





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL**

**CERTIDÃO ESTADUAL**  
**CÍVEL**

**CERTIDÃO Nº: 2483678**

**FOLHA: 1/1**

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos cíveis, na base de dados do sistema de automação da justiça do Estado de Mato Grosso do Sul até a data de 23/11/2015, verifiquei NADA CONSTAR contra:

**ANTONIO TONETI, portador do RG: 292860, CPF: 313.306.571-87. ....**

Certifico, ainda, que foram pesquisados os registros dos feitos de todas as comarcas do Estado, inclusive dos feitos registrados no âmbito dos Juizados Especiais.

XX

**OBSERVAÇÕES**

a) Os dados que serviram de parâmetros para a realização da busca, para fins de expedição desta certidão, foram inseridos pelo usuário e suas conferências compete ao interessado/destinatário.

b) A confirmação da autenticidade deste documento poderá ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua emissão, no endereço eletrônico: [www.tjms.jus.br](http://www.tjms.jus.br), disponível no menu e-Saj, utilizando-se o número do pedido e o número da Certidão.

Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.

Campo Grande, terça-feira, 24 de novembro de 2015.

**PEDIDO Nº:**

**002803941**











24/11/2015

002803956

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL**

**CERTIDÃO ESTADUAL**  
**CÍVEL**

CERTIDÃO Nº: 2483691

FOLHA: 1/1

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos cíveis, na base de dados do sistema de automação da justiça do Estado de Mato Grosso do Sul até a data de 23/11/2015, verifiquei NADA CONSTAR contra:

**RICARDO PIRES GRIPP, portador do RG: 625515, CPF: 367.431.781-87. ....**

Certifico, ainda, que foram pesquisados os registros dos feitos de todas as comarcas do Estado, inclusive dos feitos registrados no âmbito dos Juizados Especiais.

XX

**OBSERVAÇÕES:**

a) Os dados que serviram de parâmetros para a realização da busca, para fins de expedição desta certidão, foram inseridos pelo usuário e suas conferências compete ao interessado/destinatário.

b) A confirmação da autenticidade deste documento poderá ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua emissão, no endereço eletrônico: [www.tjms.jus.br](http://www.tjms.jus.br), disponível no menu e-Saj, utilizando-se o número do pedido e o número da Certidão.

Certidão expedida gratuitamente pela Internet, com validade de 30 dias.

Campo Grande, terça-feira, 24 de novembro de 2015.

PEDIDO Nº:

002803956









**Sistemas  
Interativos** **Menu Principal** ▼SRD » Consultas » Geral | [menu](#) [ajuda](#)[Tela Inicial](#)[Resultado da Consulta](#)

## Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
<u>206 E</u>	FUNDACAO CULTURA E VIDA	SC	Florianópolis	FM	3	M	
<u>36-</u>	FUNDACAO CULTURA E VIDA Geradora: FUNDACAO SARA NOSSA TERRA	BA	Salvador	RTV	2	H	P

Usuário: -      Data: 25/11/2015      Hora: 15:15:00

Registro 1 até 2 de 2 registros

Página: [1]    [Ir]     [Reg]



Fazenda  
Ministério da Fazenda

**Comprovante de inscrição e de situação cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, atualize seu RFB a sua atualização cadastral.



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO  
**03.923.421/0001-82**  
MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE  
SITUAÇÃO CADASTRAL**

DATA DE  
**11/07/2006**

NOME EMPRESARIAL  
**FUNDACAO CULTURA E VIDA-FCV**

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
**FUNDACAO CULTURA E VIDA**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
**60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
**60.10-1-00 - Atividades de rádio**  
**88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
**306-9 - FUNDACAO PRIVADA**

LOGRADOURO  
**R UIRAPURU**

NÚMERO COMPLEMENTO  
**1154**

CEP  
**79.034-600**

BAIRRO/DISTRITO  
**CONJUNTO HABITACIONAL E,  
TAQUARAL BOSQUE**

MUNICÍPIO  
**CAMPO GRANDE**

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE  
**(67) 3321-3344**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
**UNIÃO**

SITUAÇÃO CADASTRAL  
**ATIVA**

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
**11/07/2006**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
**\*\*\*\*\***

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
**\*\*\*\*\***

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **25/11/2015** às **15:16:36** (data e hora de Brasília).

Consulta QSA / Capital Social

Voltar







# CHECKLIST

## Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada

### Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos

Processo nº 53000.056902/2013-90

Interessado: FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA

CNPJ: 03.923.421/0001-82

Localidade: Florianópolis/SC

Serviço: Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos - FME

Tecnologia Digital? ( ) Sim (x) Não

Canal: 206 E

Período: 03/02/2014 a 03/02/2024

Pedido apresentado até 03 meses antes do vencimento da outorga? SIM

REQUISITOS	SIM	NÃO	Não se Aplica	OBSERVAÇÕES/FL(s).
<b>Em cumprimento ao disposto nos artigos 33 a 37 do Capítulo VI da Portaria nº 4335, de 17 de setembro de 2015 (DOU de 21 de setembro de 2015), a interessada apresentou em conformidade com o Anexo VI:</b>				
<p>a) requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, contendo as declarações nos moldes do anexo VI?</p> <p><i>a) a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento;</i></p> <p><i>b) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada;</i></p> <p><i>c) a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;</i></p> <p><i>d) os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas "e", "g", "h", "j", "l", "n", "o" e "p" da Lei Complementar nº 64/1990 - Lei da Ficha Limpa.</i></p> <p><i>e) nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.</i></p>				
				Faltam as declarações dos itens "a", "d" e "e" 02; 65
				A entidade apresentou Escritura Pública da Instituição, registrada no Tabelionato e Registro



b) estatuto social atualizado e registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas devidamente aprovado pelo Ministério Público?		x		de Títulos e Documentos 21/31 - Processo nº 53900.065199/2015-29  A entidade também encaminhou o Estatuto, porém não há comprovação de registro no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas. 03/15
c) ata de eleição da diretoria em exercício registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas?	x			33/36 - Processo nº 53900.065199/2015- 29
d) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos de <b>todos</b> dirigentes da entidade?		x		
e) instrumento contratual (contrato, convênio, termo de parceria, etc.) que comprove a vinculação de fundação de natureza privada com instituição de ensino ou com o Município onde o serviço é executado?	x			11/18 - Processo nº 53900.065199/2015- 29
f) contrato de permissão ou concessão da entidade?		x		Entidade não possui contrato.
g) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ da entidade?		x		
h) relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga?				
i) comprovante de que a entidade não excede os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967?	x			Em anexo
f) comprovante de regularidade com o FISTEL?	x			49; em anexo
g) prova de regularidade relativa ao INSS?	x			51; em anexo
h) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS?	x			52; em anexo
i) certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal?	x			53

#### DOCUMENTOS PARA CONTRATO

--	--	--	--	--



REQUISITOS	SIM	NÃO	Não se Aplica	OBSERVAÇÕES/FL(s).
a) cópia autenticada do documento de identidade e do CPF do diretor que irá assinar o contrato, ou do procurador (se for o caso)?		x		
b) ato de nomeação do representante legal ou ata de eleição da diretoria em exercício?	x			33/36 - Processo nº 53900.065199/2015-29
c) original ou cópia autenticada do instrumento público ou particular de mandato, com poderes específicos para assinatura do contrato, no caso de procurador?  <b>Obs.: Nesse caso será necessária a apresentação da ata de eleição ou do ato de nomeação com o fim de comprovar o poder de outorga do dirigente que conferiu os poderes para assinatura do contrato, nos termos do §2º do art. 31 da Portaria 4335/2015.</b>		x		

A documentação apresentada pela entidade requerente atende ao disposto na legislação regulamentar vigente?  
( ) Sim (x) Não



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela de Rezende Ramos Barros, Técnico de Nível Superior**, em 16/12/2015, às 16:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0844301** e o código CRC **61D52A71**.



# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

## NOTA TÉCNICA Nº 26376/2015/SEI-MC

Referência: **Processo nº 53000.056902/2013-90**

Assunto: **Renovação de Outorga - Exigência II.**

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, CNPJ nº 03.923.421/0001-82, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Florianópolis/SC, referente ao seguinte período: 03/02/2014 a 03/02/2024.

### ANÁLISE

2. Em 21 de setembro de 2015, entrou em vigência a Portaria nº 4335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, que revogou os Anexos I e III da Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012 e definiu novos procedimentos e critérios para a renovação de outorgas de concessões e permissões dos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. De acordo com os artigos 33 a 37 do Capítulo VI da Portaria nº 4335/2015, o Ministério das Comunicações deve instruir os pedidos e analisar a regularidade da documentação apresentada pela requerente, em consonância com o que dispõem os Anexos V ou VI, conforme o caso.

4. Dessa forma, os pedidos de renovação de outorga de radiodifusão educativa em trâmite no Ministério das Comunicações, serão processados em conformidade com as disposições da nova Portaria nº 4335/2015, nos termos do seu artigo 48.

5. Com efeito, em observância aos comandos normativos relatados nos parágrafos 2 e 3 e às normas vigentes sobre o assunto, procedemos à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da Lista de Verificação de Documentos (0844301), concluindo que, para a regularização do pedido, a interessada deverá apresentar os seguintes documentos, em originais ou cópias autenticadas:

- a. requerimento solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada e com as declarações de que: a) a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento; d) os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas "e", "g", "h", "j", "l", "n", "o" e "p" da Lei Complementar nº 64/1990 - Lei da Ficha Limpa; e e) nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe



*assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;*

- b. estatuto social atualizado e **registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas** devidamente aprovado pelo Ministério Público;
- c. prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos dos dirigentes da entidade, feita mediante certidão de nascimento ou casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; carteira profissional, carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, ou passaporte.

6. Cabe ressaltar que de acordo com o artigo 33 da Portaria nº 4335/2015, os processos de renovação de outorga deverão ser instruídos, além dos documentos acima citados, com o contrato de concessão/permissão da entidade. Assim, com vistas à assinatura do contrato e correta instrução do feito, deverá a interessada apresentar ainda:

- a. indicação do dirigente que irá assinar, bem como cópia autenticada de seu documento de identidade e CPF, ou do procurador (se for o caso);
- b. original ou cópia autenticada do instrumento público ou particular de mandato, com poderes específicos para assinatura do contrato, no caso de procurador.

## CONCLUSÃO

7. Diante do exposto, opinamos pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado do prazo disposto no artigo 17 da Portaria 126, de 12 de março de 2014, apresente os referidos documentos, sob pena de indeferimento do pleito, com a consequente declaração de perempção.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Octavio Penna Pieranti, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 22/01/2016, às 18:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Goncalves dos Reis Junior, Coordenador do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 22/01/2016, às 19:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela de Rezende Ramos Barros, Técnico de Nível Superior**, em 25/01/2016, às 10:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site





<http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0844325** e o código CRC **B8D51E4D**.

---





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Acompanhamento e Avaliação  
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste  
70044-900 – Brasília – DF  
2027-6890

Ofício nº 39022/2015/SEI-MC

Ao Senhor

**ANTONIO TONETI**

Representante Legal da FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA

Rua Clóvis Bevilacqua, nº 205 - Jardim São Bento

CEP: 13.720-000 / Campo Grande – MS

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.056902/2013-90.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 26376/2015/SEI-MC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 dias (trinta dias), contado da data do recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,

**COMUNICADO IMPORTANTE**



Como parte dos esforços do Ministério das Comunicações para aperfeiçoar os serviços prestados a seu público-alvo, oferecendo maior agilidade, economia e comodidade aos seus usuários, comunicamos que, **desde o dia 30 de junho de 2015**, o Protocolo Central deste Ministério não recebe mais documentos enviados por meio físico, seja em balcão ou por via postal, exceção feita às hipóteses referidas no art. 1º da Portaria nº 4.124, de 30 de dezembro de 2014, e no art. 1º da Portaria nº 2.764, de 30 de junho de 2015. Deste modo, todos os documentos, inclusive respostas e novas solicitações, deverão ser encaminhados **exclusivamente por meio eletrônico**, através do sistema eletrônico do CADSEI.

Diante do exposto, solicitamos que, caso ainda não tenha realizado o cadastro, Vossa Senhoria o realize o quanto antes, através do botão de cadastro disponível no link <http://www.mc.gov.br/sei/cadsei>.



Documento assinado eletronicamente por **Octavio Penna Pieranti, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 22/01/2016, às 18:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0844329** e o código CRC **174AE114**.



**Correspondência Eletrônica SERED 0959456**

**Data de Envio:**

10/02/2016 17:31:57

**De:**

MC/SDEDU (SEI-MC) <sdedu.sei@comunicacoes.gov.br>

**Para:**

fcv\_diretoria@hotmail.com  
sntms.sec@gmail.com

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial Ministério das Comunicações.

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: 53000.056902/2013-90

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Nota\_Tecnica\_0844325.html  
Oficio\_0844329.html



Campo Grande: 16 de fevereiro de 2016.

Ao  
Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
OCTAVIO PENNA PIERANTI  
Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União  
Esplanada dos Ministérios  
70044-900 – Brasília/DF

Ref: Ofício nº 39022/2015/SEI-MC  
Processo nº 53000.056902/2013-90

Senhor Coordenador,

A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA**, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada para a localidade de Florianópolis / SC, inscrita no CNPJ sob nº 03.923.421/001-82, vem respeitosamente, em resposta ao Ofício supra citado, juntar os documentos em anexo.

Nestes termos pede deferimento.

**ANTONIO TONETI**  
CPF: 313.306.571-87  
Diretor Presidente



**REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA**  
**Pessoas Jurídicas de Direito Privado**

Ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações

**ASSUNTO: Requerimento de Renovação de Outorga**

**IDENTIFICAÇÃO**

Denominação da entidade: **Fundação Cultura e Vida**

CNPJ: 04.375.369/0001-30

Endereço da sede: Rua Uirapuru, nº 1154, Conjunto Habitacional E, Bosque Taquaral, Campo Grande/MS.

Nome e CPF do Representante Legal: Antonio Toneti, CPF nº 313.306.571-87

Endereço eletrônico (e-mail): fcv\_diretoria@hotmail.com

Localidade objeto da renovação de outorga: Florianópolis/SC

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A entidade acima qualificada, vem, perante Vossa Excelência, por intermédio do seu representante legal, solicitar a RENOVAÇÃO DA OUTORGA, para a localidade acima descrita, referente ao serviço de:

☒ (X) radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos.

☐ ( ) radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.

Com vistas à instrução da presente proposta, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) A emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

(b) A entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão ou permissão que será renovada.

(c) A entidade não excederá os limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga.

(d) Os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas "e", "g", "h", "j", "l", "n", "o" e "p" da Lei Complementar nº 64/1990 – Lei da Ficha Limpa.

(e) Nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.

Encaminho, ainda, os documentos Anexos:



(a)Estatuto Social atualizado e registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

(b)Ata de Eleição de Diretoria em exercício registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.


(c)prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos dos dirigentes da entidade.

(d)caso de fundação de natureza privada, instrumento contratual (contrato, convenio, termo de parceria, etc.) que comprove a vinculação da fundação com instituição de ensino superior ou com o Município onde o serviço é executado.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, o dirigente abaixo assinado, firma este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nestes termos, peço deferimento.

Campo Grande/MS, 12 de fevereiro de 2016.



---

ANTONIO TONETI  
CPF: 313.308.571-87  
Presidente



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL 292 860

NOME: ANTONIO TONETI

ALIAÇÃO: Pedro Tonetti  
Maria de Deus Tonetti

Palmital-PR 16-out-1963

NATURALIDADE: MATO GROSSO DO SUL

08/04/1984

DIRETOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

Selo de Autenticidade  
AUTENTICAÇÃO  
DE FOTOCOPIA  
AID 17442

CEDULA DE IDENTIDADE

M. CASCAVEL

08 OUT 2007

ASSINATURA DO PORTADOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

NASCIMENTO: 16.10.63

IDENTIFICAÇÃO: 313 306 571 87

CONTRIBUINTE: ANTONIO TONETI

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTERIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COM DATILOMIAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO NO  
CADASTRO DE CONTRIBUÍVEIS FISCAIS

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Selo de Autenticidade  
AUTENTICAÇÃO  
DE FOTOCOPIA  
AID 17441

08 OUT 2007

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR: ANTONIO TONETI

DATA DE NASCIMENTO: 16/10/1963

NÚMERO DO TÍTULO: 00052130319-70

UF: MS

MUNICÍPIO: CASCAVEL - PR

DATA DE EMISSÃO: 02/04/2004

Desembargador Moacir Guimarães

Selo de Autenticidade  
AUTENTICAÇÃO  
DE FOTOCOPIA  
AID 17440

139883 - L19

08 OUT 2007

IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 000684572 DATA DE EXPEDIÇÃO 02/07/90

NOME MAX LEITE CHAMORRO

FILIAÇÃO THOMAZ AQUINO CHAMORRO NOELZA LEITE CHAMORRO

NATURALIDADE BELA VISTA-MS DATA DE NASCIMENTO 12/01/1975

DECL. ORIGEM C N BELA VISTA MS N 20419 L 21 F 185

CPF

ASSINATURA DO TITULAR

LEIN 77 116 DE 29/08/83



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

PI-30

02 OUT 2007

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome MAX LEITE CHAMORRO

Nº de Inscrição 562483931-68 Data de Nascimento 12/01/75

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em: 26/01/94



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a expedição por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura

MAX LEITE CHAMORRO

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em: 26/01/94

02 OUT 2007

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR MAX LEITE CHAMORRO

DATA DE NASCIMENTO 12/01/1975 Nº de Inscrição 101838919/29 Zona 017 Seção 0035

MUNICÍPIO BELA VISTA /MS DATA DE EMISSÃO 23/01/91

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

03 OUT 2007



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

PI-02

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

088625510 DATA DE VALIDADE 05/07/89

NOME RICARDO PIRES GRIPP

ROBERTO GRIPP  
UBIRACINA PIRES GRIPP

RESERVA-RJ DATA DE NASCIMENTO 31/03/1966

C. LASH CAMPO GRANDE MS  
NR 20059 LV 151 FL 216

367851087

Selo de Autenticação  
DE MATO GROSSO DO SUL  
AUTENTICAÇÃO DE FOTOCOPIA  
AHV 13277

17 MAR 2007

SECRETARIA DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Selo de Autenticação  
AUTENTICAÇÃO DE FOTOCOPIA  
AHV 13278

17 MAR 2007

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR RICARDO PIRES GRIPP

DATA DE NASCIMENTO 31/03/1966 Nº de Registro 31526419/06 005 0070

MUNICÍPIO / UF CAMPO GRANDE / MS DATA DE EMISSÃO 15/05/86

JUIZ ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

4455 191.00 1885 0945 1988 0000-0010

10251190 0031 8504 1888

610455 1888 0010

02/10/2003 1. LHMW

17 MAR 2007

Selo de Autenticação  
DE MATO GROSSO DO SUL  
AUTENTICAÇÃO DE FOTOCOPIA  
AHV 13279



## **TERMO DE CONVÊNIO**

**A FAEL E A CONVENIADA  
FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA  
CELEBRAM O PRESENTE  
TERMO VISANDO A PROMOÇÃO  
E DIVULGAÇÃO DE ATIVIDADES  
EDUCATIVAS E A CONCESSÃO DE  
DESCONTOS EM CURSOS DE  
GRADUAÇÃO E POS-GRADUAÇÃO**

De um lado,

**FAEL - SOCIEDADE TÉCNICA EDUCACIONAL DA LAPA S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.558.975/0001-65, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, com sede na Rodovia Olívio Beliche, PR 427, Km 33, na cidade da Lapa, estado do Paraná, doravante denominada simplesmente **FAEL**.

De outro lado,

**FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.923.421/0001-82, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, com sede na Rua Uirapuru, n.º 1154, Conjunto Habitacional E, Bosque Taquaral na cidade de Campo Grande, estado do Mato Grosso do Sul, doravante denominada simplesmente **CONVENIADA**.

As partes acima identificadas têm entre si, justo e acertado, o presente Termo de Convênio, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente CONVÊNIO, o estabelecimento de um programa de mútua colaboração, com a finalidade de implantar projetos que visam promover, realizar e divulgar atividades educativas e culturais, objetivando o desenvolvimento de ações de incentivo e o apoio à produção fonográfica, bem como a concessão de descontos em cursos de graduação e pós-graduação ofertados pela FAEL, para colaboradores diretos da CONVENIADA e seus respectivos familiares diretos - apenas filhos e cônjuge - variável de acordo com o número de alunos regularmente matriculados para cada período letivo.

**Parágrafo Primeiro:** Os descontos serão concedidos nos seguintes termos:

- 1.1 Até 100 (cem) alunos regularmente matriculados no período corrente dos cursos de graduação e pós-graduação, o desconto será de 11,75% (onze



virgula setenta e cinco por cento). Para os cursos de graduação, o número de parcelas com desconto é regido conforme tabela apresentada no Parágrafo Terceiro desta Cláusula. Para os cursos de pós-graduação o desconto incidirá somente nas mensalidades. A

matrícula e rematrículas terão seu valor integral para pagamento, conforme contrato do aluno.

- 1.2 A partir de 101 (cento e um) alunos regularmente matriculados no período corrente dos cursos de graduação, o desconto será de 18,31% (dezoito vírgula trinta e um por cento). Para os cursos de graduação, o número de parcelas com desconto é regido conforme tabela apresentada no Parágrafo Terceiro desta Cláusula. Para os cursos de pós-graduação o desconto incidirá somente nas mensalidades. A matrícula e rematrículas terão seu valor integral para pagamento, conforme contrato do aluno.

**Parágrafo Segundo:** A contabilização do número de alunos acontecerá nos meses de março e agosto de cada ano, recaiando o desconto da seguinte forma:

- 2.1 Para cálculo do valor do desconto no período de matrícula/rematrícula de **fevereiro**, serão contabilizados os alunos regularmente matriculados até o dia **15 de março** do ano corrente;
- 2.2 Para cálculo do valor do desconto no período de matrícula/rematrícula de **maio**, serão contabilizados os alunos regularmente matriculados até o dia **15 de março** do ano corrente;
- 2.3 Para cálculo do valor do desconto no período de matrícula/rematrícula de **agosto**, serão contabilizados os alunos regularmente matriculados até o dia **15 de agosto** do ano corrente;
- 2.4 Para cálculo do valor do desconto no período de matrícula/rematrícula de **outubro**, serão contabilizados os alunos regularmente matriculados até o dia **15 de agosto** do ano corrente;
- 2.5 No caso de alunos dos cursos de pós-graduação, a contabilização acontecerá nos meses de março e agosto.

**Parágrafo Terceiro:** O número de parcelas com o valor do desconto, calculado conforme esta Cláusula é regida de acordo com a tabela abaixo:

Período de Matrícula	Matrícula e/ou Rematrícula	1ª Mensalidade	2ª Mensalidade	3ª Mensalidade	4ª Mensalidade	5ª Mensalidade
Fevereiro	Valor Integral	Valor Integral	Valor com Desconto	Valor com Desconto	Valor com Desconto	Valor com Desconto
Maio	Valor Integral	Valor com Desconto	Valor com Desconto	-----	-----	-----
Agosto	Valor	Valor com	Valor com	Valor com	Valor com	Valor com



	Integral	Desconto	Desconto	Desconto	Desconto	Desconto
Outubro	Valor Integral	Valor com Desconto	Valor com Desconto	-----	-----	-----

**Parágrafo Quarto:** Independente da data de ingresso do beneficiado, conforme tabela acima, se o beneficiado se matricular nos dois semestres letivos de cada ano, o pagamento das matrículas/rematrículas e primeira mensalidade do ciclo de matrícula/rematricula de fevereiro, serão pagos integralmente, desta forma, das 10 (dez) mensalidades cobradas no ano letivo, 09 (nove) terão desconto.

**Parágrafo Quinto:** Os descontos não são acumulativos para alunos que participem do PROUNI.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** As finalidades deste Acordo serão cumpridas mediante Convênios e/ou Contratos específicos a serem desenvolvidos após prévio ajuste dos partícipes para a celebração do instrumento específico no qual constarão os seguintes itens relativos aos Programas.

- Objetivos gerais e específicos;
- Indicação do coordenador do trabalho, em comum acordo entre a FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA e a FACULDADE;
- Descrição das etapas de desenvolvimento do trabalho, resultados a serem apresentados ao final de cada etapa, bem como a forma como será conduzido o exame destes resultados;
- Atribuição dos partícipes;
- Cronograma de execução do projeto, indicando a duração de cada etapa;
- Recursos humanos, materiais e financeiros necessários;
- Valor e forma de recebimento dos recursos previstos;
- Infra-estrutura necessária;
- Cronograma financeiro e recursos de contrapartida, quando aplicável;
- Outras informações complementares que se fizerem necessárias para perfeita execução do trabalho previsto.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO**

Este convênio possui prazo indeterminado a contar da data de assinatura deste instrumento.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS BENEFICIADOS DOS DESCONTOS**

Participam desse convênio os colaboradores da CONVENIADA, assim como seus familiares diretos, apenas cônjuge e filhos, com as devidas comprovações documentais.

**Parágrafo Único:** Os documentos referidos no caput desta cláusula deverão ser apresentados no Polo de Apoio Presencial escolhido pelo aluno, conforme segue:

- *Próprio aluno é colaborador da CONVENIADA:* Contra cheque, para



comprovar a relação de colaborador.

- ☐ *Aluno é cônjuge do colaborador da CONVENIADA:* Contra cheque, para comprovar a relação de colaborador e documento comprovando situação civil.
- ☐ *Aluno é filho do colaborador da CONVENIADA:* Contra cheque, para comprovar a relação de colaborador e documento de RG ou Certidão de Nascimento.

**Parágrafo Segundo:** A reapresentação dos documentos comprobatórios de vínculo com a CONVENIADA deverá ocorrer sempre que solicitado pela FAEL, caso contrário o aluno perderá o benefício.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA DIVULGAÇÃO**

A CONVENIADA autoriza desde a assinatura do TERMO DE CONVÊNIO que o parceiro local faça a divulgação do benefício para os colaboradores no espaço físico da CONVENIADA.

**CLÁUSULA SEXTA:** Compete a cada parte:

**I - À FACULDADE compete:**

- a) Apoiar a FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA no desenvolvimento de estudos, pesquisas e ações nas áreas contempladas pelo presente acordo;
- b) Pesquisar, desenvolver e disponibilizar ferramentas, metodologias e aplicativos para apoiar a gestão empresarial e melhoria dos processos produtivos;
- c) Auxiliar a FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA na possível seleção de estagiários que por ventura se fizerem necessários para o desenvolvimento de estudos, pesquisas e ações de que trata a alínea 'a';
- d) Auxiliar no desenvolvimento de softwares, aplicativos e testes ligados ao objeto mencionado na Cláusula Primeira;
- e) Propiciar a realização conjunta de projetos de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico de interesse mútuo;
- f) Apoiar a FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA e seus parceiros em projetos de cooperação;
- g) Apresentar à FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA relatórios de acompanhamento em relação a cada um dos projetos que porventura se originarem do presente Acordo permitindo à mesma amplo acesso às atividades que vierem a ser executadas e fornecendo todo e qualquer



dado disponível que se fizer necessário ao planejamento e/ou execução de serviços e/ou projetos oriundos deste Acordo,

- h) Articular a realização de captação de recursos, com vistas a viabilizar projetos a serem realizados em cooperação;
- i) Propiciar a execução de treinamentos e capacitação que se fizerem necessários à implementação das tecnologias que vierem a ser desenvolvidas;
- j) Responsabilizar-se em proporcionar a divulgação conjunta da parceria mediante aprovação de ambas as partes, ou seja, qualquer promoção ou divulgação do Projeto será realizada somente com a anuência de ambas as partes.

## **II - À FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA compete:**

- a) Cumprir com todas as exigências legais necessárias à celebração do presente Acordo propiciando o desenvolvimento das atividades correlatas ao objeto delimitado na cláusula primeira;
- b) Propiciar aos alunos da Faculdade acesso a estágios nas áreas correlatas ao desenvolvimento do objeto do presente Acordo quando do desenvolvimento de atividades oriundas do presente instrumento, regidas por instrumentos específicos;
- c) Assegurar condições à execução dos serviços que venham a ser prestados pela Faculdade em relação a atividades oriundas do presente Acordo que serão reguladas por instrumentos específicos;
- d) Articular a realização de captação de recursos, com vistas a viabilizar projetos a serem realizados em cooperação;
- e) Colaborar com toda a documentação, informação e celeridade necessárias à celebração do presente instrumento e instrumentos derivados do presente Acordo;
- f) Apoiar a Faculdade e seus parceiros em projetos de cooperação.



**CLÁUSULA SETIMA:** Este acordo obriga as partes contratantes tão somente na extensão e nos termos aqui estipulados e não constitui qualquer espécie de associação entre as partes contratantes, sendo certo que:

- (i) as partes deste acordo são autônomas e independentes entre si;
- (ii) não existe qualquer elemento que caracterize relação de trabalho;
- (iii) nenhuma disposição deste contrato deverá ser interpretada no sentido de criar qualquer vínculo societário, trabalhista, previdenciário ou tributário entre as partes; e,
- (iv) inexistirá solidariedade ativa ou passiva de qualquer natureza entre as partes, respondendo cada qual na medida de sua participação e obrigações.

**CLÁUSULA OITAVA:** O presente Instrumento não gera nenhum direito de parte a parte, além da execução do Acordo ora avençado. Os funcionários de cada uma dos partícipes acordantes, assim como seus representantes legais ou prepostos, não terão qualquer vínculo empregatício com a outra parte acordante; bem como, em nenhuma hipótese, suas responsabilidades profissionais serão transferidas à outra parte acordante.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - Os partícipes garantirão uma à outra o estabelecido neste Acordo e em seus Convênios e/ou Contratos específicos, não assumindo quaisquer outras responsabilidades.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - É da responsabilidade de cada parte assegurar-se de que todas as pessoas designadas para trabalhar nos projetos e nas atividades previstas neste Acordo e em seus Convênios e/ou Contratos específicos conheçam e explicitamente aceitem todas as condições estabelecidas nos referidos instrumentos.

**CLÁUSULA NONA:** As Partes, por si, seus representantes, prepostos, empregados, gerentes ou procuradores, obrigam-se a manter sigilo sobre quaisquer informações confidenciais. Para os fins deste termo, a expressão



"Informações Confidenciais" significa toda e qualquer informação verbal ou escrita obtida, direta ou indiretamente, pelas partes em função da presente contratação, bem como informações sigilosas relativas ao negócio jurídico pactuado. Tais obrigações permanecerão em vigor mesmo após a rescisão ou término do contrato.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - As informações confidenciais compreendem quaisquer dados, materiais, documentos, especificações técnicas ou comerciais, inovações ou aperfeiçoamento do conjunto de módulos licenciados, ou dados gerais em razão do presente Acordo, de que venham a ter acesso ou conhecimento, ou ainda que lhes tenham sido confiados, não podendo, sob qualquer pretexto ou desculpa, omissão, culpa ou dolo, revelar, reproduzir ou deles dar conhecimento a pessoas estranhas a esse acordo, salvo se houver consentimento expresso e conjunto das Partes.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - A responsabilidade das Partes com relação a quebra de sigilo será proporcional ao prejuízo causado, salvo se comprovado documentalmente que as informações confidenciais:

- 1.1. Estavam no domínio público na data da celebração do presente Acordo;
- 1.2. Tornaram-se parte do domínio público depois da data de celebração do presente Acordo, por razões não atribuíveis à ação ou omissão das Partes.
- 1.3. Foram reveladas em razão de qualquer ordem, decreto, despacho, decisão ou regra emitida por qualquer órgão judicial, legislativo, ou executivo que imponha tal revelação.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - As partes, seus administradores, prepostos e empregados guardarão absoluto sigilo sobre a totalidade dos dados e informações fornecidas pela outra parte para cumprimento do presente Acordo, ou de qualquer forma por ela obtida, até 05 (cinco) anos após a sua rescisão, resilição ou término de seu prazo de vigência.

#### **CLÁUSULA DECIMA - DA RESCISÃO**

Para rescisão desse instrumento será necessário aviso prévio formal de 30 (trinta) dias, sendo que os alunos contemplados pelo desconto permanecerão com este até a conclusão do curso.

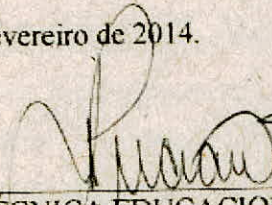


**CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DO FORO**

Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste convênio, as partes elegem o foro da comarca de Curitiba, estado do Paraná.

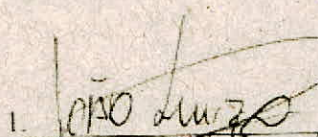
Por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Curitiba, 20 de fevereiro de 2014.

  
SOCIÉDADE TÉCNICA EDUCACIONAL DA LAPA S/A

CONVENIADA

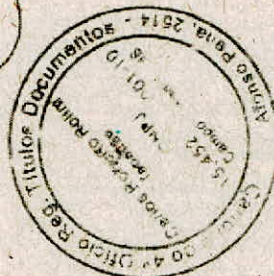
Testemunhas:

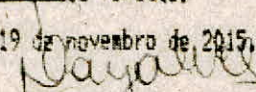
1.   
Nome: João Luiz S. Souza  
RG: 1644223 SSP/MS  
CPF: 026.377.281-08

2. \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**4º Ofício**  
Cartório do 4º Ofício de Notas, Oficial do Registro de Títulos e Documentos e Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas  
Avenida Afonso Pena, 2514 - CEP: 89.002-074 - Campo Grande - MS  
Tel: (16) 3384.1363 - 3384.6465  
Reconheço por Semelhança(s) a(s) firma(s) de: **ANTONIO TONETI**  
Campo Grande, 03 de novembro de 2015  
Selo: AKR - 36749 - 206

☐ Cartão de Reconhecimento - Títulos e Documentos  
☐ Cartão de Reconhecimento - Registro Civil das Pessoas Jurídicas  
☐ Cartão de Reconhecimento - Registro de Títulos e Documentos



TABELIONATO SANTA QUITERIA Av. Nossa Senhora Aparecida, 305 Sala: 13 - Fone: (41) 3342-7372 Santa Quitéria - Curitiba - Paraná CID ROCHA JUNIOR - NOTARIO
Selo: S10v6.gdMI.YTWd0-Lppaf.1G2S Valide em <a href="http://funarpen.com.br">http://funarpen.com.br</a>
Reconheço por SEMELHANÇA a firma de : <b>LUCIANO GONCALVES PENTEADO. ***</b> EDWJ061BA-647789-12. DNA* Em testemunho da verdade.
Curitiba-PR, 19 de novembro de 2015.  DAYANE MAYARA ALVES ESCREVENTE CID: 163141 PUBLICO EM WWW.CENSEC.ORG.BR





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



4º SERVIÇO NOTARIAL

Av. Afonso Pena, 1897

Fones: (0\*\*67) 784-1363 e 784-6469

Campo Grande - MS

TABELIONATO E OFICIAL DO  
REGISTRO DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS

CARLOS ROBERTO ROLIM

4º Tabelião

CARLOS ALBERTO PEREIRA ANDRINO

Tabelião Substituto

NILTON FERNANDES

JOEL SOARES

Auxiliares Judiciais

265

191

LIVRO Nº 265.....FOLHAS 191.....1º TRASLADO

ESCRITURA PÚBLICA DE INSTITUIÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV:

Saibam quantos esta vierem que, no ano de dois mil, aos vinte e quatro (24) dias do mês de maio, nesta Cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, em meu Cartório, à Avenida Afonso Pena, 1.897, sala 04, perante mim, Tabelião, compareceu COMUNIDADE EVANGELICA VIDA NOVA - C.N.P.J. Nº 01.970.383/0001-93, com sede nesta cidade à Avenida Mato Grosso, 26 - Centro, representada pelo seu Vice-Presidente Sr. Hugo Cesar Villar de Jesus - RG. 04507617-1-IFP-RJ - C.I.C. 636.524.637-49 e pelo seu Tesoureiro Sr. George Brasil dos Passos, ( brasileiro, casado, pastor, portador da cédula de identidade RG Nº 598.702 SSP/GO e CPF Nº161.367.801.00, residente e domiciliado na rua Brasil, 444, nesta cidade); reconhecido por mim, Tabelião, do que dou fé. Então, por ele me foi dito, que por livre e espontânea vontade, deseja instituir uma Fundação com objetivos de prestação de serviços de radiodifusão, cultural, educacional e outros, denominada **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV**, sem fins lucrativos, com sede e foro em Campo Grande-MS. Pelo Instituidor me foi dito que é do seu desejo que a **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV** seja regida pelo seguinte Estatuto, aprovado pelo Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, através da Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público e Social e das Fundações, datada de 28 de fevereiro de 2000, pelo Procedimento Administrativo no. 006/2000, assim transcrito: Capítulo I - DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, DURAÇÃO, OBJETIVOS E FINALIDADES - Art. 1º. A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV** é pessoa jurídica de direito privado, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, de fins não lucrativos, regendo-se pelo presente ESTATUTO, por seu Regimento Interno, pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis e pelas normas baixadas pelo MINISTÉRIO PÚBLICO Estado de Mato Grosso do Sul. Parágrafo Único. Na conformidade da Escritura Pública lavrada no Livro de n.º 265, às fls. 191, fundada em (24.05.00, no Cartório do 4º Ofício de Notas de Campo Grande/Mato Grosso do Sul. Art. 2º. A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV** tem sede e foro na cidade de Campo Grande/Mato Grosso do Sul. Parágrafo Único. A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV** poderá instalar e manter outros estabelecimentos filiados ou escritórios em qualquer parte do Território Nacional, bem como no Exterior, desde que comprovada a viabilidade econômica, financeira, jurídica, técnica e legal, com prévia consulta ao Ministério Público. Art. 3º. O prazo de duração da **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV** é indeterminado. Art. 4º. A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV** tem por objetivos principais e permanentes: I - radiodifusão educativa em todas as modalidades que lhe forem concedidas pelo Ministério das Comunicações, estando aí compreendidas, entre outras, a radiodifusão sonora e educativa (amplitude e frequência modulada) e a radiodifusão em som e imagem (televisão); II - as crianças e adolescentes; III - idosos e membros da terceira idade; IV - cultura, educação e esporte. Art. 5º. A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV** tem por finalidades: I - obter as concessões de radiodifusão educativa, instalação, funcionamento e administração; II - promover, realizar e divulgar as atividades sociais, educativas, culturais, esportivas, assistências, de proteção ao meio ambiente e prestação de serviços à comunidade; III - estabelecer e manter escolas, faculdades, cursos profissionalizantes, orfanatos, creches, casas de recuperação para viciados e delinquentes, internatos para crianças e adolescentes; abrigos e asilos para idosos; albergues para viajantes, carentes e indigentes; postos de saúde, hospitais, ambulatórios médicos, dentários e de análises clínicas; empresas industriais, comerciais e prestadora de serviços; programa de apoio e acompanhamento e assistência as crianças e adolescentes carentes e menores delinquentes e programa de apoio as famílias de baixa renda; IV - promover, realizar e divulgar seminários, encontros, congressos, palestras para orientação

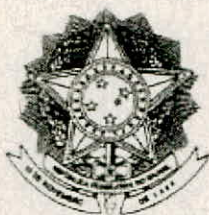




comunitária, social, educativa, cultural, humanitária e espiritual; Art. 6.º A fim de alcançar os seus objetivos, poderá firmar convênios ou contratos e articular-se pela forma conveniente, com entidades e órgãos públicos ou privados. Art. 7.º A fim de cumprir suas finalidades, a **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV** se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, denominados coordenadorias e departamentos, quantos se fizerem necessários, os quais se regerão por regimentos internos específicos. Capítulo II - DOS COLABORADORES - Art. 8.º A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV** tem as seguintes categorias de colaboradores: I - *fundadores*, que são as pessoas físicas instituidoras; II - *efetivos*, as pessoas que foram indicadas pela maioria dos integrantes do Conselho Curador, e se vincularam aos órgãos de administração; III - *contribuintes*, que são as pessoas físicas ou jurídicas que, identificadas com os objetivos da Fundação, contribuem financeiramente ou por outra forma, para que as finalidades da Fundação sejam alcançadas; IV - *beneméritos*, que são as pessoas que tenham prestado relevantes serviços à Fundação, e que o Conselho Curador reconheça merecedores dessa especial distinção. Art. 9.º Os colaboradores *efetivos*, *contribuintes* e *beneméritos* serão admitidos mediante indicação de integrantes do Conselho Curador, com aprovação por maioria absoluta, devendo a indicação recair necessariamente em pessoa idônea e de ilibada reputação, reconhecida pela comunidade local, disposto a prestar relevantes serviços à Fundação. Art. 10.º São os direitos e atribuições: I - dos colaboradores *fundadores* e *efetivos*: a) votar e ser votado para os cargos eletivos dos órgãos de administração; b) participar das reuniões do Conselho Curador para propor, discutir e votar os assuntos constantes da ordem do dia, no caso de direito de voto, salvo os integrantes dos outros Conselhos existentes na Fundação; c) zelar pelo fiel cumprimento deste Estatuto e demais dispositivos pertinentes; d) auxiliar e organizar promoções em benefício da Fundação. II - dos colaboradores *contribuintes* e *beneméritos*: a) participar das reuniões sem direito a voto; b) auxiliar e organizar promoções em benefício da Fundação. - Capítulo III - DA ADMINISTRAÇÃO - Art. 11. A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV**, tem como órgãos administrativos o Conselho Curador, o Conselho Diretor, o Conselho Fiscal e o Conselho de Programação, será assim constituído: I - o Conselho Curador: por quatro (04) titulares e por seus respectivos suplentes; II - o Conselho Diretor constituído por três (03) titulares; III - o Conselho Fiscal constituído por três (03) titulares e por seus respectivos suplentes; e, IV - o Conselho de Programação constituído por três (03) titulares e por seus respectivos suplentes. Art. 12. Ocorrendo vaga em qualquer cargo titular do Conselho Curador, Fiscal e Programação, caberá ao respectivo suplente, assim sucessivamente, substituí-lo até o fim do período para que foi eleito, salvo no Conselho Diretor, o Conselho Curador se reunirá no prazo máximo de trinta (30) dias após a vacância, para eleger o novo titular. Art. 13. Ocorrendo vaga entre os suplentes do Conselho Curador, Fiscal e Programação, o Conselho Curador se reunirá no prazo máximo de trinta (30) dias após a vacância, para eleger o novo titular e suplentes. Art. 14. O mandato dos integrantes do Conselho Diretor será de três (03) \* (número que desejar), permitida (ou não) a recondução ao cargo por mais uma vez (ou mais de uma vez). Art. 15. O mandato dos integrantes do Conselho Curador, Fiscal e de Programação será coincidente com o mandato do Conselho Diretor. Art. 16. Em relação aos integrantes dos órgãos administrativos da **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA-FCV**, observar-se-á o seguinte: I - Não receberão remuneração pelos serviços prestados no exercício de seus cargos, nem vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título a qualquer dos diretores, sócios, conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes; II - Os resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto serão distribuídos; III - não poderão perceber quantias a título de vales ou adiantamento para despesas pessoais, ou verbas de representação, devendo o reembolso de despesas feitas a serviço da Fundação, inclusive com viagens, ser baseado em comprovação hábil de sua efetivação, feita ao Conselho Diretor em prazo não



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



4º SERVIÇO NOTARIAL

Av. Afonso Pena, 1897

Fones: (0\*\*67) 784-1363 e 784-6469

Campo Grande - MS

TABELIONATO E OFICIAL DO  
REGISTRO DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS

CARLOS ROBERTO ROLIM

4º Tabelião

CARLOS ALBERTO PEREIRA ANDRINO

Tabelião Substituto

NILTON FERNANDES

JOEL SOARES

Auxiliares Judiciários

285

102

integrantes de órgãos da administração da Fundação, as empresas ou entidades das quais sejam aqueles diretores, gerentes, sócios ou administradores, poderão efetuar com a FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV, negócios jurídicos de qualquer natureza, direta ou indiretamente; V - não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações da Fundação em virtude de ato regular de gestão, respondendo naquela qualidade, porém, civil e penalmente, por atos lesivos a terceiros ou à própria Entidade, praticados com dolo ou culpa; VI - é vedada a participação simultânea em dois ou mais órgãos da administração; não podendo integrar, simultaneamente, mesmo órgão de deliberação, cônjuges e parentes, consanguíneos ou afins, até terceiro grau inclusive, estando essas pessoas impedidas também de participação em deliberações de interesse pessoal uma das outras; VII - perderá o mandato, o integrante de órgão da administração que faltar, sem justificativa, a três (03) reuniões consecutivas, ou a mais de seis alternadas, sendo seu cargo considerado vago; VIII - é indelegável o exercício da função de qualquer cargo dos órgãos de administração da Fundação; IX - o integrante do Conselho Curador, em caráter excepcional e para atendimento de situações de emergência, poderá constituir outro integrante do mesmo órgão para representá-lo, como seu mandatário, em reunião da Fundação, por meio de procuração pública, com poderes específicos, vedada a utilização dessa faculdade com referência a mais de duas (02) reuniões consecutivas. Art. 17. Será sempre igualitário o voto dos integrantes dos órgãos da administração. Art. 18. Nenhuma deliberação de órgão administrativo terá eficácia antes de aprovada por todos os integrantes que dela participarem, e as decisões lavradas em ata de reunião. Parágrafo Único. A eficácia plena da deliberação, perante terceiros, ficará condicionada ao registro da ata aprovada. Art. 19. A convocação das reuniões ordinárias ou extraordinárias serão feitas com antecedência mínima de dois (02) dias, mediante correspondência pessoal contra recibo, aos integrantes dos órgãos da administração da Fundação, e por edital fixado na sede da Fundação com antecedência mínima de sete (07) dias. Parágrafo Primeiro. A reunião ordinária instalar-se-á em primeira convocação, com a presença mínima de 1/3 (um terço) dos membros dos Conselhos e, em segunda convocação, trinta (30) minutos após, com qualquer número presentes, deliberando com a maioria simples de votos, salvo dispositivo contrário. Parágrafo Segundo. A reunião extraordinária instalar-se-á em primeira convocação, com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos membros dos Conselhos e, em segunda convocação, trinta (30) minutos após, com qualquer número presentes, deliberando com a maioria simples de votos. Art. 20. O edital deverá constar o caráter da reunião se ordinária ou extraordinária; o local; a hora; a data; a pauta da ordem do dia; e se possível, seguir acompanhada das cópias dos documentos que serão analisados e deliberados na reunião. Art. 21. Não é permitido o exercício cumulativo das funções e cargos de um membro em Conselhos distintos. Art. 22. Perderá automaticamente seu mandato o integrante de Conselho que faltar a três (03) reuniões consecutivas, ou a cinco (05) alternadas, sem motivo justificado. - CONSELHO CURADOR - Art. 23. O Conselho Curador, órgão superior da FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV, será presidido pelo Presidente da Fundação, que terá o voto de qualidade nas deliberações coletivas, em casos de empate. Parágrafo Único. Na ausência do Presidente, assumirá para todos os fins de direito suas funções estatutárias, o mais idoso dentre os Conselheiros. Art. 24. São atribuições do Conselho Curador: I - eleger e dar posse aos titulares e suplentes dos Conselhos que compõem o órgão administrativo da Fundação; II - decidir sobre a reforma do presente estatuto, observadas as finalidades da Fundação e as exigências legais, com prévia anuência do Ministério público; III - deliberar sobre a extinção da Fundação e o destino de seus bens, obedecendo os ditames do capítulo da extinção da Fundação; IV - examinar e aprovar, por proposta do Conselho de Programação, os projetos e programas relativos às atividades de Radiodifusão da Fundação; V - autorizar a realização de despesas extraordinárias, assim consideradas aquelas não previstas em orçamento; VI - sugerir ao Conselho Diretor as providências





que julgar necessárias ao interesse da Fundação; VII - deliberar sobre propostas do Conselho Diretor relativas a aquisição, alienação ou oneração de bens pertencentes a Fundação, e absorção ou incorporação de outras entidades à Fundação, obedecendo os dispositivos no capítulo do patrimônio e das receitas; VIII - autorizar a realização de acordos, contratos e convênios que constituam ônus, obrigações ou compromissos para a Fundação, ouvido previamente o MINISTÉRIO PÚBLICO no caso de negócio que exorbite a administração ordinária; IX - decidir sobre as matérias ou casos omissos, no interesse da Fundação e consecução dos seus fins, não previstos neste Estatuto; X - julgar em grau de recurso administrativo, penalidades impostas aos colaboradores. Art. 25. O Conselho Curador se reunirá ordinariamente uma vez por ano, devendo as deliberações tomadas serem registradas em atas, quando convocado pelo seu Presidente, seu substituto legal ou, ainda, por no mínimo 1/3 de seus membros, para: I - examinar e aprovar, por proposta do Conselho Diretor, o orçamento anual ou plurianual, com a previsão discriminada das receitas e autorização de despesas, e, o programa de atividades anual ou plurianual, ouvido previamente o Conselho Fiscal; II - examinar e aprovar, por proposta do Conselho Diretor, a prestação de contas e balanço, e os relatórios circunstanciados das atividades da Fundação, até o terceiro mês após o término do exercício fiscal, ouvido previamente o Conselho Fiscal, a serem encaminhados ao MINISTÉRIO PÚBLICO. Art. 26. O Conselho Curador reunir-se-á, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente da Fundação, devendo as deliberações tomadas serem registradas em atas. - CONSELHO DIRETOR - Art. 27. O Conselho Diretor é o órgão executivo da FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV, constituído por três (03) membros a saber: I - Presidente; II - Secretário; e, III - Tesoureiro. Art. 28. Compete ao Conselho Diretor: I - cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Curador; II - elaborar e executar os programas e projetos relativos às atividades anual ou plurianual; o orçamento anual ou plurianual, com previsão discriminada das receitas e despesas, as demonstrações financeiras para o exercício seguinte; III - elaborar e apresentar ao Conselho Curador, anualmente, dentro do prazo de três (03) meses seguintes ao término do exercício fiscal, a prestação de contas e balanços, bem como os relatórios circunstanciados do balanço econômico-financeira, das atividades e situação da fundação no respectivo exercício, nos termos da Resolução da Procuradoria de Justiça do Estado de MS; IV - admitir e demitir funcionários, celebrar contratos, acordos, convênios e outros atos imprescindíveis à manutenção das atividades e de interesse da Fundação; V - elaborar os regimentos internos dos Departamentos da Fundação; VI - quando publicar as demonstrações financeiras, fazer constar a indicação de sua aprovação pelo MINISTÉRIO PÚBLICO, ou as ressalvas que pendem de aprovação. Art. 29. Compete ao Presidente: I - convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor com direito a voto e as do Conselho Curador sem direito a voto; II - cumprir e fazer este Estatuto e demais Regimentos Internos; III - representar a Fundação judicial e extra judicialmente, podendo constituir mandatários, outorgando-lhes poderes específicos; IV - administrar e supervisionar todas as atividades da Fundação; V - assinar quaisquer documentos e praticar demais atos compreendidos como necessários na administração, de acordo com as regras legais e regulamentares. Art. 30. Compete ao Secretário: I - substituir o Presidente nas suas ausências ou impedimentos; II - elaborar e encaminhar às autoridades competentes, especialmente ao MINISTÉRIO PÚBLICO, a prestação de contas, balanços, demonstrações financeiras, relatórios circunstanciados e documentação pertinentes, nos termos da Resolução da Procuradoria de Justiça do Estado de MS; III - comunicar ao MINISTÉRIO PÚBLICO, dentro do prazo de trinta dias, alteração de dados cadastrais; IV - publicar todas as notícias das atividades da Fundação; V - colaborar com o Presidente na direção e execução de todas as atividades da Fundação. Art. 31. Compete ao Tesoureiro: I - colaborar com o Presidente na direção e execução de todas as atividades da Fundação; II - arrecadar e contabilizar as contribuições, doações, rendas e demais receitas,



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



4º SERVIÇO NOTARIAL

Av. Afonso Pena, 1897

Fones: (0\*\*67) 784-1363 e 784-6469

Campo Grande - MS

TABELIONATO E OFICIAL DO  
REGISTRO DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS

CARLOS ROBERTO ROLIM

4º Tabelião

CARLOS ALBERTO PEREIRA ANDRINO

Tabelião Substituto

NILTON FERNANDES

JOEL SOARES

Auxiliares Judiciários

285

103

mantendo em dia a escrituração; III - apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que solicitado; IV - apresentar semestralmente o balanço patrimonial financeiro ao Conselho Fiscal; V - preparar e apresentar ao Conselho Curador e Fiscal, a proposta do orçamento anual ou plurianual, com a previsão discriminada das receitas e autorização de despesas, e, o programa de atividades anual ou plurianual; VI - preparar e apresentar ao Conselho Curador, a prestação de contas e balanço, e os relatórios circunstanciados das atividades, até o terceiro mês após o término do exercício fiscal, ouvindo previamente o Conselho Fiscal, e encaminhar ao MINISTÉRIO PÚBLICO; VII - efetuar os pagamentos de todas as obrigações da Fundação; VIII - acompanhar e supervisionar os trabalhos de contabilidade, das obrigações fiscais e trabalhistas; IX - assinar em conjunto com o Presidente, todos os cheques da Fundação; X - conservar sob sua guarda e responsabilidade todos os documentos relativos à tesouraria; XI - publicar anualmente a demonstração das receitas e despesas realizadas no exercício fiscal. Art. 32. O Conselho Diretor reunir-se-á, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, devendo as deliberações tomadas serem registradas em atas. - CONSELHO FISCAL - Art. 33. O Conselho Fiscal é órgão fiscalizador, será composto por três (03) titulares e por seus respectivos suplentes, eleitos pelo Conselho Curador. Art. 34. Compete ao Conselho Fiscal: I - examinar os documentos e livros de escrituração da Fundação; II - opinar sobre o relatório anual circunstanciado, pertinente às atividades da Fundação e sua situação econômica, financeira e contábil, fazendo constar do seu parecer informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação do Conselho Curador; III - opinar sobre o orçamento anual ou plurianual da Fundação e, ainda, sobre programas ou projetos relativos às atividades da Entidade, sob os aspectos da viabilidade econômico-financeira; IV - denunciar ao Conselho Curador e ao MINISTÉRIO PÚBLICO, os erros, fraudes ou crimes que descobrir, sugerindo providências úteis à regularização da Fundação; V - examinar e emitir parecer sobre o balanço semestral apresentado pelo Conselho Diretor, opinando a respeito; VI - opinar sobre a realização de despesas extraordinárias, aquelas não previstas em orçamento; VII - solicitar a contratação de auditor externo da Fundação a apuração de fatos específicos ou esclarecimentos e informações para melhor desempenho das suas atribuições. § 1º - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma (01) vezes ao ano e, extraordinariamente, sempre que necessário. § 2º - No exercício de suas atribuições, os integrantes do Conselho Fiscal terão acesso aos lançamentos contábeis, atas de reuniões e documentos da Fundação. - DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO - Art. 35. O Conselho de Programação é um órgão administrativo auxiliar ao Conselho Diretor, presidido pelo Presidente da Fundação, composto por três (03) titulares e por seus respectivos suplentes, com conhecimentos técnicos básicos, para desenvolver tarefas específicas sobre programações de radiodifusão. Art. 36. Compete ao Conselho de Programação: I - colaborar com o Conselho Diretor na direção e execução de todas as atividades de radiodifusão da Fundação; II - elaborar e executar as diretrizes gerais para a grade de programação a ser veiculada pela emissora, obedecendo à legislação específica; II - examinar, avaliar e aprovar a programação do setor encarregado da produção; e, III - selecionar a programação de outros centros de produção para veicular nas Emissoras da Fundação. § 1º - O Conselho de Programação reunir-se-á, ordinariamente, uma (01) vezes ao ano e, extraordinariamente, sempre que o Conselho Curador e Diretor solicitar. § 2º - No exercício de suas atribuições, todas as deliberações serão lavradas em atas de reunião. - Capítulo IV - DAS ATIVIDADES DE RADIODIFUSÃO - Art. 37. Toda a programação estabelecida pelo Conselho de Programação obedecerá às determinações do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA e DO MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO, sendo submetida à prévia aprovação do órgão que os representam, e, nas transmissões de TVs educativas, a programação comunitária a ser inserida deverá obedecer aos critérios e diretrizes firmados no Contrato de retransmissão da Geradora. Art. 38. A FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV não





poderá executar serviços, nem deter concessões ou permissões de radiodifusão sonora no País, além dos limites previstos pelo Artigo 12 do Decreto-Lei 236, de 28.02.67. Art. 39. A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV** usará em suas emissoras o nome fantasia: **CULTURA E VIDA**. Art. 40. A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV** manterá à disposição do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA a programação produzida, para fins de veiculação em emissoras educativas da Federação. Art. 41. A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV** não poderá utilizar as emissoras de rádio, televisão ou sua editora para fins político-partidários, nem para difusão de ideias que incentivem preconceitos de qualquer espécie. Art. 42. A qualquer tempo, a **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV** poderá: I - promover convênios, acordos e contratos permitindo os estabelecimentos de ensino superior do Município e dos Municípios limitados pelo alcance da emissora, participarem nas programações; e, II - autorizar que sua programação de acervo seja veiculada gratuitamente por outras emissoras educativas. Art. 43. A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV** deverá: I - participar do sistema nacional de radiodifusão educativa; II - reunir a participação em seu Conselho de Programação de pelo menos, 20% (vinte por cento) dos estabelecimentos de ensino superior do Município e nos Municípios limitados ao alcance da emissora; e, III - reservar 20% (vinte por cento) do tempo total da programação para veiculação de programas produzidos, fornecidos ou orientados pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Parágrafo Único. A alteração da grade de programação das emissoras somente poderão ser feitas mediante autorização do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA ou pelo Órgão que o representa. Art. 44. Para a realização dos objetivos e finalidades, a **FUNDAÇÃO ...** poderá firmar convênios ou contratos com órgãos públicos e privados, entidades governamental e não governamental, nacional e internacional. - Capítulo V - Do Patrimônio e das Receitas - Art. 45. O patrimônio da **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV** é constituído de todos os bens indicados na escritura pública de constituição e pelos que ela vier a possuir sob as formas de doações, legados e aquisições, livres e desembaraçados de ônus. Parágrafo Primeiro. As doações e legados com encargos somente serão aceitos após a autorização do Conselho Curador e da Curadoria de Fundações do Ministério Público. Parágrafo Segundo. A contratação de empréstimos financeiros, em bancos ou particulares, o percentual acima de trinta por cento (30%) sobre o orçamento anual da fundação, bem como a gravação de ônus sobre imóveis, dependerá de prévia aprovação do Conselho Curador e do Ministério Público. Parágrafo Terceiro. A alienação ou permuta de bens, seja para aquisição de outros mais rendosos ou mais adequados, deverão ter prévia autorização do Conselho Curador e do Ministério Público. Art. 46. Constituem receitas da **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV**: I - contribuições periódicas ou eventuais de pessoas físicas ou jurídicas; II - rendas resultantes da prestação de serviços e dos imóveis que possuir; III - contribuições, subvenções e auxílios de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras; IV - rendas em seu favor constituídas por terceiros; V - doações ou legados; VI - dotações ou subvenções, da União, dos Estados e Municípios ou através de Órgãos Públicos da Administração Direta e Indireta; VII - produtos de operações de crédito, internas ou externas, para financiamento de suas atividades; VIII - rendimentos decorrentes de títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade; IX - usufrutos que lhe forem conferidos; e, X - juros bancários e outras receitas de capital. Art. 47. O patrimônio e as rendas da **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV** somente poderão ser utilizados para a manutenção de seus objetivos e finalidades, aplicados integralmente no território nacional. - Capítulo VI - REGIME ORÇAMENTÁRIO E CONTÁBIL, EXERCÍCIO FINANCEIRO E CONTROLE - Art. 48. O exercício fiscal da Fundação coincidirá com o ano civil. Art. 49. A Fundação levantará balanços gerais e procederá à apuração de resultados em 31 de dezembro de cada exercício. Art. 50. A Fundação terá orçamento anual ou plurianual, com a previsão discriminada das receitas e autorização das despesas. A realização de despesas extraordinárias



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



4º SERVIÇO NOTARIAL  
Av. Afonso Pena, 1897  
Fones: (0\*\*67) 784-1363 e 784-6469  
Campo Grande - MS  
TABELIONATO E OFICIAL DO  
REGISTRO DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS

CARLOS ROBERTO ROLIM

4º Tabelião

CARLOS ALBERTO PEREIRA ANDRINO

Tabelião Substituto

NILTON FERNANDES

JOEL SOARES

Assessores Judiciais

265

194

discriminada das receitas e autorização da despesa, a realização de despesas extraordinárias dependerá de autorização do Conselho Curador, do Conselho Fiscal, ou, sendo para atender a necessidade premente, de aprovação posterior daqueles órgãos. Art. 51. A Fundação só poderá manter em caixa o numerário estritamente necessário à realização de pagamentos imediatos, bem como conservar, em conta bancária, as importâncias destinadas ao cumprimento das obrigações a curto prazo. Art. 52. As demais disponibilidades financeiras deverão ser aplicadas em investimentos que se revistam de segurança, rentabilidade e liquidez. Art. 53. A escrituração deverá abranger todas operações e as receitas e despesas deverão ser contabilizadas com base no regime de competência. Quando for o caso, a receita oriunda de investimentos ou os débitos decorrentes de empréstimos deverão ser contabilizados, mensalmente, distinguindo-se a amortização do crédito ou débito. Art. 54. O controle interno exercido pelo Conselho Curador e pelo Conselho Fiscal, bem como as auditorias externas, deverão abranger os aspectos administrativos, funcionais, econômico-financeiros e contábeis, e consistirão na auditoria física, na auditoria de livros e no relatório de resultado. Art. 55. A prestação de contas para apresentar junto ao MINISTÉRIO PÚBLICO, será efetivada dentro do prazo de até três (03) meses seguintes ao término do exercício fiscal, salvo prorrogação de prazo por motivos justificados, observando-se internamente os seguintes prazos: I - o Conselho Diretor terá o prazo de um (01) mês para fechar a prestação de contas e encaminhar ao Conselho Fiscal todos os elementos e documentação pertinentes; II - o Conselho Fiscal terá o prazo de um (01) mês para examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas; III - o Conselho Diretor de posse do parecer do Conselho Fiscal encaminhará imediatamente ao Conselho Curador, que terá o prazo de um (01) mês para decidir sobre a matéria. Art. 56. A alienação, oneração, arrendamento ou permuta de qualquer dos bens integrantes do patrimônio da Fundação somente poderá ser efetivada, após anuência do MINISTÉRIO PÚBLICO, desde que se revelar útil ou necessário à consecução dos objetivos da Fundação, condicionada à consecução dos objetivos da Fundação e à aprovação dos órgãos de administração competentes, com maioria absoluta dos votos favoráveis à operação. Art. 57. Para alteração do presente Estatuto, exige-se: I - que seja deliberada pela maioria absoluta dos integrantes do Conselho Curador e do Conselho Diretor, em sessão conjunta especialmente convocada para deliberar sobre a matéria; II - que a reforma não contrarie os fins da Fundação; III - que seja formalizada por escritura pública; IV - que seja aprovada, previamente, pelo MINISTÉRIO PÚBLICO, e se propor mudanças referente a radiodifusão, necessariamente aprovação do MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. - Capítulo VII - DA EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO - Art. 58. A Fundação só será extinta ou mesma incorporada a outra instituição pública ou privada, nos casos previstos em Lei e desde que comprovada a impossibilidade de realização dos seus fins com autonomia, devendo o respectivo ato ser aprovado por 2/3 (dois terços) dos integrantes do Conselho Curador e Conselho Diretor, em sessão conjunta especialmente convocada para deliberar sobre essa proposição, ouvido previamente o MINISTÉRIO PÚBLICO. Art. 59. No caso de dissolução e extinção, o patrimônio remanescente será destinado a outra entidade registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, ou entidade pública, de fins idênticos ou semelhantes, a critério da Fundação e previa aprovação do MINISTÉRIO PÚBLICO, sendo que o acervo patrimonial não poderá ser desmembrado. Parágrafo Único. A dissolução poderá ser feita administrativa ou judicialmente. - Capítulo VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Art. 60. Os funcionários da Fundação obedecerão o regime da Consolidação das Leis do Trabalho; a prestação de serviços de natureza eventual ou voluntária, obedecerá as normas pertinentes. Parágrafo Único. Para a execução de tarefas de natureza técnica, o Presidente da Fundação poderá contratar pessoas jurídicas ou pessoas físicas, observados os preceitos da legislação civil e respeitando as limitações orçamentárias. Art. 61. Os casos omissos neste Estatuto serão decididos pelo Conselho Curador, podendo o Conselho Diretor,



no caso de urgência, decidir sobre a matéria *ad referendum* do Conselho Curador, respeitados em qualquer hipótese os preceitos legais e regulamentares e os princípios inerentes à matéria fundacional. Art. 62. É vedada à **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV**, a qualquer tempo, sob qualquer título, remessa de valores ao exterior. As suas rendas, recursos e eventual resultado financeiros, deverão ser integralmente aplicados na manutenção e desenvolvimento dos objetivos e finalidades institucional, no território nacional. Art. 63. A **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV** poderá convidar, a qualquer tempo, o **MINISTÉRIO PÚBLICO** para acompanhar suas atividades ou reuniões, com antecedência de quarenta e oito horas. Art. 64. Os atuais mandatos ficam prorrogados até a posse dos eleitos conforme o estabelecido no Parágrafo Único, do artigo anterior. Art. 65. O **MINISTÉRIO PÚBLICO** poderá requisitar a **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV**, à expensa desta, a realização de auditoria externa, quando considerar idôneos, incompletos ou imprecisos os dados da prestação de contas anual. Art. 66. O **MINISTÉRIO PÚBLICO** poderá determinar intervenção administrativa ou requerê-la judicialmente com a nomeação de administradores provisórios, em caso de comprovada transgressão grave deste Estatuto ou da legislação, pelos integrantes da **FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - FCV**. - Capítulo IX - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS - Art. 67. O Presidente Instituidor da Fundação, para alcançar maior estabilidade administrativa e financeira, no prazo de trinta (30) dias após a aprovação deste Estatuto pelo Ministério Público, fica o responsável em providenciar o registro definitivo do Estatuto em Cartório. Parágrafo Único. No mesmo prazo, o Presidente convocará eleições gerais para o preenchimento de todos os cargos definidos neste Estatuto. Art. 68. O presente Estatuto entra em vigor na data do seu registro em Cartório, após prévia aprovação pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO**. E, de como assinou e disse, do que dou fé, me pediram que lavrasse a presente, a qual feita e lida sendo lida, a achou conforme, outorgou, aceitou e assinou. Eu, **CARLOS ROBERTO ROLIM**, Tabelião, a fiz digitalizar e encerro o presente ato, colho a assinatura do Instituidor. NADA MAIS. Eu, \_\_\_\_\_ Tabelião a subscrevi, dou fé e assino em público e raso.

Em testº " \_\_\_\_\_ " da verdade.

O QUARTO TABELIÃO

  
P/HUGO CESAR VILLAR DE JESUS

  
P/GEORGE BRASIL DOS PASSOS

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Wilson Fernandes  
CAMPO GRANDE MS

SELO DIGITAL Nº

AFX 30086080

O selo digital poderá ser conferido no seguinte endereço:  
[http://www.tms.ms.br/corregedoria/selos/pesquisa\\_selo.php](http://www.tms.ms.br/corregedoria/selos/pesquisa_selo.php)

Cartório 4º Ofício de Notas e Oficial do  
Registro de Títulos e Documentos e Registro  
Civil das Pessoas Jurídicas de Campo Grande - MS

CERTIDÃO

Certifico que esta fotocópia é reprodução  
fiel da escritura pública inscrita no Livro nº \_\_\_\_\_  
às fls. 191/192, e tem  
valor de Certidão.

Dou fé.

Campo Grande MS, \_\_\_\_\_



**ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR DA  
FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA - 2015**

Aos OITO dias do mês de JANEIRO do ano de DOIS MIL E QUINZE, às 16hs, reuniram-se legalmente em primeira convocação na sede da Fundação Cultura e Vida, na Rua Uirapuru, 1154, conjunto habitacional E, Taquaral Bosque, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, sob a presidência da Sra. Carmem Evanir Alves Chamorro, os integrantes do Conselho Curador, em atendimento ao instrumento convocatório, para deliberarem sobre a ordem do dia: **I - Aprovação de novos integrantes; II - Eleição e composição dos Conselhos Curador, Diretor, Fiscal e de Programação.** Formada a mesa dos trabalhos, a Sra. Presidente abriu a sessão e por sua vez convidou a mim Rosimar Ávila Toneti, para secretariar os trabalhos da reunião. A Sra. Rosimar Ávila Toneti informou que por questões de foro íntimo a Sra. Julia Barbier Lopes Barros, a Sra. Katiane Pereira Lopes Areco, o Sr. Edmilson de Freitas Muchon e o Sr. Edson Areco não compareceram à reunião, justificando, assim, suas ausências. Repassando a palavra à Sra. Presidente, esta pediu que fosse lido o nome dos candidatos que integrariam a Fundação. Após deliberação foram aprovados por unanimidade os seguintes nomes: Roseli Pereira de Souza Mattos, brasileira, casada, auxiliar administrativa, portadora da CI nº 674.017 SSP/MS e inscrita no CPF/MF sob o nº 562.777.841-53, residente e domiciliada na Rua Pindaíba 372, B Silvia Regina, Campo Grande / MS; CEP: 79103-461; Gabriel Augustó Freitas da Silva, brasileiro, solteiro, auxiliar administrativo, portador da CI nº 2.039.385 SSP/MS e inscrito no CPF/MF sob o nº 056.941.491-14, residente e domiciliado na Rua Izabel Borges de Figueiredo, 156 B Parati, Campo Grande / MS; CEP: 79081-500; João Luis da Silva Souza, brasileiro, casado, assessor jurídico, portador da CI nº 1.644.223 SSP/MS e inscrito no CPF/MF sob o nº 026.377.281-08, residente e domiciliado na R São Luiz de Cáceres, 341, B Jd Futurista, Campo Grande / MS; CEP: 79036-040; e Diogo Candido Medeiros, brasileiro, solteiro, auxiliar de serviços gerais, portador da CI nº 1.782.683 SSP/MS e inscrito no CPF/MF sob o nº 039.505.291-28, residente e domiciliado na Rua Florisvaldo Vargas, QD 20 Lote 24 numero 205, Campo Grande / MS; CEP: 79042-714. Em ato contínuo todos os nomes acima relacionando foram aprovados unanimemente passando, assim, a integrarem a Fundação Cultura e Vida. Prosseguindo, Sra. Carmem Evanir Alves Chamorro, Presidente do Conselho Curador, informou que está disposta a dar continuidade aos trabalhos até então desenvolvidos à frente da Fundação, como Presidente deste Conselho. Assim, passou-se para o último item da pauta, qual seja, eleição e composição dos Conselhos da Fundação. Iniciada e concluída a eleição os Conselhos foram definidos da seguinte forma:

**Conselho Curador (mandato de 08.01.2015 a 07.01.2018)**

Cargo	Nome e qualificação
Presidente do Conselho Curador	Carmem Evanir Alves Chamorro, brasileira, casada, CI nº 1.119.111 SSP/MS e CPF/MF nº 728.374.031-72, residente e domiciliado Rua Mario Carrato, 622; CEP: 79040-830.
Conselheiro	Aminadab Jose dos Santos, brasileiro, casado, CI nº 1.577.214 SSP/GO e o CPF/MF sob o nº 365.943.001.30, residente e



	domiciliado à Rua Dr. Jivago, nº 214, Bairro Bosque de Avilan; CEP 79.012-510.
Conselheiro	Pedro Jordão Neto, brasileiro, casado, CI n.º 19.938 CREA/MG e CPF/MF n.º 352.088.216-72, residente e domiciliado na Rua Ortosia, 72, B Coopharadio; CEP 79052-160.
Conselheira	Rosimar Ávila Toneti, brasileira, casada, CI n.º 517.660 SSP/MS e CPF/MF n.º 595.965.541-15, residente e domiciliada na Rua Taioba, 572, Cidade Jardim; CEP: 79040-640.

**Conselho Diretor** (mandato de 08.01.2015 a 07.01.2018)

Cargo	Nome e qualificação
Diretor-Presidente	Antonio Toneti, brasileiro, casado, CI n.º 292.860 SSP/MS e CPF/MF n.º 313.306.571-87, residente e domiciliada na Rua Taioba, 572, Cidade Jardim; CEP: 79040-640.
Tesoureiro	Ricardo Pires Gripp, brasileiro, casado, CI n.º 625.515 SSP/MS e CPF/MF n.º 367.431.781-87, residente e domiciliado na Rua Guiratinga,, 578 Vila Paumira; CEP: 79112-320.
Secretário	Max Leite Chamorro, brasileiro, casado, CI n.º 684.572/SSP/MS e CPF/MF n.º 562.483.931-68, residente e domiciliado Rua Mario Carrato, 622; CEP: 79040-830.

**Conselho Fiscal** (mandato de 08.01.2015 a 07.01.2018)

Cargo	Nome e qualificação
Analista Fiscal	Roseli Pereira de Souza Mattos, brasileira, casada, portadora da CI n.º 674.017 SSP/MS e inscrita no CPF/MF sob o n.º 562.777.841-53, residente e domiciliada na Rua Pindaíba 372, B Silvia Regina, Campo Grande / MS; CEP: 79103-561.
Analista Fiscal	Gabriel Augusto Freitas da Silva, brasileiro, solteiro, portador da CI n.º 2.039.385 SSP/MS e inscrito no CPF/MF sob o n.º 056.941.491-14, residente e domiciliado na Rua Izabel Borges de Figueiredo, 156 B Parati, Campo Grande / MS; CEP: 79081-500.
Analista Fiscal	João Luis da Silva Souza, brasileiro, casado, portador da CI n.º 1.644.223 SSP/MS e inscrito no CPF/MF sob o n.º 026.377.281-08, residente e domiciliado na R São Luiz de Cáceres, 341, B Jd Futurista, Campo Grande / MS; CEP: 79036-040

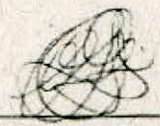
**Conselho de Programação** (mandato de 08.01.2015 a 07.01.2018)

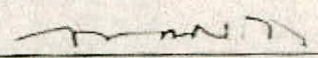
Cargo	Nome e qualificação
Analista de Programação	Diogo Candido Medeiros, brasileiro, solteiro, portador da CI n.º 1.782.683 SSP/MS e inscrito no CPF/MF sob o n.º 039.505.291-28, residente e domiciliado na Rua Florisvaldo Vargas, QD 20 Lote 24 numero 205, Campo Grande / MS; CEP: 79042-714.



Analista Programação	de	Heloísa Nalesso Jordão, brasileira, casada, CI n.º M 732.886 SSP/MG e CPF/MF n.º 431.693.506-25, residente e domiciliado na Rua Ortosia, 72, B Coopharadio; CEP 79052-160.
Analista Programação	de	Sandra Aparecida Barbosa dos Santos, brasileira, casada, CI n.º 9.924.4321 SSP/PR e CPF/MF sob o n.º 403.531.681.49; Rua Dr. Jivago, n.º 214, Bairro Bosque de Avilan; CEP 79.012-510.

A eleição foi ratificada pela unanimidade e todos foram empossados imediatamente em seus respectivos cargos pela Sra. Presidente; assumindo imediatamente suas funções. Assim, a Presidente do Conselho Curador, Sra. Carmem Evanir Alves Chamorro renovou os votos de confiança e como nenhum dos presentes quis fazer o uso da palavra, e nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, passado o tempo suficiente, foi lavrada esta ata que, lida aos presentes, foi aprovada por unanimidade, e segue assinada por mim, secretária, pela Presidente da mesa, e demais presentes.

  
Carmem Evanir Alves Chamorro

  
Aminadab Jose dos Santos


  
Pedro Jordão Neto


  
Rosimar Avila Toneti

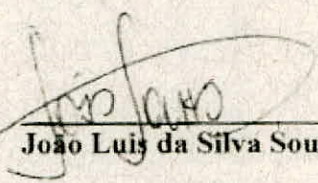
  
Antonio Toneti

  
Ricardo Pires Gripp

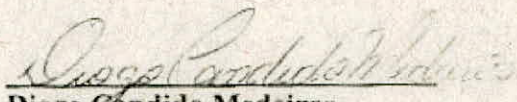
  
Max Leite Chamorro

  
Roseli Pereira de Souza Mattos

  
Gabriel Augusto Freitas da Silva

  
João Luis da Silva Souza

  
Heloísa Nalesso Jordão

  
Diogo Candido Medeiros

  
Sandra Aparecida Barbosa dos Santos



BOA TARDE  
GABRIELA DE REZENDE RAMOS BARROSSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 03.923.421/0001-82

FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANTONIO TONETI	313.306.571-87	FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA	03.923.421/0001-82	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	SC	Florianópolis
MAX LEITE CHAMORRO	562.483.931-68	FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA	03.923.421/0001-82	Diretor (DIRETOR SECRETARIO)	0	--	--	FM	--	SC	Florianópolis
RICARDO PIRES GRIPP	367.431.781-87	FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA	03.923.421/0001-82	Diretor (DIRETOR TESOUREIRO)	0	--	--	FM	--	SC	Florianópolis

Usuário: gabrielar.mc - GABRIELA DE REZENDE RAMOS BARROS

Data: 22/02/2016

Hora: 14:57:18



BOA TARDE  
GABRIELA DE REZENDE RAMOS BARROSSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 313.306.571-87

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANTONIO TONETI	313.306.571-87	FUNDACAO CULTURA E VIDA	03.923.421/0001-82	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	SC	Florianópolis

Usuário: gabrielar.mc - GABRIELA DE REZENDE RAMOS BARROS

Data: 22/02/2016

Hora: 14:57:52



BOA TARDE  
GABRIELA DE REZENDE RAMOS BARROSSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 562.483.931-68

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MAX LEITE CHAMORRO	562.483.931-68	FUNDACAO CULTURA E VIDA	03.923.421/0001-82	Diretor (DIRETOR SECRETARIO)	0	--	--	FM	--	SC	Florianópolis

Usuário: gabrielar.mc - GABRIELA DE REZENDE RAMOS BARROS

Data: 22/02/2016

Hora: 14:58:04



BOA TARDE  
GABRIELA DE REZENDE RAMOS BARROSSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 367.431.781-87

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RICARDO PIRES GRIPP	367.431.781-87	FUNDACAO CULTURA E VIDA	03.923.421/0001-82	Diretor (DIRETOR TESOUREIRO)	0	--	--	FM	--	SC	Florianópolis

Usuário: gabrielar.mc - GABRIELA DE REZENDE RAMOS BARROS

Data: 22/02/2016

Hora: 14:58:17



# CHECKLIST

## Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada

### Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos

Processo nº 53000.056902/2013-90

Interessado: FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA

CNPJ: 03.923.421/0001-82

Localidade: Florianópolis/SC

Serviço: Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos - FME

Tecnologia Digital? ( ) Sim (x) Não

Canal: 206 E

Período: 03/02/2014 a 03/02/2024

Pedido apresentado até 03 meses antes do vencimento da outorga? SIM

REQUISITOS	SIM	NÃO	Não se Aplica	OBSERVAÇÕES/FL(s).
<b>Em cumprimento ao disposto nos artigos 33 a 37 do Capítulo VI da Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015 (DOU de 21 de setembro de 2015), a interessada apresentou em conformidade com o Anexo VI:</b>				
<p>a) requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, contendo as declarações nos moldes do anexo VI?</p> <p><i>a) a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento;</i></p> <p><i>b) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada;</i></p> <p><i>c) a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;</i></p> <p><i>d) os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas "e", "g", "h", "j", "l", "n", "o" e "p" da Lei Complementar nº 64/1990 - Lei da Ficha Limpa.</i></p> <p><i>e) nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.</i></p>	x			02/03 - Processo nº
b) estatuto social atualizado e registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas devidamente aprovado pelo Ministério Público?	x			17/24 -



c) ata de eleição da diretoria em exercício registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas?	x			25/27 - Processo 33/36 - Processo nº 53900.065199/2015- 29
d) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos de <b>todos</b> dirigentes da entidade?	x			04/06 -
e) instrumento contratual (contrato, convênio, termo de parceria, etc.) que comprove a vinculação de fundação de natureza privada com instituição de ensino ou com o Município onde o serviço é executado?	x			07/14 - 11/18 - Processo nº 53900.065199/2015- 29
f) contrato de permissão ou concessão da entidade?		x		Entidade não possui contrato.
g) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ da entidade?	x			Em anexo
h) relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga?				
i) comprovante de que a entidade não excede os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967?	x			Em anexo
f) comprovante de regularidade com o FISTEL?	x			49; em anexo
g) prova de regularidade relativa ao INSS?	x			51; em anexo
h) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS?	x			52; em anexo
i) certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal?	x			53

#### DOCUMENTOS PARA CONTRATO

REQUISITOS	SIM	NÃO	Não se Aplica	OBSERVAÇÕES/FL(s).
a) cópia autenticada do documento de identidade e do CPF do diretor que irá assinar o contrato, ou do procurador (se for o caso)?	x			16 -
b) ato de nomeação do representante legal ou ata de eleição da diretoria em exercício?	x			33/36 - Processo nº 53900.065199/2015-



<p>c) original ou cópia autenticada do instrumento público ou particular de mandato, com poderes específicos para assinatura do contrato, no caso de procurador?</p> <p><b>Obs.: Nesse caso será necessária a apresentação da ata de eleição ou do ato de nomeação com o fim de comprovar o poder de outorga do dirigente que conferiu os poderes para assinatura do contrato, nos termos do §2º do art. 31 da Portaria 4335/2015.</b></p>	x			<p>29</p> <p>15 -</p>
--	---	--	--	-----------------------

A documentação apresentada pela entidade requerente atende ao disposto na legislação regulamentar vigente?  
(x) Sim ( ) Não



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela de Rezende Ramos Barros, Técnico de Nível Superior**, em 22/02/2016, às 15:15, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0980407** e o código CRC **2FB936B3**.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

**NOTA TÉCNICA Nº 3491/2016/SEI-MC**

Referência: **Processo nº 53000.056902/2013-90**

Assunto: **Renovação de Outorga - Deferimento.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, CNPJ nº 03.923.421/0001-82, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Florianópolis/SC, referente ao(s) seguinte(s) período(s): 03/02/2014 a 03/02/2024.

**ANÁLISE**

2. Preliminarmente, cumpre informar que o requerimento de que trata o parágrafo 1 fora analisado nos termos da Nota Técnica nº 26376/2015/SEI-MC (0844325) que concluiu pelo envio do Ofício nº 39022/2015/SEI-MC à Entidade, com vistas à completa instrução processual, o qual restou cumprido por meio do protocolo nº 53900.009998/2016-04, com apresentação da documentação exigida.

3. Registra-se que a instrução dos autos foi promovida com base no Decreto nº 88.066/83 c/c a Portaria nº 329 de 04/07/2012 e/ou Portaria nº 4.335 de 17/09/2015 que dispõem sobre os procedimentos e critérios para a renovação de outorgas de serviços de radiodifusão.

4. Neste sentido, é de se verificar que os requisitos exigidos pela legislação encontram-se devidamente cumpridos, a saber:

4.1. Quanto ao relatório de apurações de infrações, referente ao período de vigência da outorga, de acordo com pesquisa realizada no dia 25/11/2015 ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD (0847561), verificou-se a ausência de penalidades de cassação aplicadas pelo Ministério das Comunicações. Assim, por presunção, inexistindo tais penalidades, não há que obste o preenchimento deste requisito.

4.2. Quanto ao comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ e demais documentos exigidos pelo Anexo VI da Portaria nº 4335/2015, de acordo com a Lista de Verificação de Documentos (0980407), constata-se a regular instrução do feito.

4.3. Em relação ao convênio/instrumento contratual referido no art. 31 do Decreto nº 52.795/63, preenchidos os requisitos exigidos pela Portaria nº 4335/2015, informa-se que segue em anexo a minuta de Contrato a ser assinado pela interessada e o Ministério das Comunicações com vistas à formalização da correspondente outorga.

5. Ademais, superada a demonstração de preenchimento de todos os requisitos, é importante informar que o quadro diretivo da entidade encontra-se regular, pois coaduna com o conhecido/aprovado por esta Pasta, bem como os limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67, estão sendo respeitados, conforme se extrai da consulta realizada ao SIACCO (0980574) em 22/02/2016.

6. Assim, preenchidos todos os requisitos, se entende possível a remessa dos autos à Conjur para verificação da regularidade dos atos a serem submetidos ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, a quem compete a decisão sobre o pedido, em se tratando de renovação das permissões de serviços de radiodifusão sonora, nos termos do § 2º do art. 113 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

7. É de se lembrar que tal decisão, conforme estabelece o artigo 223 da Constituição Federal, deve ser ratificada pelo Congresso Nacional.

**CONCLUSÃO**

8. Diante do exposto, opina-se pelo deferimento do pedido de renovação de outorga e remessa dos autos à Conjur para verificação da regularidade das minutas ora apresentadas, com posterior remessa ao Ministro de Estado das Comunicações, para apreciação e envio dos autos à Presidência da República para deliberação, e, em seguida, submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento aos ditames da Constituição da República.

À consideração superior.

**MINUTA DE PORTARIA DO MINISTRO**

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no artigo 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.056902/2013-90, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 03/02/2014, a permissão outorgada à FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, serviço esse outorgado meio da Portaria nº 872, de 04 de junho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 03 de fevereiro de 2004.

Art. 2º A execução do Serviço de Radiodifusão, cuja Permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.



Federal. Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRÉ FIGUEIREDO**  
Ministro de Estado das Comunicações

#### MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVO

EM nº / /MC

Brasília, de de

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.056902/2013-90, acompanhado de Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 03/02/2014, a permissão outorgada à FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o artigo 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**ANDRÉ FIGUEIREDO**  
Ministro de Estado das Comunicações

ANEXO À EM Nº /MC, DE DE DE 201\_.

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências.

Ex.: Encaminhamento de processo para renovação de outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta.

Ex.: Necessidade de encaminhamento do processo para publicação da Portaria Ministerial de renovação de outorga da permissão, bem como do correspondente Decreto Legislativo de ratificação pelo Congresso Nacional.

3. Alternativas existentes às medidas propostas:

Ex.: Não há.

4. Custos.

Ex.: Não há.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência).

Ex.: Não se aplica.

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).



Ex.: Não há.

7. Alterações propostas (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Texto atual	Texto Proposto
Ex.: Não se aplica.	

8. Síntese do parecer do órgão jurídico.

Ex.: Renovação de outorga da permissão para exploração de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educacional, referente à localidade de Florianópolis, no estado de Santa Catarina: viabilidade jurídica. Considerando a regularidade dos documentos e a inexistência de impedimentos concernentes à renovação de outorga, conclui-se que o processo está apto a ser submetido ao Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações para assinatura..

#### MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PERMISSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS, NA LOCALIDADE DE FLORIANÓPOLIS/SC.

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano dois mil e dezesseis, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, André Figueiredo, e a FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, CNPJ nº 03.923.421/0001-82, representada pelo seu Procurador, Sr. Fabio Rosa, CI nº 2847509 SSP/DF, CPF/MF nº 921.144.669-49, assinam o presente Contrato de Permissão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade pela Portaria nº 872, de 04 de junho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 03 de fevereiro de 2004, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 88, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 03 de fevereiro de 2004, para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Florianópolis/SC, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª.** Fica assegurado à FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA o direito de executar, sem exclusividade, na localidade de Florianópolis/SC, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

**Cláusula 2ª.** A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir de 03/02/2014.

**Cláusula 3ª.** A permissionária é obrigada a:

- publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência e administração;
- ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir a outorga;
- observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;



- i) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- j) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;
- k) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;
- l) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;
- m) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente.

**Cláusula 4ª.** Na organização da programação, a entidade deverá:

- a) subordinar os programas de informação e divertimento às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;
- b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;
- c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;
- d) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso;
- e) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- f) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- g) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- h) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- i) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- j) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- k) manter em dia os registros da programação;
- l) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

**Cláusula 5ª.** A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

**Cláusula 6ª.** O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a entidade autorizada atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

**Cláusula 7ª.** O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

**Cláusula 8ª.** O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

**Parágrafo único.** A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras executantes de serviços de radiodifusão.

**Cláusula 9ª.** A permissionária autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo estabelecido, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

**Cláusula 10ª.** O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.



**Cláusula 11ª.** As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão.

**Cláusula 12ª.** Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga de autorização pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato automaticamente rescindido.

**Cláusula 13ª.** Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

**Cláusula 14ª.** As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

**Cláusula 15ª.** Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratada.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 4 (quatro) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.

Ministro de Estado das Comunicações

Permissionária

Testemunha

Testemunha

CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_



Documento assinado eletronicamente por **Octavio Penna Pieranti**, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, em 23/02/2016, às 12:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Goncalves dos Reis Junior**, Coordenador do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, em 23/02/2016, às 17:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Nedio Antônio Valduga**, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica, em 24/02/2016, às 13:36, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.  
Nº de Série do Certificado: 1260001



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pinto Martins**, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica, em 25/02/2016, às 12:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0980524** e o código CRC **B186904C**.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PARECER Nº: 266/2016/SEI-MC  
PROCESSO Nº: 53000.056902/2013-90  
INTERESSADO: Fundação Cultura e Vida  
ASSUNTO: Renovação de outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

**I - Renovação de outorga para execução de serviço de radiodifusão de sonora, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Florianópolis – SC.**

**II – Atendimentos dos preceitos constitucionais, legais e infraconstitucionais. Viabilidade jurídica.**

**III – Minuta de contrato em linhas gerais de acordo com o item II acima.**

Senhora Consultora Jurídica,

A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações - SCE, por intermédio da NOTA TÉCNICA Nº 3491/2016/SEI-MC, submete à apreciação desta Consultoria Jurídica processo na seguinte situação:

1. A outorga do serviço foi deferida inicialmente pela Portaria nº 872/2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 88/2004, segundo consta da minuta do contrato acostado à nota técnica em análise.

2. O pedido de renovação está encartado nos autos físicos à fl. 2 então digitalizados (doc. 0490264), o qual se deu em 27/09/2013, ou seja, tempestivamente.

3. Ao longo do feito deslindado de forma física e a partir do seu curso de forma eletrônica pelas notas técnicas nº 12208/2015/SEI-MC e 26376/2015/SEI-MC, foram detectadas inconformidades na documentação necessária à pretensão de renovação, as



quais foram sanadas pela interessada.

4. Na diligência "Checklist SLEDU\_RENOVACAO 0980407" aferiu-se a conformidade da documentação necessária.

5. O feito veio à CONJUR para aferição da regularidade jurídico-formal e de instrumento contratual de outorga.

6. De saída, tem-se que o presente feito é analisado em consonância com a Portaria nº 4.335/2015, conforme expressa previsão contida na mesma (*"Art. 48. Os pedidos de renovação de outorga de radiodifusão educativa em trâmite no Ministério das Comunicações, na data da publicação desta Portaria, serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria."*).

7. De acordo com a já citada Portaria 4.335/2015, em seu artigo 33, p. único, tem-se que: a) o contrato mencionado no inciso I encontra-se minutado em anexo à nota técnica em apreço; b) o comprovante de inscrição junto ao CNPJ previsto no inciso II encontra-se já identificado no feito conforme expediente "0980407"; c) o relatório de apuração de infração previsto no inciso III encontra-se digitalizado e aponta a inexistência de penalidades de cassação aplicadas por esta Pasta, conforme expediente "0847561", não existindo óbice à renovação, conforme artigo 35, III da Portaria 4335/2015.

8. Também assim, a outorga encontra-se dentro dos limites previstos no artigo 12 do DL 236/67, conforme parágrafo 5 da nota técnica em análise e documento SIACCO "0980574", sendo que a regularidade do quadro diretivo encontra-se informada também no parágrafo 5.

9. Destaco que, embora o sumário executivo traga no parágrafo 1 vigência superior ao permitido (10 anos), fazendo referência a período de 10 anos e 1 dia, na minuta de contrato a ser assinado, referida irregularidade não se verifica, porquanto faz menção ao termo inicial da outorga do qual será contado o prazo de 10 anos.

10. Desta forma, considerando a regularidade dos documentos e a inexistência de óbices jurídicos à celebração do contrato, conclui-se que o processo está apto a ser submetido ao Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações para assinatura, estando o feito de acordo com as regras constitucionais, legais e infraconstitucionais que regem a matéria, estando a minuta de contrato em linhas gerais de acordo com tais regramentos.

11. Consigno a regularidade formal das minutas de portaria e exposição de motivos acostadas à nota técnica.

12. Em razão do exposto, sugere-se a restituição dos autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, para as providências cabíveis.



À consideração superior.

Brasília, 12 de abril de 2016.

**CLÁUDIA MARIA VILELA VON SPERLING**

Advogada da União



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Maria Vilela von Sperling**,  
**Coordenadora-Geral de Assuntos Judiciais Substituta**, em 13/04/2016, às 15:29,  
conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
<http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1073084** e o código  
CRC **50811F46**.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

**DESPACHO Nº 829/2016/SEI-MC**

**PROCESSO:** 53000.056902/2013-90

**INTERESSADO:** FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA

**ASSUNTO:** Renovação de outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

**Aprovo o PARECER Nº 266/2016/SEI-MC.**

Encaminhe-se o processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

CACILDA LANUZA DA ROCHA DUQUE  
Consultora Jurídica





Documento assinado eletronicamente por **Cacilda Lanuza da Rocha Duque**,  
**Consultora Jurídica**, em 14/04/2016, às 23:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias  
MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
<http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1073086** e o código  
CRC **5CDB5446**.

---



**PORTARIA Nº 1783/2016/SEI-MC**

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no artigo 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.056902/2013-90, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 03/02/2014, a permissão outorgada à FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, serviço esse outorgado meio da Portaria nº 872, de 04 de junho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 03 de fevereiro de 2004.

Art. 2º A execução do Serviço de Radiodifusão, cuja Permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRÉ FIGUEIREDO**

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 11/05/2016, às 16:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1097838** e o código CRC **B10A7BD0**.



Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.056902/2013-90, acompanhado de Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 03/02/2014, a permissão outorgada à FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o artigo 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**ANDRÉ FIGUEIREDO**

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 11/05/2016, às 16:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1097842** e o código CRC **04E7F625**.



## 1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências.

Ex.: Encaminhamento de processo para renovação de outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina.

## 2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta.

Ex.: Necessidade de encaminhamento do processo para publicação da Portaria Ministerial de renovação de outorga da permissão, bem como do correspondente Decreto Legislativo de ratificação pelo Congresso Nacional.

## 3. Alternativas existentes às medidas propostas.

Ex.: Não há.

## 4. Custos.

Ex.: Não há.

## 5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência).

Ex.: Não se aplica.

## 6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Ex.: Não há.

## 7. Alterações propostas (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Texto atual	Texto Proposto
Ex.: Não se aplica.	

## 8. Síntese do parecer do órgão jurídico.

Ex.: Renovação de outorga da permissão para exploração de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, referente à localidade de Florianópolis, no estado de Santa Catarina: viabilidade jurídica. Considerando a regularidade dos documentos e a inexistência de dúvidas concernentes à renovação de outorga, conclui-se que o processo está apto a ser submetido ao Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações para assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA**, Ministro de Estado das Comunicações, em 11/05/2016, às 16:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1097845** e o código CRC **833BABF4**.



CONTRATO DE PERMISSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS, NA LOCALIDADE DE FLORIANÓPOLIS/SC.

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano dois mil e dezesseis, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, André Figueiredo, e a FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, CNPJ nº 03.923.421/0001-82, representada pelo seu Procurador, Sr. Fabio Rosa, CI nº 2847509 SSP/DF, CPF/MF nº 921.144.669-49, assinam o presente Contrato de Permissão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade pela Portaria nº 872, de 04 de junho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 03 de fevereiro de 2004, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 88, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 03 de fevereiro de 2004, para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Florianópolis/SC, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª.** Fica assegurado à FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA o direito de executar, sem exclusividade, na localidade de Florianópolis/SC, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

**Cláusula 2ª.** A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir de 03/02/2014.

**Cláusula 3ª.** A permissionária é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- c) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;



- d) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- e) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência e administração;
- f) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- g) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir a outorga;
- h) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;
- i) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- j) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;
- k) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;
- l) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;
- m) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente.

**Cláusula 4ª.** Na organização da programação, a entidade deverá:

- a) subordinar os programas de informação e divertimento às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;
- b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos



bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso;

e) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;

f) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;

g) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;

h) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;

i) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;

j) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;

k) manter em dia os registros da programação;

l) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

**Cláusula 5ª.** A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

**Cláusula 6ª.** O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a entidade autorizada atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

**Cláusula 7ª.** O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor



proveito das que já tenham sido consignadas.

**Cláusula 8ª.** O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

**Parágrafo único.** A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras executantes de serviços de radiodifusão.

**Cláusula 9ª.** A permissionária autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo estabelecido, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

**Cláusula 10ª.** O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

**Cláusula 11ª.** As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão.

**Cláusula 12ª.** Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga de autorização pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato automaticamente rescindido.

**Cláusula 13ª.** Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

**Cláusula 14ª.** As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

**Cláusula 15ª.** Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratada.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 4 (quatro) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.



---

Testemunha

---

Testemunha

CPF: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA**,  
**Ministro de Estado das Comunicações**, em 11/05/2016, às 16:29, conforme art. 3º, III,  
"b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
<http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1097855** e o código  
CRC **B733AA32**.



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

### NOTA TÉCNICA Nº 11598/2016/SEI-MC

Referência: **Processo nº 53000.056902/2013-90**

Assunto: **Convocação para assinatura do Contrato de Permissão de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos.**

#### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. - Trata-se de processo administrativo de interesse da FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, CNPJ nº 03.923.421/0001-82, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Florianópolis/SC, referente ao seguinte período: 03/02/2014 a 03/02/2024.

#### ANÁLISE

2. Realizada a instrução, em conformidade com o que estabelece o Decreto nº 88.066/83 c/c a Portaria nº 4.335 de 17/09/2015, bem como pela Portaria nº 153, de 16/03/2012, o processo foi encaminhado à Consultoria Jurídica, acompanhado da minuta do Contrato de Permissão, para apreciação quanto à sua regularidade técnico-jurídica, com vistas à assinatura do contrato, tendo sido devolvido à esta Coordenação, instruído pelo Parecer nº 266/2016/SEI-MC, que considerou o processo apto para prosseguimento, tendo a minuta supracitada sido, então, submetida ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações para assinatura.

#### CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, opinamos pelo encaminhamento de cópia da presente Nota Técnica, por meio de ofício, com vistas à convocação do interessado para a assinatura do Contrato deferida à entidade supracitada, que ocorrerá às **16h do dia 13/06/2016**, neste Ministério das Comunicações, sob pena de cancelamento da outorga em apreço.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente por **Jordana Brito Azeredo, Agente**





**Administrativo**, em 12/05/2016, às 15:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Goncalves dos Reis Junior**, **Coordenador do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 12/05/2016, às 16:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Octavio Penna Pieranti**, **Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 12/05/2016, às 19:05, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1131030** e o código CRC **A85BA87B**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Acompanhamento e Avaliação  
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste  
70044-900 – Brasília – DF  
2027-6890

Ofício nº 16882/2016/SEI-MC

Ao Senhor

**FÁBIO ROSA**

Representante Legal da FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA

Rua Clóvis Beviláqua, nº 205 - Jardim São Bento

CEP: 13.720-000 / Campo Grande – MS

Assunto: **Convocação para assinatura do Contrato de Permissão - Processo nº 53000.056902-2013-90.**

Senhor Representante Legal,

Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 11598/2016/SEI-MC**, com vistas à convocação para assinatura de contrato relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Florianópolis/SC, referente ao seguinte período: 03/02/2014 a 03/02/2024, deferida à entidade acima referenciada supracitada, convocando o Sr. Fábio Rosa a comparecer a este Ministério das Comunicações, sala de atendimento ao público, sito à Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Sala T-25, às 16h do dia 13/06/2016.

Atenciosamente,

**COMUNICADO IMPORTANTE**

Como parte dos esforços do Ministério das Comunicações para aperfeiçoar os serviços prestados a seu público-alvo, oferecendo maior agilidade, economia e comodidade aos seus usuários, comunicamos que, **desde o dia 30 de junho de 2015**, o Protocolo Central deste Ministério não recebe mais documentos enviados por meio físico, seja em balcão ou



por via postal, exceção feita às hipóteses referidas no art. 1º da Portaria nº 4.124, de 30 de dezembro de 2014, e no art. 1º da Portaria nº 2.764, de 30 de junho de 2015. Deste modo, todos os documentos, inclusive respostas e novas solicitações, deverão ser encaminhados **exclusivamente por meio eletrônico**, através do sistema eletrônico do CADSEI.

Diante do exposto, solicitamos que, caso ainda não tenha realizado o cadastro, Vossa Senhoria o realize o quanto antes, através do botão de cadastro disponível no link <http://www.mc.gov.br/sei/cadsei>.



Documento assinado eletronicamente por **Octavio Penna Pieranti, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 12/05/2016, às 19:05, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1131048** e o código CRC **4ADE372E**.



**Correspondência Eletrônica SERED 1135028**

**Data de Envio:**

13/05/2016 16:23:18

**De:**

MC/SDEDU (SEI-MC) <sdedu.sei@comunicacoes.gov.br>

**Para:**

sntms.sec@gmail.com

fcv\_diretoria@hotmail.com

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial Ministério das Comunicações.

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: 53000.056902/2013-90

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_1131048.html

Nota\_Tecnica\_1131030.html



## EXTRATO DE CONTRATO

**PARTES:** União e Fundação Cultura e Vida.

**ESPÉCIE:** Contrato de Permissão outorgada por meio da Portaria nº 872, de 04 de junho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 03 de fevereiro de 2004, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 88, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 03 de fevereiro de 2004.

**OBJETO:** Execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

**VIGÊNCIA:** O contrato tem vigência de 10 (dez) anos e entra em vigor na data de publicação do Decreto Legislativo e de sua ratificação por parte do Congresso Nacional no Diário Oficial da União.

**DATA E ASSINATURA:** André Figueiredo – Ministro de Estado das Comunicações em 11 de maio de 2016, e Fábio Rosa – Procurador da Fundação Cultura e Vida em 13 de junho de 2016.



Documento assinado eletronicamente por **Nedio Antônio Valduga, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 13/06/2016, às 10:12, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1260001



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1182157** e o código CRC **79B86122**.





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste

70044-900 – Brasília – DF

2027-6890

Ofício nº 21559/2016/SEI-MCTIC

Ao Senhor

**FÁBIO ROSA**

Representante Legal da Fundação Cultura e Vida

QMSW 04, Lotes 7/8, Setor Sudoeste

70680-400 Brasília/DF

Assunto: **Comunica prazo para publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União - Processo nº 53000.056902/2013-90.**

Senhor Representante Legal,

1. Formalizada a outorga de permissão para a execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Florianópolis/SC, por meio do contrato celebrado entre a União e a FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, informo que, nos termos do art. 30, parágrafo único, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, essa concessionária deverá providenciar a publicação do contrato, em extrato, no Diário Oficial da União, no **prazo de 20 (vinte) dias**, contado da data de sua assinatura.

2. Solicito, por oportuno, especial atenção à data do vencimento do boleto bancário (anexo), emitido pela Imprensa Nacional, referente à publicação da matéria naquele periódico, que estipula o prazo máximo de **10 (dez) dias** para o recolhimento do valor da referida publicação.

Atenciosamente,

**COMUNICADO IMPORTANTE**

Como parte dos esforços do Ministério das Comunicações para aperfeiçoar os serviços prestados a seu público-alvo, oferecendo maior agilidade, economia e comodidade aos seus usuários, comunicamos que, **desde o dia 30 de junho de 2015**, o Protocolo Central



deste Ministério não recebe mais documentos enviados por meio físico, seja em balcão ou por via postal, exceção feita às hipóteses referidas no art. 1º da Portaria nº 4.124, de 30 de dezembro de 2014, e no art. 1º da Portaria nº 2.764, de 30 de junho de 2015. Deste modo, todos os documentos, inclusive respostas e novas solicitações, deverão ser encaminhados **exclusivamente por meio eletrônico**, através do sistema eletrônico do CADSEI.

Diante do exposto, solicitamos que, caso ainda não tenha realizado o cadastro, Vossa Senhoria o realize o quanto antes, através do botão de cadastro disponível no link <http://www.mc.gov.br/sei/cadsei>.



Documento assinado eletronicamente por **Octavio Penna Pieranti, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 13/06/2016, às 09:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1182173** e o código CRC **BDB6A03E**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 21559/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.056902/2013-90 - Nº SEI: 1182173



[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)

Presidência da  
República  
Imprensa Nacional

## Envio Eletrônico de Matérias Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 13/06/2016 11:25:49

**Origem:** Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**Operador:** Sayonara Leonez Medeiros Coelho Cintra

**Ofício:** 3969544

**Data prevista de publicação:** 15/06/2016

**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 3

**Forma de pagamento:** Boleto Avulso

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
9065278	EXTRATO DE CONTRATO_RTF.rtf	e1c0bec0dfd6014d 6f36e62538827f27	4,00	
Total da matéria			4,00	R\$ 121,48
TOTAL DO OFICIO			4,00	R\$ 121,48



**BANCO DO BRASIL** | 001-9 | 00198.41808 50000.000005 03969.544216 7 68440000012148

Cedente <b>PR - Imprensa Nacional</b>		Código do Cedente <b>1607-1 / 55573000-X</b>		Espécie <b>R\$</b>	Quantidade <b>0001</b>	Nosso número <b>00000000003969544</b>
Número do documento <b>4</b>		CPF/CNPJ <b>04.196.645/0001-00</b>		Vencimento <b>03/07/2016</b>		Valor documento <b>121,48</b>
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa		(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado

Sacado

**Fundação Cultura e Vida**  
**QMSW 04, Lotes 7/8, Setor Sudoeste**  
**BRASÍLIA, DF - CEP: 70680-400**

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.  
Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 3969544 enviado em 13/06/2016

Corte na linha pontilhada

**BANCO DO BRASIL** | 001-9 | 00198.41808 50000.000005 03969.544216 7 68440000012148

Local de pagamento <b>Pagável em qualquer Banco até o vencimento</b>						Vencimento <b>03/07/2016</b>
Cedente <b>PR - Imprensa Nacional</b>						Agência/Código cedente <b>1607-1 / 55573000-X</b>
Data do documento <b>13/06/2016</b>	Nº documento <b>4</b>	Espécie doc. <b>ND</b>	Aceite <b>N</b>	Data process. <b>13/06/2016</b>	Nosso número <b>00000000003969544</b>	
Uso do banco / Convênio <b>33804/841805</b>	Carteira <b>18 / 124</b>	Espécie <b>R\$</b>	Quantidade <b>0001</b>	Valor Documento <b>121,48</b>	(=) Valor documento <b>121,48</b>	
Instruções  Após vencimento, este boleto perde a validade.    Referente a publicação do ofício 3969544 enviado em 13/06/2016						(-) Desconto / Abatimento
						(-) Outras deduções
						(+) Mora / Multa
						(+) Outros acréscimos
						(=) Valor cobrado

Sacado

**Fundação Cultura e Vida**  
**QMSW 04, Lotes 7/8, Setor Sudoeste**  
**BRASÍLIA, DF - CEP: 70680-400**

Cód. baixa

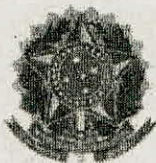
Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Acompanhamento e Avaliação  
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste  
70044-900 – Brasília – DF  
2027-6890

Ofício nº 21559/2016/SEI-MCTIC

Ao Senhor

**FÁBIO ROSA**

Representante Legal da Fundação Cultura e Vida

QMSW 04, Lotes 7/8, Setor Sudoeste

70680-400 Brasília/DF

*Recbi o Original  
em 13/06/16*

Assunto: **Comunica prazo para publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União**  
**- Processo nº 53000.056902/2013-90.**

Senhor Representante Legal,

1. Formalizada a outorga de permissão para a execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Florianópolis/SC, por meio do contrato celebrado entre a União e a FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, informo que, nos termos do art. 30, parágrafo único, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, essa concessionária deverá providenciar a publicação do contrato, em extrato, no Diário Oficial da União, no **prazo de 20 (vinte) dias**, contado da data de sua assinatura.

2. Solicito, por oportuno, especial atenção à data do vencimento do boleto bancário (anexo), emitido pela Imprensa Nacional, referente à publicação da matéria naquele periódico, que estipula o prazo máximo de **10 (dez) dias** para o recolhimento do valor da referida publicação.

Atenciosamente,

COMUNICADO IMPORTANTE



Como parte dos esforços do Ministério das Comunicações para aperfeiçoar os serviços prestados a seu público-alvo, oferecendo maior agilidade, economia e comodidade aos seus usuários, comunicamos que, **desde o dia 30 de junho de 2015**, o Protocolo Central deste Ministério não recebe mais documentos enviados por meio físico, seja em balcão ou por via postal, exceção feita às hipóteses referidas no art. 1º da Portaria nº 4.124, de 30 de dezembro de 2014, e no art. 1º da Portaria nº 2.764, de 30 de junho de 2015. Deste modo, todos os documentos, inclusive respostas e novas solicitações, deverão ser encaminhados **exclusivamente por meio eletrônico**, através do sistema eletrônico do CADSEI.

Diante do exposto, solicitamos que, caso ainda não tenha realizado o cadastro, Vossa Senhoria o realize o quanto antes, através do botão de cadastro disponível no link <http://www.mc.gov.br/sei/cadsei>.



Documento assinado eletronicamente por **Octavio Penna Pieranti, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 13/06/2016, às 09:52, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1182173** e o código CRC **BDB6A03E**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 21559/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.056902/2013-90 - Nº SEI: 1182173



CONTRATO DE PERMISSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS, NA LOCALIDADE DE FLORIANÓPOLIS/SC.

Aos TRÊZE dias do mês de JUNHO do ano dois mil e dezesseis, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, André Figueiredo, e a FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, CNPJ nº 03.923.421/0001-82, representada pelo seu Procurador, Sr. Fabio Rosa, CI nº 2847509 SSP/DF, CPF/MF nº 921.144.669-49, assinam o presente Contrato de Permissão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade pela Portaria nº 872, de 04 de junho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 03 de fevereiro de 2004, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 88, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 03 de fevereiro de 2004, para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Florianópolis/SC, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª.** Fica assegurado à FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA o direito de executar, sem exclusividade, na localidade de Florianópolis/SC, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

**Cláusula 2ª.** A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir de 03/02/2014.

**Cláusula 3ª.** A permissionária é obrigada a:

a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;

b) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;



c) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;

d) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;

e) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência e administração;

f) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

g) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir a outorga;

h) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;

i) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;

j) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;

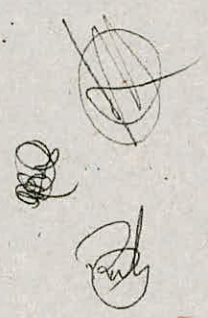
k) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;

l) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

m) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente.

**Cláusula 4ª.**

Na organização da programação, a entidade deverá:





- a) subordinar os programas de informação e divertimento às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;
- b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;
- c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;
- d) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso;
- e) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- f) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- g) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- h) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- i) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- j) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- k) manter em dia os registros da programação;
- l) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

**Cláusula 5ª.** A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

**Cláusula 6ª.** O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a entidade autorizada atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-



científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

**Cláusula 7ª.** O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

**Cláusula 8ª.** O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

**Parágrafo único.** A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras executantes de serviços de radiodifusão.

**Cláusula 9ª.** A permissionária autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo estabelecido, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

**Cláusula 10ª.** O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

**Cláusula 11ª.** As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão.

**Cláusula 12ª.** Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga de autorização pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato automaticamente rescindido.

**Cláusula 13ª.** Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

**Cláusula 14ª.** As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

**Cláusula 15ª.** Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratada.

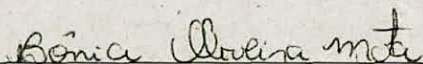
E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 4 (quatro) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última,



que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.

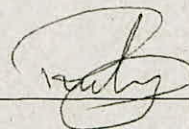
Ministro de Estado das Comunicações

  
Permissionária



Testemunha

CPF: 093.924.816-51



Testemunha

CPF: 876.175.281-91



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA**,  
Ministro de Estado das Comunicações, em 11/05/2016, às 16:29, conforme art. 3º, III, "b",  
da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html>  
informando o código verificador **1097855** e o código CRC **B733AA32**.



Nº 128, quarta-feira, 6 de julho de 2016

Diário Oficial da União - Seção 3

ISSN 1677-7069

13



# **LABORATÓRIO NACIONAL DE COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA**

**EDITAL Nº 1, DE 1º DE MARÇO DE 2016**  
**SELEÇÃO DA INCUBADORA DE EMPRESAS LNCC**

O Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC - torna público o resultado final da seleção de empreendimentos relativos ao Edital 001/16, conforme especificado abaixo:  
**NOME:** Boaz Ramos Avelar Junior/Pag Systems  
**CATEGORIA:** Residente  
**STATUS:** Aprovado

**AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA**  
 Diretor

## **OBSERVATÓRIO NACIONAL**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 5/2016 - UASG 240126**

Número do Contrato: 9/2013.  
 Nº Processo: 01210000010201365.  
 PREGÃO SISP Nº 3/2013. Contratante: OBSERVATÓRIO NACIONAL - CNPJ Contratado: 04213923000182. Contratado: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DEFESA DO CONSUMIDOR E TRABALHO. Objeto: Promover o prazo contratual por 12 meses a contar de 02/07/2016 a 01/07/2017. A contratada ressalva seu direito a repactuação que será pleiteada na ocasião oportuna com a documentação pertinente; A contratada fica obrigada a renovar a garantia de execução dos serviços; O contratante fará a fiscalização mensal do pagamento integral temporário dos salários dos empregados da contratada; O pagamento das faturas fica condicionado a prévia quitação de todas as obrigações trabalhistas. Fundamento Legal: 8.666/93. Vigência: 02/07/2016 a 01/07/2017. Data de Assinatura: 29/06/2016.

(SICON - 05/07/2016) 240126-00001-2016NE800005

## **SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA** **DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**

### **EXTRATO DE CONTRATO**

**PARTES:** União e Fundação Cultura e Vida. **ESPÉCIE:** Contrato de Permissão outorgada por meio da Portaria nº 872, de 04 de junho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 03 de fevereiro de 2004, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 88, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 03 de fevereiro de 2004. **OBJETO:** Execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educacionais, na localidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. **VIGÊNCIA:** O contrato tem vigência de 10 (dez) anos e entra em vigor na data de publicação do Decreto Legislativo e de sua ratificação por parte do Congresso Nacional no Diário Oficial da União. **DATA E ASSINATURA:** André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações em 11 de maio de 2016, e Fábio Rosa - Procurador da Fundação Cultura e Vida em 13 de junho de 2016.

## **TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A**

**RESULTADOS DE JULGAMENTOS**  
**PREGÃO Nº 28/2016**

As Telecomunicações Brasileiras S/A - TELEBRAS, informa o resultado do Pregão Eletrônico nº 028/2016-TB, sagrou-se vencedora a empresa ÚNICO GRAFICA E EDITORA LTDA - ME.

(SIDECE - 05/07/2016) 925150-02600-2016NE000017

### **PREGÃO Nº 29/2016**

As Telecomunicações Brasileiras S/A - TELEBRAS, comunica o resultado do Pregão Eletrônico nº 029-TB, sagrou-se vencedora a empresa CARLOS CESAR VIEIRA - ME.

**JAQUELINE SOUTO MANGABEIRA**  
**BINCHESKI**  
 Gerente de Compras e Contratos  
 Substituta

(SIDECE - 05/07/2016) 925150-02600-2016NE000017

## **Ministério da Cultura**

### **GABINETE DO MINISTRO**

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO MICSUL Nº 1/2016**

Seleção de Profissionais Brasileiros de Setores Culturais Para Participação no Mercado de Indústrias Culturais do Sul (MICSUL).

#### **1. PREÂMBULO**

1.1 A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e o Ministério da Cultura (MinC), no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei nº 8.313, de 1991, observados o disposto na Portaria nº 29, de 21 de maio de 2009 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e em conformidade com as condições e exigências estabelecidas neste chamamento público, tornam pública a realização de processo de seleção para composição da delegação brasileira que irá participar do Mercado de Indústrias Culturais do Sul (MICSUL), a ser realizado na cidade de Bogotá na Colômbia, no período de 17 a 20 de outubro de 2016.

1.2 A execução de ações de promoção e internacionalização dos produtos, dos serviços e da cultura brasileira constituem pontos fundamentais para as políticas públicas da Apex-Brasil e do Ministério da Cultura, visando, por meio da participação no MICSUL 2016, o crescimento da economia criativa nacional, a ampliação da atuação de mercado desses empreendedores/brasileiros e sua consolidação internacional.

1.3 Neste sentido, é prioritário para ambos que o compromisso internacional assumido pelo país seja realizado de forma a consolidar uma presença notável e consistente dos empreendedores/empreendimentos do setor de economia criativa no MICSUL 2016, mostrando o Brasil como fonte de qualidade e inovação.

1.4 Este chamamento público conjunto é resultado da parceria desenvolvida pela Apex-Brasil e Ministério da Cultura no âmbito do Acordo Técnico de Cooperação 01/2016.

#### **2. DO EVENTO - MICSUL 2016**

2.1 O Mercado de Indústrias Culturais do Sul (MICSUL) é uma iniciativa dos Ministérios de Cultura de 12 países da América do Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela) e reúne a participação de sete setores da indústria cultural, quais sejam: moda (apenas desfile), audiovisual, editorial, música, artes cênicas, design e jogos eletrônicos (games).

2.2 O evento tem por objetivo criar plataformas para promover intercâmbio de conhecimento, produtos e serviços culturais e criativos, bem como facilitar encontros e a circulação entre produtores, artistas e empreendedores do setor de economia criativa, potencializando assim, os setores sociais, culturais e comerciais das regiões envolvidas. Informações adicionais sobre o MICSUL podem ser obtidas no website: [www.micsul.org](http://www.micsul.org).

2.3 O evento terá diversos espaços para concretização de negócios, realização de parcerias e construção de redes, bem como agendas acadêmicas sobre temas relacionados à cultura e à indústria criativa, quais sejam:

a) Fóruns de discussão: espaços de debate e formação, com palestras de especialistas;

b) Rodadas de negócios: consistem em espaços de mesas de negociação entre ofertantes e demandantes expondo e comercializando produtos/serviços. Os setores que participarão das rodadas de negócio estão elencados na tabela do item 3.5.2.

c) Sessões de pitch: consistem em espaços para apresentações dinâmicas para cada ofertante expondo seus produtos, bens e serviços. Os setores que participarão das rodadas de negócio estão elencados na tabela do item 3.5.2.

d) Cafés Setoriais: constituídos por espaços informais que podem ser usufruídos para diálogos não previamente agendados entre ofertantes e demandantes.

e) Desfile de moda: na abertura do evento, cada país participante do MICSUL apresentará um desfile de moda.

f) Showcases de música e artes cênicas: são demonstrações artísticas destinadas tanto à comercialização quanto à exposição da obra em si. Cada país participante do MICSUL fará a apresentação de showcases de música e artes cênicas. A seleção dos showcases brasileiros será feita por meio de seleção a ser definida pelo Ministério da Cultura.

g) Estande institucional: o Brasil terá disponível um estande institucional no evento para ativação de marcas e promoção dos setores brasileiros participantes da ação. Ainda, empreendedores e/ou profissionais interessados também poderão contratar espaço em estandes que serão comercializados pelo MICSUL.

#### **3. DO OBJETO**

3.1 O objeto do presente Chamamento Público consiste na seleção de 61 profissionais (pessoas físicas) para a participação no evento MICSUL 2016 nos seguintes setores da indústria cultural:

a) 10 profissionais de Artes Cênicas

b) 10 profissionais de Design

c) 10 profissionais de Audiovisual (exceto games e animação)

d) 10 profissionais do mercado Editorial

e) 10 profissionais de Música

f) 10 profissionais de Jogos Eletrônicos (games)

g) 1 profissional para a realização de desfile de moda

3.2 Podem inscrever-se neste Chamamento Público apenas pessoas físicas que sejam: i) empresários do setor cultural; ii) empreendedores culturais e artistas que se autoproduzem; iii) representantes de espaços culturais; iv) representantes de festivais; v) produtores; e vi) representantes de agrupamentos de empresas e associações culturais.

3.3 Todas as pessoas jurídicas (empresas, entidades, associações, organizações, agrupamentos de empresas e instituições) e grupos/produtores/empreendedores não legalmente constituídos serão doravante denominados EMPREENDEIMENTOS, sendo que estes somente poderão se candidatar por meio de pessoas físicas doravante denominados PROFISSIONAIS.

3.4 Entende-se, como rol não exaustivo, que os profissionais e/ou empreendedores da indústria cultural aos quais se destina este chamamento público são:

a) Artes Cênicas: companhias de dança, teatro, circo e projetos multidisciplinares; produtores de teatro; representantes de espaços cênicos; diretores de salas de teatro; produtores; coletivos e associações. Diretores, dramaturgos, coreógrafos, escritores, diretores de arte, cenógrafos, empresas de serviços de produção e cenografia, figurinistas, produtores cênicos, redes e coletivos associados a programação de eventos e realização de circuitos e festivais em setor das artes cênicas.

b) Audiovisual: produtores de conteúdo; distribuidores e provedores de serviços de cinema e televisão; escritores; diretores de arte e fotografia; produtores; corpo técnico e artístico; e empresas de produção audiovisual.

c) Design: Design gráfico e ilustração; design industrial e objetos; moda e vestuário; gemas e joias; têxteis e calçados; desenho multimídia e web; serviços de design. Perfil: desenhistas, coletivos e empresas de design pertencentes a esses setores.

d) Editorial: editoras de livros, livrarias, distribuidores, autores, estudiosos, casas editoriais, jornais, revistas, gráficas e plataformas de novos meios.

e) Música: agências de produção; gestão e fomento de todos os gêneros; produtores; selo discográfico; autores; compositores; intérpretes; arranjos; produtores musicais; estúdios; produtores e selos independentes; engenheiros de som; diretores e produtores de shows ao vivo, festivais e espaços de show (teatros, centros culturais ou similares); diretores de arte e figurino.

f) Jogos eletrônicos (games): desenvolvedores e empresas de desenvolvimento para computadores, celulares, tablets, redes sociais e consoles; e provedores e produtores de serviços de arte, desenho, aplicativos, programação e serviços de promoção da indústria.

g) Moda: Empreendedores brasileiros e produtores autorais de moda com perfil autoral, dos diversos segmentos como moda feminina, masculina, moda praia e acessórios.

3.5 As 60 vagas destinadas aos profissionais dos setores supracitados terão como finalidade a criação de oportunidades de negócios com o intuito de promover oferta e demanda para cada um desses setores em nível internacional.

3.5.1 Haverá diferenciação no formulário de inscrição de tal forma que, entre os selecionados, haja pelo menos 30% de demandantes e, no máximo, 70% de ofertantes aprovados de cada um dos setores. Para tal, ficam definidos como demandantes e ofertantes:

a) Demandantes - profissionais do setor, que estarão presentes no evento com o intuito de comprar e/ou demandar atrações, artistas e serviços que possam compor ações e eventos a serem realizados no Brasil; e

b) Ofertantes - profissionais do setor, que participarão do evento com o objetivo de vender/ofertar produtos e serviços para o mercado externo.

3.5.2 Para o fomento de negócios, o MICSUL prevê o agendamento de Sessões de Pitch e/ou Rodadas de Negócio, variando setor a setor, conforme o quadro abaixo (o formato das atividades de fomento de negócios poderá sofrer alterações sob demanda da organização do MICSUL 2016).

Sector	Fóruns de Discussões	Rodadas de Negócios	Sessões de Pitch	Cafés Setoriais	Número de Profissionais	Ofertantes	Demandantes
Artes Cênicas	x	x		x	10	7	3
Audiovisual	x		x	x	10	7	3
Design	x	x	x	x	10	7	3
Editorial	x	x	x	x	10	7	3
Música	x	x	x	x	10	7	3
Jogos Eletrônicos (games)	x	x	x	x	10	7	3
Desfile de moda	x				1	1	0

3.6 Há 1 (uma) vaga específica para um profissional da área de moda (estilista/desenhista de coleção), para realização de desfile de minicoleção no dia de abertura do evento. O desfile de moda consistirá em 5 (cinco) looks/indumentárias por país.

3.6.1 É obrigação do profissional selecionado para a realização do desfile de moda:

a) Desenho e execução da coleção a ser apresentada;

b) Envio das peças de indumentária;

c) Acompanhamento de todos trâmites que compõem a realização do desfile, durante o evento.

3.6.2 Compete à organização do MICSUL 2016 toda produção executiva e execução do desfile (modelos, maquiagem, cabelo, luz, som, vídeo, bem como rider técnico).

3.6.3 A organização do MICSUL 2016 proverá um profissional responsável pela coordenação do desfile.

3.7 Além do profissional selecionado para o desfile de moda, os 2º e 3º colocados na seleção também serão contemplados com exibição de sua coleção no catálogo oficial do evento, porém não farão jus ao desfile de moda e, por consequência, à ajuda de custo.

3.8 É garantida a distribuição de pelo menos 2 vagas para cada segmento que compõe as artes cênicas (dança, circo e teatro), desde que cumpridas as pontuações mínimas.

3.9 O profissional pode representar a si próprio, a grupo/empreendimento não formalmente constituído e a pessoa jurídica com ou sem finalidade lucrativa, sendo de responsabilidade do participante a veracidade da representação proposta e de todas as informações prestadas.

3.10 O processo de seleção dos profissionais será realizado em 4 (quatro) etapas, a saber:

I. Inscrição dos interessados;

II. Habilitação da documentação enviada;

III. Avaliação e seleção dos profissionais; e

IV. Apresentação de documentação complementar.

#### **4. DO APOIO**

4.1 Todas as propostas selecionadas para inscrição no MICSUL 2016 serão beneficiadas com apoio da Apex-Brasil e do Ministério da Cultura nas seguintes modalidades:

a) Oficina de formação obrigatória para atuação em rodadas de negócios internacionais, a ser realizada pela Apex-Brasil, em data a ser definida no mês de setembro ou outubro de 2016;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032016070600013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Ao

Serviço de Cadastro e Guarda de Documentos - SECAD.

Referência: **Processo nº 53000.056902/2013-90**

Tendo em vista a publicação do Extrato de Contrato no D.O.U. de 06/07/2016 (1222005), que formaliza a outorga deferida à FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, CNPJ nº 03.923.421/0001-82, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Florianópolis/SC, encaminhe-se os autos para conhecimento e para os devidos assentimentos cadastrais.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Octavio Penna Pieranti, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 06/07/2016, às 20:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Goncalves dos Reis Junior, Coordenador do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 07/07/2016, às 18:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1222020** e o código CRC **CFFEB319**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica**  
**Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica**  
**Coordenação-Geral de Regime Legal de Outorgas**  
**Serviço de Cadastro e Guarda de Documentos**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.056902/2013-90**

Certifico que, fiz os assentamentos cadastrais no SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão, e anexei na pasta jurídica copia do extrato do Contrato de Permissão celebrado entre a UNIÃO e a FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, para explorar, sem exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, publicado no D.O.U. em 06/ 07/ 2016.

Brasília, 07 de julho de 2016.



Documento assinado eletronicamente por **Noel Sérgio de Almeida, Chefe de Serviço**, em 07/07/2016, às 08:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1224160** e o código CRC **ABCC08BD**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



Referência: **Processo nº 53000.056902/2013-90.**

Tendo em vista a necessidade de atualização da titularidade da Pasta Ministerial na Portaria nº 1783/2016/SEI-MC (1097838), bem como na Exposição de Motivos 409/2016/SEU-MC (1097842), que renova por dez anos, a partir de 03/02/2014, a permissão outorgada à FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, encaminhe-se as respectivas minutas dos atos próprios (Portaria e Exposição de Motivos) devidamente atualizadas, para apreciação.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Octavio Penna Pieranti, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 06/07/2016, às 20:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Goncalves dos Reis Junior, Coordenador do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 07/07/2016, às 18:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1222046** e o código CRC **3A697C19**.

#### Minutas e Anexos

#### PORTARIA Nº \_\_\_\_/2016/SEI-MCTIC

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no artigo 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.056902/2013-90, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 03/02/2014, a permissão outorgada à FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, serviço esse outorgado meio da Portaria nº 872, de 04 de junho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 03 de fevereiro de 2004.

Art. 2º A execução do Serviço de Radiodifusão, cuja Permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

EM Nº \_\_\_\_/2016/SEI-MCTIC

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.056902/2013-90, acompanhado de Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 03/02/2014, a permissão outorgada à FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o artigo 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,



ANEXO EM Nº /2016/SEI/MCTIC

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências.

Encaminhamento de processo para renovação de outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educacionais, no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta.

Necessidade de encaminhamento do processo para publicação da Portaria Ministerial de renovação de outorga da permissão, bem como do correspondente Decreto Legislativo de ratificação pelo Congresso Nacional.

3. Alternativas existentes às medidas propostas.

Não há.

4. Custos.

Não há.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência).

Não se aplica.

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo):

Não há.

7. Alterações propostas (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Texto atual	Texto Proposto
Não se aplica.	

8. Síntese do parecer do órgão jurídico.

Renovação de outorga da permissão para exploração de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educacionais, no município de Florianópolis, no estado de Santa Catarina: viabilidade jurídica - Desta forma, considerando a regularidade dos documentos, a inexistência de óbices jurídicos à celebração do contrato, conclui-se que o processo está apto a ser submetido ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para assinatura, estando o feito de acordo com as regras constitucionais, legais e infraconstitucionais que regem a matéria, estando a minuta em linhas gerais de acordo com tais regramentos.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.056902/2013-90**

Encaminha-se a Consultoria Jurídica para a ratificação do Parecer nº 266/2016/SEI-MC

**Vanda Jugurtha Bonna Nogueira**  
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira**,  
**Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 01/11/2016, às 11:03,  
conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
<http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1333794** e o código  
CRC **E943F888**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



## PORTARIA Nº 2888/2016/SEI-MCTIC

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no artigo 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.056902/2013-90, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 03/02/2014, a permissão outorgada à FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, serviço esse outorgado meio da Portaria nº 872, de 04 de junho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 03 de fevereiro de 2004.

Art. 2º A execução do Serviço de Radiodifusão, cuja Permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 13/12/2016, às 19:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1226381** e o código CRC **FB0D31BD**.



Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.056902/2013-90, acompanhado de Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 03/02/2014, a permissão outorgada à FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o artigo 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

ANEXO A EM Nº /MCTIC, DE DE DE 2016.

1. <b>Síntese do problema ou da situação que reclama providências:</b> Renovação a permissão outorgada à FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina.
2. <b>Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:</b> Edição de Decreto a permissão outorgada à FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina. ., que produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional.
3. <b>Alternativas existentes à medida proposta:</b> Não há
4. <b>Custos:</b> Não há
5. <b>Razões que justificam a urgência:</b> Não se aplica
6. <b>Impacto sobre o meio ambiente:</b> Não há
7. <b>Alterações Propostas:</b> (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medida Provisória): Não se aplica
8. <b>Síntese do Parecer do Órgão Jurídico:</b> Viabilidade jurídica considerando a regularidade dos documentos e a inexistência de óbices concernentes a renovação da permissão outorgada



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 13/12/2016, às 19:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador 1226384 e o código CRC 3CE156DA.



Buscar

Denilse Luiz dos Santos

E-mail

Contatos

Agenda

Tarefas

Porta-arquivos

Preferências

Fwd: TRÂMITE DE

Fechar

Responder

Responder a todos

Encaminhar

Arquivar

Apagar

Spam

Ações

**Fwd: TRÂMITE DE PROCESSOS AO GABINETE DA SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**

De: Regina Francisca Pereira

Para: Heigle dos Santos Rodrigues Denilse Luiz dos Santos

Processos que v... da Casa Civil.xlsx (35,1 KB) [Fazer download](#) | [Porta-arquivos](#) | [Remover](#)

Se poderem já ir adiantando eu agradeço

----- Mensagem encaminhada -----

De: Altair de Santana Pereira &lt;altair.pereira@mctic.gov.br&gt;

Para: Regina Francisca Pereira &lt;regina.pereira@mctic.gov.br&gt;

Cc: Rossetto, Giordano &lt;giordano.rossetto@agu.gov.br&gt;, Giordano Almeida de Azevedo &lt;giordar

Enviadas: Tue, 06 Dec 2016 11:42:45 -0200 (BRST)

Assunto: TRÂMITE DE PROCESSOS AO GABINETE DA SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

Prezados,

solicito que os processos relacionados na lista anexa sejam tramitados, com a maior brevidade

Atenciosamente,

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Coordenador-Geral de Pós-Outorga

Departamento de Radiodifusão Comercial

Secretaria de Radiodifusão

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Telefone: (061) 2027-6826

altair.pereira@mctic.gov.br

--

Regina F. Pereira

Chefe de Divisão de Documentação Jurídica

Consultoria Jurídica

61 2027 - 6248

regina.pereira@mctic.gov.br

Responder - Responder a todos - Encaminhar - Mais ações



<b>BANCO DO BRASIL</b>		<b>001-9</b>	<b>00198.41808 50000.000005 04189.979216 2 70350000024296</b>		
Cedente <b>PR - Imprensa Nacional</b>		Código do Cedente <b>1607-1 / 55573000-X</b>	Espécie <b>R\$</b>	Quantidade <b>0001</b>	Nosso número <b>00000000004189979</b>
Número do documento <b>4</b>	CPF/CNPJ <b>04.196.645/0001-00</b>	Vencimento <b>10/01/2017</b>		Valor documento <b>242,96</b>	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado	
Sacado <b>Fundação Cultura e Vida</b> <b>QMSW 04, Lotes 7/8, Sudoeste</b> <b>Brasília, DF - CEP: 70680-400</b>					

## Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.  
Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 4189979 enviado em 21/12/2016

Corte na linha pontilhada

<b>BANCO DO BRASIL</b>		<b>001-9</b>	<b>00198.41808 50000.000005 04189.979216 2 70350000024296</b>		
Local de pagamento <b>Pagável em qualquer Banco até o vencimento</b>					Vencimento <b>10/01/2017</b>
Cedente <b>PR - Imprensa Nacional</b>					Agência/Código cedente <b>1607-1 / 55573000-X</b>
Data do documento <b>21/12/2016</b>	Nº documento <b>4</b>	Espécie doc. <b>ND</b>	Aceite <b>N</b>	Data process. <b>21/12/2016</b>	Nosso número <b>00000000004189979</b>
Uso do banco / Convênio <b>33804/841805</b>	Carteira <b>18 / 124</b>	Espécie <b>R\$</b>	Quantidade <b>0001</b>	Valor Documento <b>242,96</b>	(=) Valor documento <b>242,96</b>
Instruções <b>Após vencimento, este boleto perde a validade.</b>  <b>Referente a publicação do ofício 4189979 enviado em 21/12/2016</b>					(-) Desconto / Abatimento
					(-) Outras deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros acréscimos
					(=) Valor cobrado
Sacado <b>Fundação Cultura e Vida</b> <b>QMSW 04, Lotes 7/8, Sudoeste</b> <b>Brasília, DF - CEP: 70680-400</b>					

Sacador/Avalista

Cód. baixa

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada



[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República  
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 21/12/2016 10:15:47  
**Origem:** Secretaria de de Radiodifusão  
**Operador:** DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA  
**Ofício:** 4189979  
**Data prevista de publicação:** 22/12/2016  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Boleto Avulso

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Seqüencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
9526756	ATOPORTARIA Nº 2888_53000.056902.2013.90.rtf	1f016a0bfc22d9a7 f726d50e87fac53f	8,00	
	<b>Total da matéria</b>		<b>8,00</b>	<b>R\$ 242,96</b>
<b>TOTAL DO OFICIO</b>			<b>8,00</b>	<b>R\$ 242,96</b>





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Esplanada dos Ministérios, Bloco R

CEP: 70044-900 Brasília-DF

Fone: (61) 2027 6000

Ofício nº 49411/2016/SEI-MCTIC

Ao Senhor

**FÁBIO ROSA**

Representante Legal da Fundação Cultura e Vida

QMSW 04, Lotes 7/8, Setor Sudoeste

70680-400 Brasília/DF

Assunto: **Renovação de Outorga - Pagamento de taxa de publicação - Processo nº 53000.056902/2013-90.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, informo o deferimento da solicitação contida no processo em referência, efetuada por essa entidade.
2. Diante do exposto, encaminho em anexo, o boleto para recolhimento do valor relativo à taxa de publicação no Diário Oficial da União, com vencimento para 10/01/2017.
3. A este respeito, informo ainda que conforme estabelecido pela Portaria nº 177 da Imprensa Nacional, publicada no Diário Oficial da União de 7 de agosto de 2014, a publicação só será liberada após compensação bancária do respectivo boleto.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Gonçalves dos Reis Junior**,  
**Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**,  
**Substituto**, em 28/12/2016, às 10:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº  
89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
<http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1590539** e o código  
CRC **AEB38013**.



Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 49411/2016/SEI-MCTIC -  
Processo nº 53000.056902/2013-90 - Nº SEI: 1590539



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

NOI

SIGNATÁRIO: SEI-MC

28/12/2016

ENI

ÁREA DE ANÁLISE: COLEC /CGEC/DECEF/SERAD

Nº DO OFÍCIO: 49411/2016-SEI 28/12/2016

Nº DO PROCESSO : **53000.056902/2013-90**

DESTINATÁRIO: FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA

ENDEREÇO : QMSW 04, LT 7/8, SETOR SUDOESTE

CEP : 70680-400 BRASÍLIA/DF

INFO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA

CEP

PAIS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm







AVISO DE  
RECEBIMENTO

AVIS CN07

AR

JR 75043091 7 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

30 DEZ 2016

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR





em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Aparecida do Toboadó, estado de Mato Grosso do Sul, serviço esse outorgado pelo Decreto nº 2781, de 5 de dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 2002.

Art. 2º A execução do Serviço de Radiodifusão, cuja Permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

#### PORTARIA Nº 2.888, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no artigo 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.056902/2013-90, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 03/02/2014, a permissão outorgada à FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, serviço esse outorgado pelo Decreto nº 872, de 04 de junho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 03 de fevereiro de 2004.

Art. 2º A execução do Serviço de Radiodifusão, cuja Permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

### PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL IMPRESA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA  
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE  
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

#### DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1  
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2  
Publicação de atos  
relativos a pessoal da  
Administração Pública Federal

SEÇÃO 3  
Publicação de contratos,  
editais, avisos e ineditais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO  
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA  
Coordenador de Editoração e  
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO  
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados  
para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br  
SIC, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF  
CNPJ: 04.196.645/0001-00  
Fone: (61) 3441-9450

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012017010600002

#### PORTARIA Nº 6.082, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar SISTEMA DE TELEVISÃO RIO URU LTDA - EPP a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancorar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de TURILÂNDIA, Estado do MARANHÃO, por meio do canal 14 (quatorze), visando a retransmissão dos sinais gerados pela TV ÔMEGA LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 9+ (nove decalado para mais), no município de SÃO PAULO, estado de SÃO PAULO, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 53900.059622/2016-32 e da Nota Técnica nº 33456/2016/SEI-MC-TIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o projeto técnico para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

#### PORTARIA Nº 6.141, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar RÁDIO MIRANTE DO MARANHÃO LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancorar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de ZÉ DOCA, Estado do MARANHÃO, por meio do canal 28 (vinte e oito), visando a retransmissão dos sinais gerados pela TELEVISÃO MIRANTE LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 10- (dez, decalado para menos), no município de SÃO LUIS, estado do MARANHÃO, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 53900.045676/2016-11 e da Nota Técnica nº 24751/2016/SEI-MC-TIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o projeto técnico para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério das Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

### AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES CONSELHO DIRETOR

#### CONSULTA PÚBLICA Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2017

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, deliberou, por meio do Circuito Deliberativo nº 174, de 28 de dezembro de 2016, submeter a comentários e sugestões do público geral, nos termos do art. 42 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, do art. 67 do Regulamento da Anatel e do constante dos autos do Processo nº 53500.028961/2016-80, a proposta de Agenda Regulatória para o ciclo 2017-2018.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico <http://sistemas.anatel.gov.br/sacp>, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas, preferencialmente, por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública (SACP), indicado no parágrafo anterior, relativo

a esta Consulta Pública, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sendo também consideradas as manifestações encaminhadas por carta, fax ou correspondência eletrônica, para:

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E REGULAMENTAÇÃO - SPR

CONSULTA PÚBLICA Nº 1, de 5 de janeiro de 2017

Proposta de Agenda Regulatória para o ciclo 2017-2018

Sector de Autarquias Sul - SAUS - Quadra 6, Bloco F, Térreo

- Biblioteca

CEP: 70070-940 - Brasília-DF

Telefone: (61) 2312-2001

Fax: (61) 2312-2002

Correio Eletrônico: [biblioteca@anatel.gov.br](mailto:biblioteca@anatel.gov.br)

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO

Presidente do Conselho

### SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

#### ATOS DE 19 DE OUTUBRO DE 2016

Nº 4.301 - Processo nº 53500.003145/2016-63. Expede autorização à NET VALE LTDA, CNPJ/MF nº 09.460.884/0001-31, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, tendo como Área de Prestação do Serviço todo o território nacional, e como Áreas de Abrangência do Atendimento aquelas indicadas em seu Projeto Técnico e alterações posteriores.

Nº 4.302 - Processo nº 53500.003145/2016-63. Expede autorização à NET VALE LTDA, CNPJ/MF nº 09.460.884/0001-31, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO.

AGOSTINHO LINHARES DE SOUZA FILHO  
Superintendente  
Substituto

#### ATO Nº 4.995, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016

Processo nº 53528.004107/2016-10. Outorga autorização de uso de radiofrequência à ELETTRONICA GHIGGI LTDA, 02.192.085/0001-82, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

AGOSTINHO LINHARES DE SOUZA FILHO  
Superintendente  
Substituto

#### ATO Nº 5.340, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016

Processo nº 53500.013076/2015-15. Outorga autorização de uso de radiofrequências à Radium Telecomunicações Ltda - EPP, CNPJ/MF nº 05.291944/0001-89, associada à autorização do Serviço Limitado Especializado.

AGOSTINHO LINHARES DE SOUZA FILHO  
Superintendente  
Substituto

#### ATO Nº 5.406, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

Processo nº 53500.015028/2011-38. Outorga autorização de uso de radiofrequências à SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, CNPJ/CPF nº 01.804.019/0001-53, associada à autorização do Serviço Limitado Privado, na aplicação móvel privado.

AGOSTINHO LINHARES DE SOUZA FILHO  
Superintendente  
Substituto

#### ATO Nº 5.536, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

Processo nº 53500.029769/2016-19. Outorga autorização de uso de radiofrequências à CLARO S.A., CNPJ/MF nº 40.432.544/0001-47, associada à Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

AGOSTINHO LINHARES DE SOUZA FILHO  
Superintendente  
Substituto

#### ATOS DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Nº 5.634 - Processo nº 53504.010461/2016-51. Declara extinta, por renúncia, a partir de 19/09/2016, a autorização outorgada à Rede Sul de Telecomunicações Ltda., CNPJ/MF nº 00.179.268/0001-32, por intermédio do Ato nº 3158, de 30/05/2008, publicado no DOU de 04/06/2008, para explorar o Serviço Limitado Móvel Privativo - SLMP, bem como o direito de uso de radiofrequência associada.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Coordenação de Documentação e Informação - CODIN

Serviço de Documentação e Informação de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - SERED

DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO DE CÓPIA DE PROCESSO AO  
CGGM – Coordenação Geral Gabinete do Ministro

Processo nº: 53000.056902/2013-90

Interessado: FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo

Encaminho cópia do processo acima citado, **Entidade:** Fundação Cultura e Vida, **Serviço:** FME, no **município** de: Florianópolis/SC, ao **CGGM – Coordenação Geral Gabinete do Ministro**, para envio a CASA CIVIL da PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

Brasília, 12 de janeiro de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Babilonia de Melo, Técnico de Nível Superior**, em 12/01/2017, às 16:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1617812** e o código CRC **85764FF8**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.056902/2013-90

SEI nº 1617812



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES****Secretaria de Radiodifusão - SERAD****Coordenação de Documentação e Informação - CODIN****Serviço de Documentação e Informação de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - SERED**

Recebi a cópia  
Em 13/01/2017  
*Antonio*  
Nome Legível

**DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO DE CÓPIA DE PROCESSO AO****CGGM – Coordenação Geral Gabinete do Ministro****Processo nº: 53000.056902/2013-90****Interessado: FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA****Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo**

Encaminho cópia do processo acima citado, **Entidade:** Fundação Cultura e Vida, **Serviço:** FME, no **município** de: Florianópolis/SC, ao **CGGM – Coordenação Geral Gabinete do Ministro**, para envio a CASA CIVIL da PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

Brasília, 12 de janeiro de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Babilonia de Melo, Técnico de Nível Superior**, em 12/01/2017, às 16:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1617812** e o código CRC **85764FF8**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.056902/2013-90

SEI nº 1617812



Brasília, 1 de Junho de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.056902/2013-90, acompanhado de Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 3/2/2014, a permissão outorgada à FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o artigo 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab*



EM BRANCO